



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2025

ATA NÚMERO OITO/DOIS MIL E VINTE E CINCO

ÍNDICE

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - APROVAÇÃO DE ATAS**
- 3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS**
- 5 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**
- 6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO**
- 7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO**
- 8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES**
- 10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA**
- 13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE**
- 14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA**
- 15 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE**
- 16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 17 - DIREITO DE RESPOSTA - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO**
- 18 - PROPOSTA N.º. 182/25 - UPAG - AJUSTE DIRETO PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, AO ABRIGO DO “ACORDO QUADRO PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS CNCM - AQ/44/2021” - DECISÃO DE CONTRATAR**
- 19 - PROPOSTA N.º. 253/25 - GAP - EXTINÇÃO DOS SIMAS E CRIAÇÃO DOS SERVIÇOS**

MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE OEIRAS

- 20 - PROPOSTA Nº. 259/25 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO AO ABRIGO DOS CRITÉRIOS MATERIAIS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL (AQUAMATRIX) - PD 69-SIMAS/2025**
- 21 - PROPOSTA Nº. 260/25 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, COM CONSULTA A UMA ENTIDADE, EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS, PARA A EMPREITADA DESTINADA À “REABILITAÇÃO DO ATUAL TROÇO CANALIZADO DA RIBEIRA DE ALGÉS - 1º. PROTOCOLO” - PD 73-SIMAS/2025**
- 22 - PROPOSTA Nº. 261/25 - SIMAS - 4ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA DAS DESPESAS CORRENTE, CAPITAL, PPI E ANOS SEQUINTE - PD 75-SIMAS/2025**
- 23 - PROPOSTA Nº. 262/25 - GCAJ - DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO MOINHO DAS ANTAS, MODELO URBANO, MINUTA DO CONTRATO DE URBANIZAÇÃO E ABERTURA DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA**
- 24 - PROPOSTA Nº. 263/25 - DPM - AQUISIÇÃO POR ABANDONO E PERDA DAS ESTRUTURAS PUBLICITÁRIAS REMOVIDAS, NO ÂMBITO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DA POLÍCIA MUNICIPAL**
- 25 - PROPOSTA Nº. 264/25 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 5ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 26 - PROPOSTA Nº. 265/25 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 6ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 27 - PROPOSTA Nº. 266/25 - DP - ACORDO DE REVOGAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO - ARMAZÉM 32, NO ALTO DOS BARRINHOS**
- 28 - PROPOSTA Nº. 267/25 - DP - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA**



**INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DE 2 PARCELAS DE TERRENOS SITAS EM
OEIRAS**

- 29 - PROPOSTA Nº. 268/25 - DP - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA
INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO SITAS
EM LINDA-A-VELHA**
- 30 - PROPOSTA Nº. 269/25 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM
VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO
DE SERVIÇO NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE TURISMO E GESTÃO DE
EVENTOS**
- 31 - PROPOSTA Nº. 270/25 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM
VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO
DE SERVIÇO NO CARGO DE CHEFE DA UNIDADE DE INOVAÇÃO E PROJETOS
ESPECIAIS**
- 32 - PROPOSTA Nº. 271/25 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CCD PARA
EVENTO OEIRAS EQUESTRE**
- 33 - PROPOSTA Nº. 272/25 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DAS
BANDAS FILARMÓNICAS DO CONCELHO DE OEIRAS NA ESCOLA DE MÚSICA
NOSSA SENHORA DO CABO 2024/2025**
- 34 - PROPOSTA Nº. 273/25 - UDPH - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE VEÍCULOS MILITARES PARA A REALIZAÇÃO DO
EVENTO “AUTO CLÁSSICO MILITAR OEIRAS 2025”**
- 35 - PROPOSTA Nº. 274/25 - DE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PAÇO DE ARCOS, PARA REALIZAÇÃO DE
VIAGENS A NOVA IORQUE E A CABO VERDE, NO ÂMBITO DO PROJETO ESCOLA
AZUL**

- 36 - PROPOSTA Nº. 275/25 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO A 10 ASSOCIAÇÕES DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA E 2 AGRUPAMENTOS DE ESCOLA, PARA MANUTENÇÃO DE BICICLETAS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA “O CICLISMO VAI À ESCOLA” - ANO LETIVO 2024/2025**
- 37 - PROPOSTA Nº. 276/25 - UIPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO, DA ESCOLA SECUNDÁRIA LUÍS DE FREITAS BRANCO, PARA A REALIZAÇÃO DA “SEMANA PELA INCLUSÃO”**
- 38 - PROPOSTA Nº. 277/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO PEDRO DE BARCARENA, PARA APOIO NA REALIZAÇÃO DA FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA**
- 39 - PROPOSTA Nº. 278/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOS NAVEGADORES, NO ÂMBITO DO PROJETO BAIRRO FELIZ SÉNIOR**
- 40 - PROPOSTA Nº. 279/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO ATÍPICAS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO “BE KIND”**
- 41 - PROPOSTA Nº. 280/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE KARATÉ DE OEIRAS, PARA A MANUTENÇÃO DAS SUAS ATIVIDADES - ÉPOCA 2024/2025**
- 42 - PROPOSTA Nº. 281/25 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À MINICOR CORAGEM - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA HERO - PROGRAMA DE REABILITAÇÃO CARDÍACA PEDIÁTRICA**
- 43 - PROPOSTA Nº. 282/25 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO INSTITUTO SÃO JOÃO DE DEUS, NO ÂMBITO DO PROJETO HOME 360 +**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

- 44 - PROPOSTA Nº. 283/25 - UJ - PROJETO “DIVERTE-TE EM CARNAXIDE” - DEFINIÇÃO DE VALORES DE INSCRIÇÃO**
- 45 - PROPOSTA Nº. 284/25 - GEHM - ATRIBUIÇÃO DE 3 FOGOS SITOS NA RUA FRANCISCO NICHOLSON, BLOCO A, ANDAR 3, FRAÇÃO 1, BLOCO C, ANDAR 6, FRAÇÃO 3 E BLOCO B, ANDAR 1, FRAÇÃO 2, NO EMPREENDIMENTO ALTO DA MONTANHA, EM CARNAXIDE - RATIFICAÇÃO DO ATO DE ATRIBUIÇÃO**
- 46 - PROPOSTA Nº. 285/25 - DPCH - Pº. 44/DCH/2024 - PROGRAMA HABITACIONAL SÉNIOR DE TALAÍDE - 30 FOGOS, PORTO SALVO - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO SR. PRESIDENTE**
- 47 - PROPOSTA Nº. 286/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA DR. VÍTOR SÁ MACHADO, Nº. 7, R/C DTO., PÁTEO DOS CAVALEIROS**
- 48 - PROPOSTA Nº. 287/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO DR. CARLOS FRANÇA, Nº. 7, PISO -2A, ALTO DOS BARRINHOS**
- 49 - PROPOSTA Nº. 288/25 - UPGO - Pº. 2024/61-DGEP - “REQUALIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA DO CAMPUS DO IST, NO TAGUSPARK - FASE 1” - RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E DO RESPETIVO PREÇO BASE**
- 50 - PROPOSTA Nº. 289/25 - DGRU - PROTOCOLO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE OEIRAS, CASCAIS E MAFRA, SMAS DE SINTRA, A ELETRÃO E A TRATOLIXO, NO ÂMBITO DO ESTABELECIMENTO DE REDES DE TROCA, DE REPARAÇÃO E DE PREPARAÇÃO PARA REUTILIZAÇÃO**
- 51 - PROPOSTA Nº. 290/25 - UPAG - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS BANCAS Nº.S 35 E 36, DO MERCADO DE ALGÉS**
- 52 - PROPOSTA Nº. 291/25 - DGA - PLANO DE APICULTURA URBANA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA PARA A BIODIVERSIDADE**

- 53 - PROPOSTA Nº. 292/25 - DGA - PLANO DE AGRICULTURA URBANA PARA O MUNICÍPIO DE OEIRAS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE HORTAS URBANAS**
- 54 - PROPOSTA Nº. 293/25 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO SOCIAL 2025, AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO**
- 55 - DECLARAÇÃO DE VOTO - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO**
- 56 - DECLARAÇÃO DE VOTO - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE**
- 57 - DECLARAÇÃO DE VOTO - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO**
- 58 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2025-----

----- ATA NÚMERO OITO/DOIS MIL E VINTE E CINCO-----

----- Aos dezanove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutora Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

----- Faltou o Senhor Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves tendo a Câmara considerado justificada a respetiva falta. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS:-----

----- Às quinze horas e oito minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo. -----

2 - APROVAÇÃO DE ATAS:-----

----- O **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número cinco, de dois mil e vinte e cinco, de dezanove de fevereiro, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo. -----

----- Não participaram na votação o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Joana

Baptista e Pedro Patacho por não terem estado presentes na reunião, nos termos do artigo trigésimo quarto, número três, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

-----E ata número seis, de dois mil e vinte e cinco, de vinte e seis de fevereiro, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo.-----

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA:-----

-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de dez de março de dois mil e vinte e cinco a dezasseis de março de dois mil e vinte e cinco, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e cinco, constatando-se um saldo orçamental positivo de vinte e sete milhões quatrocentos e cinquenta mil trezentos e catorze euros. -----

4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS:-----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora realizada no passado dia dez de março, os quais são:-- -----

-----“- Informações: -----

-----Resumo diário da tesouraria à data - Tomou conhecimento;-----

-----Reconciliação bancária de dezembro de dois mil e vinte e quatro - Tomou conhecimento. -----

-----Proposta de ratificação:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Procedimento por ajuste direto ao abrigo dos critérios materiais, para a prestação de serviços de revisão e reparação da superestrutura, viatura com a matrícula zero sete-UA-vinte e cinco - Adjudicação à entidade “Certoma - Comércio Técnico de Máquinas, Limitada”, pelo valor de treze mil e quinhentos euros, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, para um prazo de execução de vinte dias - Despacho de autorização exarado pela Senhora Presidente do Conselho de Administração, doutora Joana Baptista no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e cinco - Ratificado por unanimidade. -----

----- Propostas de deliberação:-----

----- Revogação extintiva da deliberação tomada pelo Conselho de Administração em reunião de vinte e três de setembro de dois mil e vinte e quatro mediante PD número duzentos e noventa e um, de dois mil e vinte e quatro e atos subsequentes, referente ao concurso para provimento do cargo de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro - Adiada; -----

----- Pedido de licença sem remuneração de longa duração apresentado pelo Assistente Operacional Paulo Alexandre Simões Pedroso - Aprovado por unanimidade; -----

----- Abertura de procedimento por ajuste direto, para a prestação de serviços destinada à Captação e Produção de Vídeos com convite à entidade “Filipe Jahnel”, pelo preço base de nove mil setecentos e cinquenta e seis euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de duzentos e quarenta dias, com início em maio de dois mil e vinte e cinco e seu término em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco - Aprovado por unanimidade;---

----- Abertura de procedimento por consulta prévia com consulta a quatro entidades: “TK Elevadores, Unipessoal Limitada”, “Pinto e Cruz, Sociedade Anónima”, “Schmitt-Elevadores, Limitada” e “Grupnor - Elevadores de Portugal, Limitada”, ao abrigo do Acordo Quadro AQ - SMIE dois mil e vinte e um - Lote três, celebrado com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (ESPAP) destinado ao “Contrato de prestação de serviços de manutenção dos elevadores dos Edifícios dos SIMAS, para o período de um de agosto de dois

mil e vinte e cinco a trinta e um de julho de dois mil e vinte e oito”, pelo preço base de dezasseis mil trezentos e quarenta e três euros e dez cêntimos, para a globalidade do contrato, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de mil e noventa e cinco dias -
Aprovado por unanimidade;-----

-----Abertura de procedimento por concurso público, destinado à aquisição de fardamento administrativo para as áreas comerciais dos SIMAS, pelo preço base de dezassete mil oitocentos e noventa euros e setenta e três cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução consubstanciada na entrega de bens a ocorrer integralmente no máximo de vinte dias -
Aprovado por unanimidade;-----

-----Abertura de procedimento por ajuste direto, para a aquisição de serviços destinado à solução de gestão de atendimento e fila de espera, para os SIMAS de Oeiras e Amadora, com convite à entidade “Mobiqueue, Sociedade Anónima”, pelo preço base de quinze mil seiscentos e setenta euros, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, para um prazo de execução de trinta e cinco dias úteis - Aprovado por unanimidade; -----

-----Abertura de procedimento por ajuste direto, com consulta a uma entidade, em função de critérios materiais, para a prestação de serviços destinada à manutenção do contrato do Sistema de Gestão Comercial (Aquamatrix), à entidade “EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, Sociedade Anónima”, para a prestação de serviços do Sistema de Gestão Comercial (Aquamatrix), pelo preço base de cento e noventa e quatro mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de doze meses - Aprovado por unanimidade; -----

-----Procedimento por concurso público, tendo em vista a aquisição por lotes, para a prestação de serviços, destinada ao fornecimento de reagentes, consumíveis e meios de cultura para a Unidade Laboratorial - Adjudicação pelo valor total de quarenta e oito mil setecentos e trinta e dois euros e vinte e quatro cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, prevendo-se



Câmara Municipal
de Oeiras

que o contrato inicie em abril do ano de dois mil e vinte e cinco, com um prazo de execução de três anos ou até que a verba se esgote - Aprovado por unanimidade; -----

----- Procedimento por concurso público para a prestação de serviços destinada à de leitura de duzentos e vinte e oito mil contadores - Adjudicação à empresa “Switch Way, Limitada”, pelo valor global de cinquenta e dois mil quatrocentos e quarenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de oito meses, a ocorrer entre os meses de maio a dezembro de dois mil e vinte e cinco - Aprovado por unanimidade; -----

----- Procedimento por consulta prévia para a “Empreitada de remodelação de gabinetes para instalação do novo “Contact Center”, no edifício Sede - Adjudicação à empresa “Fantoffice - Equipamento de Escritório e Hotelaria, Limitada”, pelo valor de sessenta e quatro mil novecentos e dez euros e trinta centavos, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de setenta e cinco dias, prevendo-se que o mesmo decorra entre abril e junho de dois mil e vinte e cinco - Aprovado por unanimidade; -----

----- Procedimento por ajuste direto, com consulta a uma entidade, em função de critérios matérias, para a empreitada destinada à “reabilitação do atual troço canalizado da ribeira de Algés - Primeiro Protocolo” - Adjudicação à empresa “Plandese, Sociedade Anónima”, pelo valor de um milhão seiscentos e trinta mil seiscentos e setenta e três euros e oitenta e seis centavos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de duzentos e dez dias - Aprovado por unanimidade;-----

----- Procedimento por ajuste direto ao abrigo dos critérios materiais para a prestação de serviços, destinada à fiscalização da empreitada de “Reabilitação do atual troço canalizado da ribeira de Algés - Primeiro Protocolo” - Adjudicação à empresa “Aveiplano - Arquitetura e Engenharia, Limitada”, pelo valor de quarenta e nove mil oitocentos e catorze euros e quarenta centavos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de vinte e três por cento, com o prazo de execução de duzentos e quarenta dias - Aprovado por unanimidade; -----

-----Quarta Alteração Orçamental Permutativa das Despesas Corrente, Capital, PPI e anos seguintes - Aprovado por unanimidade.”-----

5 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

-----O **Senhor Presidente** declarou aberto o período para intervenção do público, tendo usado da palavra os seguintes munícipes: -----

-----A **Primeira Munícipe** disse: -----

-----“É a minha primeira vez aqui, portanto, espero passar a informação correta. Sou munícipe, tenho duas filhas, uma delas frequentava a banda municipal de Oeiras e desde o mês passado, neste caso a mais velha, deixou de ter aulas e de frequentar a banda, porque fomos informados que a banda tinha sido extinta, porque não tinha mais orçamento que vinha da Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Estamos a falar de uma escola e de uma banda, uma escola que tem oito professores, tem um maestro, tem cerca de cinquenta e seis alunos, inclusivamente bastantes crianças e tem cerca de quarenta e cinco pessoas na banda e essas crianças que pertencem à escola, algumas delas estão na banda e nós ficámos sem aulas, sem participar nos concertos e nos ensaios e não tivemos muito mais informação para além disso, falaram-nos de uma reestruturação e como no caso da minha filha, que gostava bastante da banda e como munícipe acho que é muito interessante manter esse projeto. -----

-----Vinha falar um bocadinho convosco e perceber como é que será o futuro das pessoas que pertencem a este projeto e que estão algumas delas há mais de trinta anos nessa banda.”-----

-----Questionando o **Senhor Presidente:** -----

-----“Quem é que está há mais de trinta anos?” -----

-----A **Munícipe** respondeu: -----

-----“A banda está há trinta anos, pelo menos é a informação que eu tenho, a minha filha tem quinze, está lá há três anos, não posso confirmar.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O **Senhor Presidente** referiu:-----
----- “Falou de pessoas que estão lá há mais de trinta anos.”-----
----- Comentando a **Munícipe**: -----
----- “O projeto está lá há trinta anos.” -----
----- Voltando o **Senhor Presidente**: -----
----- “Está a dizer-me que fui eu que o criei?” -----
----- A **Munícipe** argumentou: -----
----- “Peço desculpa, estou a dizer aquilo que sei, aliás, digo-lhe com toda a franqueza, venho aqui com um intuito bastante pacífico e com o objetivo de encontrar uma solução.” -----
----- Referindo o **Senhor Presidente**: -----
----- “Está a dar-me uma grande novidade, significa que as pessoas que estão à frente da banda não merecem a mínima confiança da Câmara Municipal e não deixarei de atuar já esta semana. Eu ignorava completamente, estou a saber por si, que não estavam a dar as aulas aos meninos que frequentam a banda, a escola de música. -----
----- O que a Câmara Municipal decidiu foi reformular a banda, porque estava a ser adulterado esse projeto, porque, na realidade, o que ela deve ser é uma escola de música, formação de crianças e jovens, no sentido de constituir uma banda municipal e essa banda municipal já existia no tempo do maestro Alferes e funcionava bem e com jovens, com crianças que foram formadas na escola de música, na banda. -----
----- Acontece que nos últimos três ou quatro anos, verificámos que a banda tinha desaparecido, isto é, o que é que o maestro fazia? -----
----- E aquilo que está a dizer, significa que o maestro realmente deve ser despedido, é aquilo que me está a dizer, acontece que nos últimos três, quatro anos, verificámos que a banda afinal já não era uma banda, cada vez que era preciso um concerto, vinham músicos de outras bandas dessa zona e formavam a banda e isto é de uma adulteração total do projeto e, portanto,

foi criado entretanto uma associação para ser o suporte jurídico da banda e foram-lhes dadas indicações que podia ser apresentado um projeto de reformulação da banda, no sentido de incidir sobre formação de crianças e jovens do Concelho ou fora do Concelho, não há problema nenhum, mesmo que sejam aqui dos arredores, de Sintra, da Amadora ou de Cascais, todos eles são recebidos, inclusivamente a Câmara Municipal fez obras de alguns milhares de euros, muito recentemente, para aumentar as instalações da banda e dar-lhe instalações próprias no Sport Algés e Dafundo, foram lá feitas obras propositadamente, de modo que aquilo que nos está a dizer, que deixaram de dar as aulas, é porque realmente estão numa atitude de desonestidade, claro, porque não vieram dizer nada à Câmara Municipal e ainda há pouco eu e o Senhor Vereador Armando Soares recebemos a direção justamente da associação onde tratámos do assunto e eles ficaram de nos apresentar uma proposta para reformulação.-----

-----O Senhor Vereador Armando Soares talvez esteja mais dentro do assunto, para dizer qual é ponto da situação.”-----

-----O **Senhor Vereador Armando Soares** mencionou:-----

-----“Na última reunião que tive, no seguimento das instruções dadas pelo Senhor Presidente, com os responsáveis da direção da alegada banda, o que eles tinham informado, nem sequer tinha nada a ver com a banda em si, falavam apenas de aulas privadas que alegadamente davam a meia dúzia de alunos, portanto, não falaram nos cinquenta, que são o que está a falar agora...”-----

-----Intervindo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Dezanove alunos com dezoito professores.”-----

-----Prosseguindo o **Senhor Vereador Armando Soares**:-----

-----“Dezanove alunos com dezoito professores e trinta mil euros de financiamento anual para dar aulas a esses dezoito alunos.-----

-----Aquilo que lhes expliquei, como é natural, como sabe, estamos a falar de dinheiros



Câmara Municipal
de Oeiras

públicos, é que não existe este projeto para dar aulas privadas e tendo que ter quase um professor para cada aluno, não faz qualquer sentido sem sequer se perceber se as pessoas que lá estão inscritas têm criança e insuficiência económica, como é que lá foram parar e como é que se inscreveram.-----

----- Como sabe este projeto foi um projeto que nasceu sob égide do Senhor Presidente e tem determinadas características, porque temos várias escolas de música no Concelho para as quais qualquer criança ou qualquer jovem se pode inscrever, se de facto for apenas esse o seu desejo.-----

----- Este tem um objetivo e a partir do momento em que esse objetivo não está a ser conseguido, aquilo que foi pedido é que nos apresentassem esse projeto e continuamos à espera desse projeto, é tão simples quanto isto.”-----

----- Concluindo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Fique tranquila, que o mais tardar até sexta-feira eu resolvo o problema. Na próxima segunda-feira já será informada sobre a evolução da situação e o projeto vai ter continuidade, provavelmente vai ter continuidade com outras pessoas, mas vai ter continuidade, disso não tenho dúvidas, portanto, segunda-feira da próxima semana, já será informada sobre a evolução do assunto.”-- -----

----- A **Segunda Muniçipe** mencionou o seguinte: -----

----- “Tendo vindo aqui desde dois mil e vinte e quatro, em que entreguei um pedido de ajuda, porque o segundo direito fez obras, eliminaram a lareira e mexeram também na chaminé da cozinha. Acontece que na lareira da minha sala é um cheiro a cinza pela casa toda e na cozinha há gordura a cair pela chaminé e na altura entreguei todas as fotografias com o meu pedido de ajuda. -----

----- Sei que o Senhor Vice-Presidente tem diligenciado, não tenho dúvidas do trabalho que ele faz, nem de ninguém da Presidência, mandou lá a vistoria que foi lá em dezembro e não

sabemos de nada. Falei com a senhora do segundo andar, que também foram vistoriar a casa dela e ela disse-me que também não sabe nada sobre a vistoria, para poder responsabilizar quem fez a obra. Tenho recuperador e mesmo assim é o frio, é o cheiro a cinza e tenho de ter tudo fechado.”

-----O **Senhor Presidente** questionou:-----

-----“A casa é sua?”-----

-----A **Munícipe** respondeu:-----

-----“É.”-----

-----Prosseguindo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Houve lá obras, mas foi na sua casa ou noutros vizinhos?”-----

-----A **Munícipe** referiu:-----

-----“No segundo andar, por baixo de mim.”-----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“E afetou a sua casa?”-----

-----A **Munícipe** anuiu:-----

-----“Sim.”-----

-----O **Senhor Presidente** disse:-----

-----“Mas afetou em que termos, foi no piso de baixo?”-----

-----“Afetou a sua lareira?”-----

-----Informando a **Munícipe**:-----

-----“Através da conduta da chaminé recebo as gravilhas, o cheiro e as limpezas daquela gente toda. À noite nota-se perfeitamente o cheiro a cinza e de manhã a primeira coisa que se faz é abrir as janelas para respirar.”-----

-----Prosseguindo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Já foi lá alguma vistoria da Câmara?”-----

-----A **Munícipe** asseverou:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Foi lá a vistoria.” -----

----- O **Senhor Presidente** inquiriu: -----

----- “E a Senhora estava lá em casa?” -----

----- A **Munícipe** respondeu: -----

----- “Estava.” -----

----- Voltando o **Senhor Presidente**: -----

----- “E o que é que lhe disseram?” -----

----- Mencionando a **Munícipe**: -----

----- “Não disseram nada até hoje.” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu:-----

----- “Tem o número de processo?” -----

----- Respondendo a **Munícipe**: -----

----- “Tenho lá em casa a carta, é que desde os anos noventa nunca houve problemas, boa construção, bem isolada e agora é impossível.-----

----- Tenho vindo cá todos os meses, já peço desculpa ao Senhor Vice-Presidente, cada vez que cá venho, mas é só para lembrar, para não se esquecerem do meu pedido.” -----

----- Dirigindo-se o **Senhor Presidente**: -----

----- “Não precisa de vir todos os meses, segunda-feira de manha é informada, alguém a vai informar sobre o assunto.” -----

----- O **Terceiro Munícipe** disse o seguinte: -----

----- “Eu moro à frente do Bairro do Pombal. Há uma churrascaria na Rua António Macedo, que faz muito, muito barulho. Não conseguimos dormir.” -----

----- O **Senhor Presidente** indagou:-----

----- “Qual é a rua?” -----

----- Respondendo o **Munícipe**: -----

-----“Rua António Macedo.”-----

-----O **Senhor Presidente** questionou:-----

-----“Mas há uma churrascaria que?”-----

-----Respondendo o **Munícipe**:-----

-----“Uma churrascaria que põe música muito alta, muito barulho para nós. Já entreguei a queixa ao gabinete do Vice-Presidente, que notificou a Polícia Municipal. Mas eles não fazem nada. Queremos ajuda para parar este barulho e podermos ter a nossa vida normal.”-----

-----O **Senhor Presidente** indagou:-----

-----“A que horas é que há esse barulho?”-----

-----Respondendo o **Munícipe**:-----

-----“Às dezoito horas, a partir da abertura da churrascaria até fechar. Costumo chamar a PSP de Oeiras, mas não faz nada. O Gabinete do Vice-Presidente notifica a Polícia Municipal, mas eles insistem em continuar a ter a música muito alta.”-----

-----O **Senhor Presidente** indagou:-----

-----“O senhor tem essa pronúncia, qual é a sua nacionalidade?”-----

-----Respondendo o **Munícipe**:-----

-----“Egípcio.”-----

-----O **Senhor Presidente** referiu:-----

-----“Mas fala bem o português.”-----

-----Volvendo o **Munícipe**:-----

-----“Sou militante há muitos anos aqui do partido do bloco de esquerda, com o doutor Miguel.”-----

-----O **Senhor Presidente** indagou:-----

-----“Há quantos anos reside aqui?”-----

-----Respondendo o **Munícipe**:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Aqui desde mil novecentos e noventa e nove.” -----

----- O **Senhor Presidente** indagou:-----

----- “Mil novecentos e noventa e nove, aqui em Oeiras?” -----

----- Respondendo o **Munícipe**: -----

----- “Aqui em Oeiras desde dois mil e treze.” -----

----- O **Senhor Presidente** indagou:-----

----- “E gosta de viver cá?”-----

----- Respondendo o **Munícipe**: -----

----- “Sim, gosto.” -----

----- Concluindo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Então pronto. Vou pedir para verificarem isso.”-----

----- A **Quarta Munícipe** disse o seguinte:-----

----- “Eu queria dizer o seguinte, tenho trabalhado durante toda a minha vida, tenho trabalhado sempre. -----

----- Entretanto, estava a jantar num restaurante com a minha mãe, e a minha mãe teve um AVC isquémico, ficou sem conseguir mexer o braço direito e a perna direita. -----

----- Tenho estado, até à data, a tratar da minha mãe durante quase seis anos, e não pude trabalhar, por impossibilidade, não por opção. Não quis pôr a minha mãe num lar, ela não queria ir, estava lúcida, queria estar com a filha. E então estive a tratar da minha mãe durante esses anos todos.-----

----- Entretanto, houve um processo de insolvência, em meu nome, no Tribunal de Sintra, do Juízo de Comércio. E agora há pouco tempo, recebi uma carta do administrador da insolvência em que dizia que eu tinha de abandonar a minha casa, que já a tenho desde dois mil e um, até ao dia três de março. Mas eu disse: “Até ao dia três de março não, porque estou desempregada, estive a tratar da minha mãe, tive que pedir ajuda, estou a receber um rendimento

mínimo, neste momento é necessário, e assim que tiver um trabalho consigo tratar da situação de outro modo.”-----

-----Entretanto o administrador de insolvência compreendeu, e disse: “Então tem até meados de abril para abandonar a sua casa.” E eu não tenho possibilidades económicas nenhuma, nem para alugar um quarto, nem para alugar uma casa, nem tenho qualquer alternativa habitacional, não tenho outro sítio para onde ir. Estou sozinha, não tenho possibilidades, por mais que quisesse não tenho. -----

-----Penso eu que não vou ficar na rua, exposta ao frio e ao vento, às intempéries, acho que uma pessoa nestas circunstâncias poderia morrer. -----

-----Queria pedir ao Senhor Presidente, já fiz um pedido de habitação, tem uma pontuação alta, porque também tenho uma declaração do médico e estou à espera. Mas tenho até meados de abril para abandonar a minha casa e não tenho outro sítio.” -----

-----O **Senhor Presidente** referiu: -----

-----“A Câmara também não tem casa para dar a toda a gente. Se as casas caíssem do céu era fácil, mas são mais as pessoas que ficam sem casa, do que as casas que se constroem. -----

-----Por acaso, hoje de manhã vinha a ouvir um debate na TSF, a propósito da habitação, em que aliás, convidaram-me para eu participar, mas estava ocupado, não pude. Mas fiquei muito contente porque finalmente verifiquei que, noventa por cento daquelas pessoas que estavam a participar na TSF, da esquerda à direita, todas estavam a dizer que realmente era preciso mais habitação pública, que era preciso construir novas casas. Ocupar os solos rústicos, transformá-los em solos urbanos. -----

-----Fiquei encantado, porque eu ando a dizer isto há vinte anos e, finalmente começo a ver que há muita gente que já considera que é fundamental reconverter os terrenos rústicos em urbanos para construir novas casas. Mas isso demora tempo.-----

-----Cada pessoa que fica nessa situação vem à Câmara, mas a Câmara não pode dar casa



Câmara Municipal
de Oeiras

a toda a gente.-----

----- Portanto, a Senhora vai fazer o seguinte, vai ter uma reunião com a Senhora Vereadora Carla Rocha e com a Senhora Vereadora Teresa Bacelar, é um problema das duas áreas. -----

----- Uma das hipóteses é a Senhora arranjar uma casa ou um quarto e a Câmara Municipal ajuda a pagar a renda, isso é possível. Agora dizer que lhe vai dar uma casa, eu não lhe posso dizer, porque não há casas. -----

----- A Senhora está aqui a colocar um problema, mas, se calhar há pessoas em situação muito pior que a sua.” -----

----- A **Munícipe** questiona: -----

----- “Pior que a minha?” -----

----- Respondendo o **Senhor Presidente**:-----

----- “Não tenha dúvidas! Cada um acha que a sua é pior. Há mulheres que são objeto de violência doméstica, há pessoas que têm três, quatro filhos e a Senhora está sozinha. Portanto, há sempre pessoas em pior situação que a sua.-----

----- Se um dia viessem aqui à Câmara e o Presidente da Câmara lhes dissesse: “tomem lá uma casa” era fácil. -----

----- Esse assunto tem que ser analisado do ponto de vista social, pelos técnicos do serviço social da Câmara Municipal que analisam, confrontam com outras situações. -----

----- O assunto é sempre ponderado do ponto de vista de encontrar uma casa, se houver. Se não houver a hipótese da casa, é ajudar a família. Temos essa política também. -----

----- Enquanto não há a hipótese de encontrar uma casa, ajudar a família, dando-lhe um subsídio para poder pagar a renda da casa. Portanto, não vale a pena estar aqui a expor a situação, tem que falar com essas pessoas.” -----

----- Volveu a **Munícipe**:-----

-----“Claro, Senhor Presidente, mas há aqui um pequeno pormenor. Mesmo que eu tenha uma ajuda para pagar uma renda de casa. As rendas de casa estão altíssimas, é completamente impossível...”-----

-----O **Senhor Presidente** retorquiu:-----

-----“Senhora, não é assunto para tratar aqui, é assunto para se tratar no sítio próprio! A exposição da sua vida, a Senhora ponha onde deve, e não aqui em público. Vai falar com a Senhora Adjunta da Senhora Vereadora Teresa Bacelar que vai marcar depois uma reunião, se necessário, com as duas Vereadores e o seu o assunto será analisado. É o que lhe posso garantir.”

-----A **Quinta Múncipe** disse o seguinte:-----

-----“Eu estou aqui hoje, porque sou representante do prédio. Tenho um prédio de cinco estrelas, graças a mim, mas neste momento está a chover lá dentro.-----

-----O alçapão abalou de lado o teto com o vento, foi a proteção civil, meteu uma corrente, aquilo nem é uma corrente aquilo é um bocadinho de arame, só que agora com este vendaval aquilo está sempre a abanar durante a noite, não deixa ninguém dormir.-----

-----É evidente que quem está no terceiro andar é um horror. E o que é que sucede? Sucedem que vão ter comigo a altas horas da madrugada, mas eu não sou da Polícia Municipal. Faço mais do que a Polícia Municipal ou do que qualquer outra pessoa, mas não posso fazer tudo! São sessenta e oito anos quase, e pronto, o Senhor Presidente já sabe como é que eu sou. Já não é novidade.-----

-----Portanto, no alçapão está a entrar água, para dentro da casa da pessoa que está no terceiro andar, tem que ter uma manta a aparar a água para não entrar dentro de casa.-----

-----A claraboia deixa entrar água também. Portanto, por mais que eu limpe e tenho o prédio sempre limpinho, ainda há bem pouco tempo teve o senhor fiscal a ver, e está o prédio limpíssimo. Mas é assim, eu não posso fazer tudo! Porque a idade depois também já vai avançando e isto não é de ferro.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Outra coisa, temos um problema. O rés do chão do nosso prédio vagou, a senhora faleceu, encontra-se lá o neto, vocês sabem quem é, não é preciso dizer o nome. E agora tiveram lá umas pessoas à minha procura, da Câmara, porque queriam falar com a representante do prédio, para saber mais pormenores a respeito da pessoa do rés do chão. -----

----- O rapaz tem ordem para sair e eu acho que não é correto, porque ele tomou conta da avó durante dez anos.” -----

----- O **Senhor Presidente** interrompeu:-----

----- “Esse assunto já não lhe diz respeito.”-----

----- A **Munícipe** retorquiu:-----

----- “Sim está bem, mas...” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu:-----

----- “Esse já não é consigo.” -----

----- Continuando a **Munícipe**:-----

----- “Pois, mas foram ter comigo e eu estou aqui para esclarecer isso. Foram ter comigo e isso não é nada comigo, por isso é que eu estou aqui. Portanto, isso são assuntos que se relaciona a vocês e não a mim.-----

----- Ele foi ter comigo a perguntar se eu sabia de alguma coisa a respeito disso, e eu disse-lhe: “Olha tens um atendimento ao fundo da rua, vais ter no atendimento às terças e quintas-feiras, marcas o teu dia de audiência com as técnicas e elas te informarão das coisas.” O que isso não acontece. -----

----- Agora é um inferno o que eu tenho ali! Porque sou a representante do prédio que tem que resolver essas situações.-----

----- Eu sou representante do prédio, da limpeza e dos barulhos que se encontram no prédio. O que está muito sossegado agora, porque eu meto mão naquilo e, se toda a gente fosse como eu se calhar os prédios não estavam tão destruídos. -----

-----Onde eu moro, o prédio não pode estar destruído, porque não habito lá só eu, habito lá eu, habitam os meus filhos e outras pessoas, por isso é para manter o prédio. Não estou numa barraca, estou num prédio, é para se manter limpo, com o mínimo de condições. Estou a gostar muito de lá estar e tenho pulso naquela gente toda, que é para isso que lá estou. -----

-----Há outra coisa. Esteve lá o senhor fiscal, porque o vendaval levou-me completamente o estore da sala, entra água dentro da sala, porque as janelas já não têm vedantes suficientes, estou sempre a limpar a água, mas eu não estou a viver numa barraca, estou a viver numa casa.”-

-----Questionando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Este prédio está em obras, ou vai entrar em obras?” -----

-----Respondendo a **Munícipe**: -----

-----“Não, não, ainda não está.” -----

-----Questionando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Mas vai entrar?” -----

-----Respondendo a **Munícipe**: -----

-----“Vai entrar para fins de maio.” -----

-----Continuando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Vai entrar quando for possível, é uma empreitada. Qual é a situação?” -----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** explicou o seguinte: -----

-----“Este prédio, está já adjudicado, está a seguir a obra. O concurso está realizado e estão a fazer os prédios por ordem.-----

-----Vai ter substituição de cobertura, vai ter os arranjos todos, as janelas novas, tudo o que os outros têm tido. -----

-----A claraboia foi uma situação que se partiu, e que na altura logo que se partiu, foi posto uma lona e foi tentado fechar com uma corrente. Entretanto, eu por acaso, vou lá amanhã de manhã ao seu prédio...” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A **Munícipe** interrompeu e disse: -----

----- “Não é claraboia, é o alçapão de ferro.” -----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu:-----

----- “Sim, mas é por causa da parte de cima. Eu vou lá amanhã a este prédio, tenho uma visita marcada.” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu:-----

----- “Pronto, vai entrar em obras. É uma questão agora de mais dois ou três meses.”-----

----- A **Munícipe** retorquiu:-----

----- “Mas Senhor Doutor Isaltino, não posso estar a viver com o problema de ossos que tenho, com a casa da maneira como eu tenho. Tenho uma marquise a cair, com humidade!”-----

----- Respondendo o **Senhor Presidente**:-----

----- “Ouça, mas a obra está adjudicada, portanto, agora vai ter de aguardar.”-----

----- A **Munícipe** referiu:-----

----- “Sim, eu acredito e estou muito satisfeita com o trabalho que o Senhor tem feito ao longo destes anos. Não há dúvida nenhuma que o Senhor tem sido um dos melhores presidentes, que nós temos tido, sem dúvida alguma! -----

----- Não deram uma casa nova, que é a única tristeza que tenho. Deram-me sempre casas usadas de outras pessoas, cheias de baratas, cheias de outras coisas.” -----

----- Respondendo o **Senhor Presidente**:-----

----- “Se cuida bem da sua casa, pode ser que tenha sorte ainda venha a ter uma casa nova.” -----

----- Voltando a **Munícipe**:-----

----- “Quem sabe, a esperança é a última coisa a morrer, nunca se sabe.” -----

----- O **Senhor Presidente** indagou:-----

----- “Que idade é que a senhora tem?”-----

-----Respondendo a **Munícipe**:-----

-----“Sessenta e sete vou a caminho dos sessenta e oito, este ano.”-----

-----O **Senhor Presidente** referiu:-----

-----“Das duas, uma, ou vai para uma casa com elevador, ou vai para um rés do chão. Mas agora fique tranquila. A obra vai avançar.”-----

-----A **Munícipe** referiu:-----

-----“Eu preciso urgentemente que a minha casa tenha obras por dentro, está tudo coberto de humidade, tenho um atestado médico que podia ter trazido.”-----

-----Respondendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Pronto, o Senhor Vereador vai lá amanhã e dá-lhe informação mais rigorosa sobre isso.”-----

-----Acrescentou a **Munícipe**:-----

-----“Senhor Presidente já lá teve tanta gente e nunca ninguém resolveu, o alçapão tem um cadeado que fui eu que o meti, porque a Câmara não o pôs.”-----

-----O **Senhor Presidente** sublinhou:-----

-----“Mas a obra está adjudicada e vai reparar tudo.”-----

-----Insistiu a **Munícipe**:-----

-----“Eu não posso estar sem estore! Arranjem-me um estore velho, porque aquilo foi um barulho às altas horas da madrugada, se caísse em cima de uma pessoa matava-a.”-----

-----Concluiu o **Senhor Presidente**:-----

-----“O Senhor Vereador amanhã vai lá, talvez resolvam algum paliativo. Mas a obra definitiva é claramente com o empreiteiro em maio.”-----

6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO:-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** prestou à Câmara as seguintes informações: --

-----“Muito boa tarde a todos e a todas.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Boa tarde ao público que, numa reunião pública é sempre bom que o haja, o Senhor Presidente não permite a gravação e a transmissão das reuniões públicas de Câmara “online”. ----

----- Hoje, como sabemos, vai ser mais uma noite de sobressalto na Baixa de Algés e noutros pontos do Concelho de Oeiras que costumam ter inundações e registamos que o Município tem comunicado os avisos nas redes sociais e da parte da Proteção Civil Nacional recebemos SMS, o que é muito importante para as pessoas estarem alerta e estarem conscientes de que está prevista esta tempestade “Martinho”, com chuva persistente e forte, vento e risco de inundações.-----

----- Esperamos que não venha a causar problemas de maior, porque o que interessa mesmo é que as pessoas estejam a salvo e os seus bens também, mas a informação e a prevenção são realmente importantes e gostaríamos de saber se o Município já fez o levantamento do número de pessoas que vivem em caves na Baixa de Algés e noutros locais vulneráveis a cheias e que medidas tem previstas para, havendo risco, se possam abrigar durante o período mais crítico, porque continuamos sem uma rede de refúgios climáticos que já propusemos em mais do que uma ocasião. -----

----- Registamos também a ausência do Senhor Vice-Presidente, que já deve estar desde do dia quinze no Brasil, numa viagem de dez dias e eu há quinze dias precisamente, na última reunião de Câmara, fiz uma série de questões e o Senhor Presidente de Câmara disse que iriam ser respondidas, mas algumas ficaram ainda sem resposta, desde logo as referentes às viagens ao Brasil com a Oeiras Valley Investment Agency. -----

----- Viagens que pela informação que tivemos e que gostaríamos de confirmar com o Senhor Presidente, custam mais de vinte e cinco mil euros e eu estava a ouvir há pouco a município que veio falar sobre a Banda Municipal de Oeiras, a banda musical, de que eu também ia falar até um bocadinho mais tarde, mas puxei para cima, porque, na realidade, vinte e cinco mil euros são gastos numa única viagem ao Brasil, em que vai o Senhor Presidente, uma Diretora

Municipal e o Senhor Vice-Presidente, que já lá está.-----

-----Numa única viagem são gastos vinte e cinco mil euros ou como há aqui uma proposta hoje, trinta mil euros também num evento equestre e parece que trinta mil euros por ano para um projeto musical que também tem escola, parece muito ou então eu não percebi bem. -----

-----Portanto, nós gostaríamos que fosse esclarecida a razão da retirada do orçamento destinado à Banda Musical de Oeiras e à sua escola de música, com mais de trinta anos, não sei se as pessoas estão lá há trinta anos ou não como o Senhor Presidente estava a dizer, a banda realmente começou em noventa e três pela iniciativa do Senhor Presidente, mas realmente seria interessante, porque com tantos gastos supérfluos estar a retirar orçamento a uma banda, ainda por cima numa situação que não está bem explicada e para nós o importante é saber se a Câmara já falou com todos os representantes, professores, pais e alunos e chegarem a uma resolução que permita um modelo de financiamento e de funcionamento que possibilite realmente a continuidade do projeto. -----

-----É importante também saber se a Câmara já notificou o novo proprietário dos terrenos da Luselite para proceder à limpeza e à descontaminação dos mesmos, como previsto no Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana do Município de Oeiras, no seu artigo cinquenta relativo a espaços privados. Já fiz esta pergunta outras vezes e passarei a fazer, como disse, em todas as reuniões até que me respondam porque ainda não me responderam. -----

-----Também foi com grande estranheza que ontem ouvi o Senhor Presidente considerar que não há nenhuma razão para pais, encarregados de educação, alunos, toda a comunidade escolar da Escola Secundária Professor Augusto Lucas, serem devidamente informados como solicitava o Partido Socialista relativamente à remoção do amianto. Para mim, é extraordinário como é que se considera que dar informação às pessoas é algo despropositado ou que não vale a pena. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Volto também à questão do Bairro de Autoconstrução que trouxe aqui há quinze dias, na última reunião e disse o Senhor Presidente que os proprietários não tinham cedido um metro quadrado que fosse ao Município. Ora, é importante então explicar o que se terá passado, porque no alvará do loteamento dez, de noventa e três, passado precisamente por Isaltino Afonso Morais a João Fernando Canastra, prevê a cedência, precisamente, de parcelas para equipamentos, nomeadamente, quatro mil quinhentos e vinte e cinco metros quadrados para equipamento social, exatamente a mesma área que surge depois na posse da Misericórdia, que nós gostaríamos de ver esclarecido como é que estes quatro mil quinhentos e vinte e cinco metros quadrados que aqui diz para equipamento social que foram cedidos à Câmara aparecem na posse da Misericórdia e depois voltaram à posse da Câmara.-----

----- Para nós o importante é esclarecer a situação, zelar pelo cumprimento da lei e não tendo sido os munícipes contactados é importante esclarecer situação. É legítimo que haja dúvidas, portanto, não se trata de nenhuma desconfiança ou de nenhuma situação que depois venham dizer que não queremos a habitação pública, não queremos isto, não queremos aquilo, nós queremos é que se explique aos proprietários que cederam este terreno para equipamento público, equipamento social, como aqui está, o que é que aconteceu nestas sucessivas passagens da propriedade do terreno. -----

----- A propósito de habitação pública e da necessária conservação e renovação dos edifícios da Câmara e ouvimos agora esta senhora, nem de propósito, tendo recebido queixas de moradores que tem infiltrações e humidade em casa, gostaria que me fosse enviado o calendário da renovação interior dos fogos de habitação pública no Bairro dos Navegadores, porque sabemos o flagelo da pobreza energética e o PRR, também como sabemos já tem passado por aqui, prevê obras de renovação energética e conseqüente melhoria do conforto térmico das casas.

----- Venho também requerer que me seja enviado o estudo de impacto ambiental do loteamento Norte de Caxias, que pela informação que temos já foi remetido para esta Câmara e

questionar sobre as sondagens que estão a decorrer em Laveiras. -----

-----Finalmente, gostaríamos também de saber se a Câmara avançou com alguma diligência para comprar o campo de golfe que o Senhor Presidente, num daqueles vídeos que faz nas redes sociais, veio dizer que tencionava comprar. Estava nas mãos do Novo Banco e tencionava comprar para que os alunos do Concelho acessem a aulas de golfe nesse campo.” --

7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO: -----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

-----“Começo por dar nota da comemoração do Dia Internacional da Mulher, onde tivemos uma sessão no Templo da Poesia, com várias mulheres que foram partilhar as suas vivências e os seus testemunhos. A sessão começou com a visualização de três curtas metragens alusivas a três mulheres muito diferentes, com dificuldades também muito diferentes e não posso também deixar de dizer que, em primeiro lugar, é muito importante partilharmos as boas práticas e os bons exemplos, porque são eles que podem quebrar o ciclo e fazer com que as mulheres percebam que às vezes também está nas suas mãos romper algumas barreiras. -----

-----Quero também agradecer ao Gabinete de Comunicação pelo trabalho que fez em colocar este dia na agenda do Município, em que várias mulheres da Câmara de Oeiras, do Município de Oeiras, deram a sua perspetiva sobre aquilo que é ser mulher e agradeço obviamente à Senhora Vereadora Carla Rocha este trabalho e agradecer também à Equipa da Igualdade. - -----

-----Dar também nota da entrega das chaves do empreendimento Alto da Montanha, que mais uma vez, tenho que dizer, é uma honra podermos estar nestes momentos, a dar chaves a pessoas, a manter aqui desde pessoas com graves carências económicas, à classe média, poder mantê-las no nosso território e dar-lhes soluções e alternativas, para que possam permanecer no sítio, onde querem estar, que é Oeiras. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Foi um momento muito emocionante, é o primeiro de muitos que se irão seguir e bem sei que muitos dizem que foi no âmbito do PRR e foi, efetivamente e ainda bem que é possível termos o PRR para poder completar uma série de desígnios que temos para a nossa população, porque, de outra forma, se calhar, efetivamente não conseguiríamos, mas não conseguiríamos nós, como não conseguiriam muitos outros municípios e, portanto, bem-haja ao Partido Socialista ter de facto feito esta negociação com a União Europeia e ter-nos permitido que houvesse estas verbas disponíveis. -----

----- Por fim, dar nota que decorreu ontem a última Assembleia Participativa para o Plano Municipal da Igualdade e não Discriminação de Oeiras, em que tivemos a tratar do quarto eixo da não discriminação, que é precisamente o racismo, que como já tinha dito aqui na reunião de Câmara, está integrado no nosso Plano e foi ontem esta sessão dedicada especialmente a este tema e espero em breve, termos as condições para trazer aqui a proposta de Plano a este Executivo.”-----

8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR: -----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** prestou à Câmara as seguintes informações:-

----- “Estas duas semanas, foram semanas carregadas de eventos e de inaugurações, desde a inauguração da Praça Talaíde, o “Oeiras Education Fórum”, o Dia Internacional da Mulher, mas cada Vereador, com certeza, falará com maior propriedade destes importantes eventos e eu vou dar aqui mais destaque a dois ou três pontos das minhas áreas. -----

----- No dia dez de março estive presente no almoço das “Marias”, um almoço convívio, no Bairro da Outurela. -----

----- No dia doze de março, estive no segundo aniversário do projeto de “Marias e Maneis”, no Bairro dos Navegadores e dizer que realmente o trabalho que tem sido feito, no âmbito da área dos idosos e do envelhecimento neste Concelho, está a ser visto e notado em todas as áreas do envelhecimento. -----

-----Estive presente também no Festival de Música Sénior, com a presença de seiscentos seniores, no Auditório Ruy de Carvalho, em Carnaxide, com várias tunas dos concelhos vizinhos e todos os dias há eventos e todos os dias acontece alguma coisa neste Concelho, que faz com que os nossos seniores tenham um envelhecimento ativo e é algo que já sai do Concelho. -----

-----Fomos convidados para participar num programa em família e falarmos disto que andamos a fazer, com os bailes seniores, dos encontros que fazemos, do baile dos afetos, o turismo sénior e foi um momento televisivo onde foi recriado o baile dos afetos, no âmbito do Movimento Cidade dos Afetos.-----

-----Fazer também aqui nota da cerimónia de inauguração do programa habitacional do Alto da Montanha. Já muito foi falado, mas eu não quero deixar de dizer que isto foi um momento muito bonito, com muito bom gosto, muito emocionante e é isto que nós estamos cá a fazer, que é mudar vidas. -----

-----Parabéns para toda a equipa da Habitação, seja a parte da obra, seja a parte das pessoas, porque são estes dias que fazem sentido e foi um dia realmente maravilhoso.”-----

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES: -----

-----O **Senhor Vereador Armando Soares** informou a Câmara do seguinte: -----

-----“Pegando já na parte final da intervenção da Senhora Vereadora Teresa Bacelar, é impossível não falarmos, nem que seja ao de leve, possivelmente o Senhor Presidente irá falar com mais propriedade sobre este tema, sobre a inauguração do Alto da Montanha, mas destacar se calhar aqui outras coisas que não foram faladas.-----

-----Obviamente que estamos todos felizes e só podemos estar, são mais de sessenta e quatro habitações que entregamos a quem delas precisa, temos que estar felizes, porque é o primeiro edifício construído ao abrigo do PRR e uma vez mais, como já é habitual, também somos inovadores nessa matéria, mas também fomos inovadores e porque tenho assistido sempre ao longo da vida muitas cerimónias, porque conseguimos ter presentes quer a anterior Ministra



Câmara Municipal
de Oeiras

da Habitação do Partido Socialista, quer o atual Ministro e a Secretária de Estado que tutela exatamente a área da Habitação e nisso também temos sido diferentes e é também por isso que se explica o sucesso de Oeiras. -----

----- O facto de integrarmos um movimento de cidadãos independentes, mas e do que me recorde mesmo quando o Senhor Presidente tinha uma marca partidária, já há muitos anos atrás, nunca este Município sob a sua égide, deixou de tratar bem todos aqueles que trataram bem o Concelho de Oeiras e foi exatamente aquilo que ali aconteceu, nós conseguimos ver representantes de dois partidos, um deles atualmente no Governo e outro que saiu, a conseguirem uma sã convivência e a celebrarem também um feito que é de ambos de alguma forma. -----

----- É da energia de Oeiras que se estava ali a falar, porque fomos nós, se permitem, nós, os funcionários, todo o corpo de dirigentes do Município de Oeiras e os autarcas também evidentemente, mas com o apoio, quer do anterior Governo quer do atual e isto quer dizer, que já vem sendo tempo, possivelmente não será no próximo Governo, mas já vai sendo tempo de os dois maiores partidos do País, se poderem entender e pelo menos naquilo que são as matérias das reformas necessárias para nós melhorarmos a vida das pessoas e numa questão tão importante como é a questão da habitação, evidentemente poderíamos falar da Educação e de outras áreas, já era tempo de se entenderem, porque cada vez que ganha um ou ganha o outro, há coisas que andam para trás e pelo menos esta conseguimos Senhor Presidente, uma vez mais, com a nossa energia, a nossa marca de Oeiras, conseguir demonstrar que é possível fazer, mesmo atravessando dois governos de duas marcas tão distintas e tão diferentes. -----

----- Esta era a primeira coisa que gostava de dizer sobre isto, evidentemente para mim foi também um momento de grande alegria, porque quando verificamos as pessoas a receberem as chaves, aqueles que os vão lá apoiar, familiares e amigos e a alegria naqueles rostos e as lágrimas que tantas e tantas vezes conseguimos assistir na entrega das chaves, só mesmo quem possa estar a ver a vida numa perspetiva completamente diferente, é que não pode apoiar e

incentivar e dedicar todas as suas forças a que mais momentos como este possam existir. -----

-----Estive em representação do Senhor Presidente, na apresentação do livro do Professor José Manuel Constantino, “Pensar o Desporto, Pensar Portugal”, uma iniciativa organizada pelo Comité Olímpico de Portugal. Foi também um momento sempre emotivo, para mim que também o conheci, o Professor Constantino durante tantos anos e ver ali tantos e bons amigos dele, a falarem sobre ele e a darem-lhe as palavras que ele sempre mereceu. É alguém que é património também nacional, evidentemente, mas também é um património do Município de Oeiras passou por cá, deixou a sua marca e julgo que não o esquecemos. -----

-----A Senhora Vereadora Carla Castelo, falou uma vez mais da banda que evidentemente é um tema que só nos pode unir, não nos pode dividir Senhora Vereadora, mas resumir a coisa da seguinte forma. Não houve nenhuma desorçamentação, se houvesse desorçamentação significava que o orçamento tinha sido aprovado aqui e que de repente tinha sido desconsiderado, nada disso aconteceu. - -----

-----O que aconteceu e sem estar aqui a perder muito tempo sobre este tema, o Senhor Presidente se quiser falará mais sobre ele, o que aconteceu, foi uma descaracterização daquilo que era o projeto inicial e chegou a um ponto e é conhecido por alguns de nós, em que a banda houve alguns anos em que com dificuldade aparecia naquilo que era convocada, em muitas coisas que a Câmara Municipal fazia e evidentemente a banda por maioria de razão, a essas deveria participar, por um ou por outro motivo, mas isso nem sempre aconteceu. A dado momento acontecia com músicos que eram contratados fora do Concelho de Oeiras, que nada tinham a ver com o Concelho de Oeiras e que eram pagos para poderem fazer parte e para poder integrar e aquilo que tinha sido o seu projeto, que era uma escola de música de formação, onde nós pegasse-mos nos filhos de funcionários e da população, muitos deles com carências económicas e que tivessem vontade em aprender, nem sempre isso aconteceu e era para isso que isto tinha surgido, porque há várias escolas de música no Concelho e essas escolas de música



Câmara Municipal
de Oeiras

integram qualquer cidadão que queira integrar e queira aprender música, não tem que ir para a banda de música da Câmara Municipal, não tem que ir para essa escola de música, pode ir para outras, portanto, se vem para esta, tem umas características completamente diferentes e foi aquilo que se verificou que não acontecia.-----

----- Então o que foi pedido à nova direção, havendo um novo projeto e estando agora a banda integrada naquilo que é a Academia Musical Oeirense, é aquilo que surge neste momento, foi pedida a essa nova direção, que evidentemente poderá ser um pouco mais inexperiente e talvez tenha essa dificuldade e evidentemente é ajudada naquilo que necessite, a apresentar um projeto que, de facto, fosse um projeto de acordo com aquilo que foi o espírito inicial e, portanto, esse projeto ainda não foi apresentado. Aquilo que foi solicitado, foi que precisavam de verbas para fardas e precisavam de comprar instrumentos, não é por aí, obviamente que isso também será conseguido e também será concretizado, mas um projeto para a banda, para uma banda que é de formação, para uma escola que é de formação, é esse o interesse, ainda não foi apresentado esse projeto. Nós podemos ajudar a fazer esse projeto, mas não o podemos fazer, nós podemos apenas ajudar, podemos auxiliar, mas não podemos fazer de raiz, porque se não então, não vale a pena, então nasce daqui dentro da sede da Câmara Municipal, não vale a pena existir uma associação. -----

----- Por isso Senhora Vereadora, é isto que se passa, existe toda a vontade como sempre existiu no Município de Oeiras e apoiar e incentivar várias atividades de teor cultural, aliás, nisso sempre fomos marca, se me permite aqui este à parte, é com alguma ligeireza que vou aqui dizer isto, a Câmara Municipal de Oeiras até nos tempos em que era liderada pelo Partido Social Democrata, pela imagem do Senhor Presidente, era considerada quase algo bastante “kitsch” no panorama nacional, porque havia aquela ideia que só as Câmaras Comunistas é que faziam cultura, não sei se a Senhora Vereadora é desse tempo, julgo que será, eu sou, pelo menos, quando isto há trinta anos e portanto, dizia-se que só os comunistas é que sabiam fazer cultura, só

os comunistas é que apoiavam, mas não, a Câmara Municipal de Oeiras fazia-o e fazia-o bem, ou seja, se há marca que nós temos, sempre foi a marca da Cultura. -----

-----Neste tema em específico, nem estamos a falar de verbas consideráveis, estamos a falar até de coisas pequenas, como diz, só não aconteceu ainda porque ainda não foi apresentado esse projeto. Agora compreenda falar-se que há trinta mil euros gastos num ano e são os mesmos trinta mil euros, para dar aulas a meia dúzia de alunos, foi aquilo que foi dito, atenção e, portanto, seriam dezoito, dezanove ou vinte, o número de professores era exatamente o mesmo, nenhum deles paga absolutamente nada para ter as aulas, todos eles têm os instrumentos oferecidos pela banda, quer dizer, há aqui alguma coisa que não está a correr bem, porque inscrições gratuitas, instrumentos oferecidos, aulas grátis e depois quando se pedia muitas vezes a atuação, ela não existia, se calhar é preciso rever alguma coisa.-----

-----É disso que estamos a falar, assim que seja revisto, tenho a certeza que o Senhor Presidente e todos nós apoiaremos, incentivaremos e trazemos aqui a proposta de orçamento, mas ela não existe, não vinha uma desorçamentação e isso seria a mesma coisa que ter dado e ter tirado, ninguém fez isso.”-----

10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO:-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** prestou à Câmara as seguintes informações: ----

-----“No dia nove, tive o gosto em representação do Senhor Presidente, de dar o tiro de partida para a Meia-Maratona de Lisboa, cujos atletas de elite partem de Alges e que é sempre um entusiasmo e uma grande inspiração, porque nós aqui em Oeiras, se olharmos para o nosso calendário desportivo de provas de corrida de estrada, pomos mais de cento e cinquenta mil participantes a correr todos os anos com um dinamismo incrível e para toda essa gente temos uma partida do nosso Concelho das melhores do mundo e das melhores do País, é sem dúvida nenhuma, prestigiante e inspirador. -----

-----Depois também, obviamente, uma palavra para o grande acontecimento da semana



Câmara Municipal
de Oeiras

passada, a inauguração do Programa Habitacional do Alto da Montanha, não vou dizer muito mais sobre isto, porque certamente, o Senhor Presidente também terá coisas para dizer e o Senhor Vereador Nuno Neto, mas quero dizer uma coisa, ali sentado naquela cerimónia e só não a presenciou quem não quis lá ir, eu não pude deixar de me sentir invadido por um orgulho enorme do meu Município, do meu Presidente de Câmara, deste Executivo e do projeto político onde tenho a honra de participar e desta grande equipa que é a Câmara Municipal. -----

----- Portanto, muitos parabéns a todos, especialmente a si, Senhor Presidente, e ao Senhor Vereador Nuno Neto e às equipas com quem têm trabalhado foi, de facto, um momento extraordinário. -----

----- Depois, dar conta, do primeiro “Oeiras Education Fórum” organizado em parceria com a CNN Portugal, com o objetivo de discutir e refletir sobre a educação em Portugal e, particularmente, sobre a educação escolar. -----

----- Sobre isto, o que eu gostava de dizer é que este grande evento foi muito importante e é muito importante que ele seja feito como o “media partner” que garanta a visibilidade pública da discussão das políticas educativas e isto é muito importante por uma razão simples, o futuro da educação está nas cidades e está nos municípios, quem não quiser ver isto é porque ignora e a história é aquilo que tem acontecido nas últimas décadas. -----

----- Nós estamos a viver um período de transição em Portugal, não sabemos quanto tempo vai demorar, se vai demorar muito se vai demorar pouco, mas há uma certeza, que podemos ter, o futuro da construção das políticas educativas é um futuro que se vai definir no local que tem legitimidade democrática que são os governos locais, os municípios, e de uma forma participada pelas partes interessadas locais que se interessam pelo fenómeno político de educação, isto é assim, porque esta transição vem de uma era em que o local era concebido essencialmente como lugar de aplicação de tudo aquilo que era decidido a nível central e que o modelo de regulação da educação era o modelo burocrático. -----

-----Depois avançámos para uma era que é aquela em que estamos agora, de modos de regulação pós burocrática, em que há um bocadinho de tudo e há até uma enorme e brutal contradição assim dependa do Governo que está em funções, umas vezes fazem-se umas coisas, volta-se atrás depois anda-se para a frente, delega-se umas coisas nos municípios, mas depois não se delega outra vez, depois é contratualizado, depois é transferido, bom, estamos nesta época de transição, mas virá um tempo que já se instalou em vários países da Europa e do mundo e com extraordinário sucesso em que nós chegaremos a modos de regulação sociocomunitária de educação onde os municípios têm um papel central. -----

-----Esse momento será um momento de construção de políticas educativas locais e em que o Estado Central se resguardará ao seu mero papel de regulador e não de decisor. -----

-----Oeiras quer estar enquanto Município, enquanto governo local à frente nesta discussão no País e no mundo, trazer a Oeiras os maiores especialistas mundiais para fazer connosco esta discussão. -----

-----Queremos ter esta discussão todos os anos e queremos que esta discussão tenha uma grande visibilidade pública e a capacidade de catalisar e influenciar aquilo que são as políticas públicas nacionais para o setor da educação, foi isso que procurámos fazer, mas procurámos fazer também afirmando a nossa identidade e as nossas políticas locais para a educação e aquilo que conseguimos fazer no nosso Concelho, ativando uma rede transformadora. -----

-----A exposição que esteve patente na semana passada no Taguspark da “Ardósia à Rede Transformadora”, uma exposição magnífica, é um espelho daquilo que é a emergência do local na educação e que se vai consolidar nos próximos anos e no futuro em breve e, sobre isso, quero apenas só para terminar dar os parabéns ao extraordinário trabalho do nosso Gabinete de Comunicação, à Senhora Vereadora Carla Rocha e ao Departamento de Educação, que juntos conseguiram capturar perfeitamente aquilo que foi o “briefing” que eu forneci e qual é que era a intencionalidade política com a construção daquela exposição que foi de imenso agrado de todos



Câmara Municipal
de Oeiras

os visitantes. -----
----- Tivemos seiscentos inscritos no Fórum, uns vieram apenas de manhã e outros apenas de tarde, alguns vieram apenas ver um dos conferencistas, mas posso dizer que foi um grande sucesso e que é um território no qual continuaremos a atuar e a fazer ouvir a nossa voz.-----
----- Para terminar, eu quero apenas se me permitir ler para conhecimento do Executivo e dos presentes um email que nos chegou, chegam-nos vários, mas este achei particularmente simpático, de maneira que, não resisti a trazê-lo aqui para dar conhecimento aos Senhores Vereadores e com a autorização do Senhor Presidente, veio de uma jovem estudante do ensino superior que diz o seguinte:-----
----- “... Venho por este meio, fazer um elogio ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais, que, de facto, é um dos melhores presidentes de município que existe neste País e argumento, isto, porque tenho amigos a viver em Oeiras que comentam tudo que o município vai fazendo e proporciona aos cidadãos e habitantes do mesmo.-----
----- Este email vem a propósito de tanto eu, como uma colega minha da faculdade, termos solicitado bolsa de estudo, ela residente em Oeiras e eu residente em Odivelas, ao qual a minha bolsa de estudo foi rejeitada e a dela foi aceite e bem analisados, muito bem analisados, não algo feito sem noção das coisas os documentos apresentados.-----
----- Ambas trabalhamos e ela auferiu rendimentos maiores do que os meus e não apresenta grandes despesas porque vive com os pais, já eu, além de auferir menos rendimentos do que ela e viver sozinha, tenho todas as despesas de uma casa a meu cargo e foi a única vez que alguma vez solicitei algo ao meu Município onde resido desde dois mil e dezassete, porque estava mesmo, mesmo necessitada. -----
----- Saliento também, que a Câmara Municipal de Odivelas disponibilizou apenas vinte e poucas bolsas de estudo, quando Oeiras disponibilizou muito mais, sabemos que cada município tem os seus critérios e, por isso mesmo, queria felicitar a Câmara Municipal de Oeiras e o Senhor

Presidente Isaltino Moraes e toda a sua equipa por auxiliar todos os habitantes do município em tudo aquilo que precisam e neste assunto específico proporcionar um futuro melhor, um exemplo de município para Portugal, muitos parabéns continuem o excelente trabalho...””-----

11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO: -----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** prestou à Câmara as seguintes informações:-----

-----“Oeiras destaca-se em todos os panoramas e eu podia falar do Alto da Montanha, mas vou abordar dois eventos que só podiam acontecer em Oeiras. -----

-----O evento da Educação que demonstra a nossa vocação quase universal de líder nas grandes discussões e a inauguração da Praça de Talaíde que aqui no panorama mais local, demonstra a qualidade da nossa intervenção e que nos destaca em relação aos nossos vizinhos. --

-----O Alto da Montanha é bem o símbolo da habitação pública, é a última construção que aconteceu nos últimos anos e aconteceu onde só podia acontecer, em Oeiras, porque, apesar de um programa que foi lançado por um governo do Partido Socialista, continuado por um governo PSD, na verdade, Oeiras aqui destaca-se uma vez mais, porque foi Oeiras, foram os técnicos do Departamento de Habitação que conseguiram preparar o trabalho, que conseguiram instruir as candidaturas, que conseguiram criar novas ofertas habitacionais, que construíram de novo e com muita qualidade para os nossos Municípios. -----

-----Hoje queria agradecer e a Senhora Vereadora Carla Rocha associa-se, com certeza, já tivemos esta conversa muitas vezes, a todos os que trabalham no Departamento de Habitação, porque são eles os verdadeiros artistas.-----

-----Quando o Senhor Vereador Armando Soares falava sobre isso, eu olhava para a cara de orgulho de cada funcionário daquele departamento e para o envolvimento pessoal que cada um teve, desde a preparação da candidatura, à alegria quando recebemos a notificação de mais uma candidatura aprovada, porque a verdade é que se o PRR foi negociado para o País inteiro, se a área Metropolitana é a grande carente de habitação no País, é a Câmara de Oeiras que se



Câmara Municipal
de Oeiras

destaca pela sua capacidade de realização e essa capacidade tem uma história, ela existe porque foi começada há muito tempo, porque esta cultura foi criada e foi dinamizada e está inculcada nos nossos funcionários e foi essa cultura que foi criada há muitos anos, que permite que estivéssemos na linha da frente quando surgiu o “Primeiro Direito”, que permitiu que estivéssemos na linha da frente quando surgiu o PRR e que permitiu que fôssemos os primeiros a inaugurar construção nova, desta dimensão no País e, portanto, é um orgulho como dizia aqui o Senhor Vereador Pedro Patacho, é um orgulho pertencer a este Executivo, Senhor Presidente, na sua liderança, só consigo é que isto foi possível e é por sua causa que isto continua a ser possível.” - -----

12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA:-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Rocha** prestou à Câmara as seguintes informações:----

----- “No dia seis de março, estive presente no evento “Imobiliário três ponto zero - Inovação e Habitação”, na Nova School of Business and Economic, em Carcavelos.-----

----- No dia onze de março, estive na primeira edição do “Oeiras Education Fórum”, no Auditório Taguspark, em Oeiras. -----

----- Nos dias doze e treze de março, estive na inauguração do stand da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, na “Better Tourism Lisbon Travel Market” (BTL) dois mil e vinte e cinco e BTL - Rota “Nautical Portugal”, no stand “Lisboa”, na FIL - Feira Internacional de Lisboa. -----

----- Também no dia treze de março, assisti à cerimónia de entrega das chaves com bastante emoção. -----

----- Gostaria de destacar a qualidade da organização deste evento que esteve à altura da importância do momento. Desde a receção dos convidados até à logística envolvida, tudo foi planeado com imenso rigor e profissionalismo. -----

----- A habitação é uma aspiração de muitas famílias que tudo fazem para ter uma casa e

que, imaginem só, mesmo assim não conseguem. -----

-----Há um plano da sociedade, onde tantos vivem e que não conseguem, por mais que trabalhem, ir para além do ordenado mínimo ou tantas famílias monoparentais que para irem buscar os filhos à escola, quando são menores, apenas podem ter um “part-time” e não os conseguem levar para uma casa a que chamem a sua casa.-----

-----Há tantos impedimentos na obtenção de uma casa, que poderia estar aqui os meus cinco ou dez minutos, ou meia hora a falar deles, que não os esgotava e nenhum deles tem a ver com a incapacidade de cuidar da casa, de falta de trabalho ou de falta de compromisso para com a sociedade onde se inserem. Há um plano da sociedade onde muitos partem muito mais lá atrás, ou a dada altura, perdem o ritmo e tropeçam ficando algures num lugar que, se não forem as políticas públicas, não há quem lhes dê a mão.-----

-----A meritocracia é algo que está vetado a muitas pessoas. Nascem e morrem com trabalhos que nunca passam, por muito que façam, de um trabalho com pouco rendimento ou de uma pensão baixa que não reflete a dedicação de uma vida e nada tem mal a profissão em si, mas por mais eficientes que sejam, não deixam de ficar na base remuneratória que veta o direito à habitação, veta o direito à cidade. -----

-----A política tem de servir para dar respostas ao mais básico do básico, a casa está neste parâmetro. E quando falamos da casa, não pode existir devaneios para a sua construção, porque a casa tem de ser construída, ela não existe no vazio. -----

-----Quando falamos de ordenados mínimos, de classe média, média-baixa, falamos da possibilidade de, na falta de resposta, estarmos a criar novos pobres. -----

-----Não sei se interessa muito, a quem não consegue aceder a uma casa, porque é que essa mesma casa não existe, se ali, estão guardados aqueles terrenos para o milho, para o trigo, para o centeio ou então para a árvore, para os pássaros, para os coelhos, quando a casa não existe para os filhos deles.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- E isto, não é de todo, mas não é mesmo de todo razoável, quando se vive num concelho urbano, vibrante, inserido numa Área Metropolitana, como é o caso de Oeiras.-----

----- Ou então digam-me, como deslocar a casa para longe do local onde se trabalha ou onde se estuda? -----

----- A casa, a par com as escolas, com os centros de saúde, são os bens físicos mais importantes e tem de estar, imaginem lá, no sítio onde estão as pessoas.-----

----- O Alto da Montanha deu resposta a sessenta e quatro famílias, temos duzentos e vinte moradores naquele empreendimento. Um empreendimento que é uma resposta clara, concreta de um concelho que busca respostas claras e concretas.-----

----- Não falamos apenas de atribuir casas, mas de dar possibilidade de criar novos projetos de vida. Já para não falar do contágio social dos que saíram do nosso parque habitacional, porque superaram o nível de pobreza e passaram para outro patamar social.-----

----- Isto é sucesso das nossas políticas públicas!-----

----- Não podemos nunca esquecer que a pobreza ocupa imenso espaço mental. -----

----- Este Alto da Montanha é uma bala no coração da pobreza, que se instala no centro das famílias que têm rendimentos baixos. Uma bala certa, que nos deve orgulhar a todos, Senhor Presidente, a todos os que estiveram envolvidos e envergonhar todos aqueles que, no conforto do seu lar, acreditam que a política social de habitação é um “fait-diver” político.-----

----- Gostava por fim de salientar o que para mim é fundamental. -----

----- A habitação pública não é sequer questionável, porque não se trata de caridade, mas sim, de uma questão de direitos humanos.” -----

13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE: -----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** prestou à Câmara as seguintes informações: -

----- “Dar aqui algumas breves notas, apesar da maioria dos Senhores Vereadores já ter falado, falarei só de alguns destes pontos. -----

-----No dia sete de março ocorreu mais uma edição daquela que é a atividade “À Descoberta no Mercado”, desta vez no Mercado Municipal de Paço de Arcos, é uma iniciativa que já tinha falado aqui e que está no “Oeiras Educa” e tem como objetivo levar alunos do primeiro ciclo a conhecer e a descobrir os mercados municipais. -----

-----A primeira vez, foi com turmas do segundo ano, agora foi uma turma do primeiro ano da Escola António Rebelo de Andrade e que tiveram a oportunidade de aprender um pouco sobre os produtos hortícolas, o peixe e perceber o valor da cadeia alimentar e da alimentação saudável. Uma verdadeira aula de estudo do meio, onde o olhar completamente fascinado de alguns alunos a olhar para uma lula e perceber que ela quando estava no mar tornava-se transparente, coisas que não vêm no seu dia a dia e que, através deste projeto “À Descoberta do Mercado” conseguem compreender, porque vêm ali animais, que só vêm ou na televisão ou muitas vezes nos meios digitais e, por isso dar também uma verdadeira da aula fora das salas de aulas, uma oportunidade aos alunos experienciarem algo diferente. Saudar, que este ano temos mais escolas a participar. -----

-----No mesmo dia, estive na inauguração, que já falámos, da Praça de Talaíde, após as obras de requalificação. Estas obras foram cruciais para aquilo que é não só a modernização da zona e dinamização que se falou também durante essa requalificação e nessa inauguração que irá ser feita desse espaço público, tornando também assim, mais segura e acessível. -----

-----No âmbito do dia oito de março, começámos “Os Contos no Mercado” é uma organização feita pela Livraria Gatafunho que nos desafiou a passar alguns dos seus momentos de contos de narração para dentro das portas de mercado, à noite. Nos próximos meses, teremos “Noites de Conto no Mercado de Oeiras” e começamos precisamente com o “Dia da Mulher”, onde celebrámos num ambiente intimista, onde foram contados de maneira diferente alguns contos tradicionais, como o “Capuchinho Vermelho” de entre outros, dedicados a mais novos e a mais velhos.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Dar ainda nota e já muito se falou aqui do Alta da Montanha, mas é importante, realmente ressaltar, porque quando na espuma dos dias falamos de tudo e dizemos um pouco de tudo, mas nem sempre dizemos aquilo que interessa. -----

----- É importante que este evento e que este momento que todos nós ali vivemos e que eu queria saudar realmente a organização do mesmo, todos ficaram fascinados quando a olhar para o edifício viram um grupo de cantores a abrilhantar, diria assim, aquelas janelas em que há um momento em que nós, pelo menos isso aconteceu-me, estamos a olhar para aquelas janelas e pensamos nas famílias que ali iam habitar e habitar de uma forma permanente e que iriam transformar as suas vidas. Umas que tinham clara necessidade habitacional, outros que vinham de outros bairros municipais e que vinham, como Presidente aqui falava, pelo bem que trataram outras casas assim recompensado. -----

----- Mas é importante percebemos que aquilo é o culminar das políticas públicas e aí estamos todos em acordo ou, pelo menos, a maioria nós, quando é importante que os partidos políticos tenham aqui a seriedade daquilo que são as verdadeiras preocupações dos portugueses estarem acima dos interesses partidários, eu acho que aquilo é um dos melhores exemplos e é isso que nos deve toldar a nossa política e, por isso dar aqui um complemento especial ao Senhor Presidente e congratular, obviamente a presença do Primeiro-Ministro Luís Montenegro e também dos Ministros, Miguel Pinto Luz e a Manuel Castro Neto, assim bem como a Secretária de Estado que, de resto também já cá tinha estado presente Patrícia Gonçalves em outros eventos. Mas destacar a importância que este evento também teve e foi saudado por todos dentro e fora de Oeiras. ---- -----

----- Dar ainda destaque para este fim de semana, que tivemos a nossa já tradicional, mais conhecida por nós, como Feira de Vinhais, mas que é a vigésima sexta promoção gastronómica e mostra de artesanato do Concelho. Ainda não temos números daqueles que foram os visitantes, mas aquilo que podemos sentir sempre que ali estamos e esta foi mais um desses momentos é a

alheira que esteve em destaque, foi premiada mais um ano, no seu segundo ano consecutivo, como melhor enchido mundo, também não faltou obviamente o azeite, o mel, o folar. -----

-----Nestes três dias, temos sempre qualquer coisa nova todos os anos que temos feito, pelo menos desde este mandato para a frente e este ano tivemos os pauliteiros, os cavaquinhos e as gaitas de foles, obviamente também não podemos deixar de ter os tradicionais caretos que animaram esta tarde, que com a chuva foi intermitente a nossa estadia no Largo, mas tentámos da melhor forma que assim fosse possível. -----

-----Dizer ainda que temos este fim de semana, dia vinte e três, o “Vegan Market” no Mercado de Oeiras e convido-vos a todos, se o São Pedro ajudar a estar presente.” -----

14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA: -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** prestou à Câmara as seguintes informações:

-----“Dar nota só de duas iniciativas que representam bem aquilo que são as políticas públicas de Oeiras.-----

-----Não posso deixar de fazer nota à inauguração do Alto da Montanha, sessenta e quatro casas, sessenta e quatro famílias onde transformámos vidas e é esse o nosso propósito, um propósito de quatro anos, que sobrepõe a outros quatro e na realidade só conseguimos fazer o que estamos a fazer em dois mil e vinte e cinco, porque existe vontade política e estabilidade política em Oeiras e é por isso que continuamos a honrar a nossa história, uma história de quatro décadas, quarenta anos, é a razão pela qual conseguimos concretizar o Alto da Montanha e em breve trecho conseguimos concretizar a Junça e conseguimos concretizar os Aciprestes, iremos concretizar o Casal do Deserto e iremos concretizar um programa que revela ambição, estratégia, planeamento a longo prazo. -----

-----E mais do que estarmos aqui nesta reunião e naturalmente aquilo que falamos, falamos para a ata, que será transcrito, aquilo que dá de facto gosto, paixão, é sairmos desta sala e estarmos no terreno, a falarmos com as pessoas, percebemos que de facto, transformamos



Câmara Municipal
de Oeiras

vidas. -----

----- Na última cerimónia e eu acabei por partilhar isto com o Senhor Presidente, com o Senhor Vereador Nuno Neto e com a Senhora Vereadora Carla Rocha, na realidade, nós entregámos em bloco sessenta e quatro casas, mas não teve a emoção das iniciativas que temos quando entregamos casa a casa, família a família, o que não era possível, porque tínhamos cá o Governo, mas na realidade eu não posso deixar de presentear e de congratular, porque a iniciativa, a cerimónia foi magnânimo. Só quem lá esteve percebeu que a Câmara, porque podemos ter as nossas “tricas”, porque faz parte de uma família, faz parte de uma grande família que somos, dois mil e oitocentos colaboradores, mas na hora H, que é o nosso ADN e é a habitação e quem lá esteve sabe que todos tiveram, a Câmara esteve toda una e coesa naquela cerimónia e a respeitar o nosso presente, o nosso passado e aquilo que é a concretização futura, porque na realidade nós estamos a concretizar para além deste mandato e é isso do qual nós devemos sentir orgulho, o nosso esforço e a nossa dedicação, ultrapassam claramente o mandato dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e cinco que termina agora. -----

----- O que nós estamos a fazer será para as gerações futuras, não só para as famílias mais carenciadas, mas para a classe média, que somos todos nós, todos aqueles que precisam na realidade, a Câmara Municipal de Oeiras, através das suas políticas públicas, dá resposta, porque pensa em todos, seja na área da habitação, seja na área da educação, porque tivemos uma conferência extraordinária no Taguspark, seja na área das infraestruturas e a valorização do espaço público. -----

----- Tivemos há poucos dias uma cerimónia onde não esteve o Governo e não é só nas cerimónias onde temos o Governo que devemos dar nota, tivemos uma cerimónia que foi a inauguração de uma praça em Talaíde, que parece uma coisa de somenos importância, mas não é, porque na realidade estamos a falar de um dossier onde a Câmara para conseguir inaugurar, teve anos, anos para negociar. Para negociar com os proprietários, para indemnizar, para demolir, para

realojar, estamos a falar de muito tempo de reuniões, de bastidores, onde não se vê nada, quer dizer, vê-se agora na cerimónia de inauguração, onde, de facto, se vê uma diferença abrupta entre dois Concelhos, nem precisam de sinalética, concelho de Cascais e Concelho de Oeiras, não precisa, porque quem faz a estrada de Leião/Talaíde e chega a Cascais, consegue perceber claramente a diferença entre dois Concelhos, um Concelho que ainda não foi transformado e um Concelho onde foi tudo transformado, porque não existem pessoas a viver em condições indignas e reparem há três anos atrás, dez pessoas, dez famílias viviam em anexos, em condições absolutamente indignas, não era a Senhora Vereadora Carla Rocha que estava com o pelouro da Habitação, era a Senhora Vereadora Teresa Bacelar, mas todos nós acompanhámos aquele processo que foi um processo transformador do território e da vida das pessoas.-----

-----Eu não sei o futuro, mas posso-vos dizer que como Vereadora, de hoje, que sinto um profundo orgulho, de estar como Vereadora nesta Câmara, uma Câmara que transforma a vida das pessoas, que transforma territórios e em duas semanas tivemos dois exemplos absolutamente paradigmáticos daquilo que é a transformação da infraestrutura pública, da valorização do espaço público, mas também de edifícios, daquilo que é o nosso ADN de há quarenta anos, valorizar e requalificar o território, primeiramente através da habitação pública e, portanto, parabéns a todos, parabéns aos políticos, parabéns à estrutura dirigente, parabéns à estrutura técnica, porque, de facto, a cerimónia foi reveladora, porque foi magnânimo, mas mais do que a cerimónia, é aquilo que estamos a fazer para o futuro e que já está em curso, nas nossas mãos. -----

-----Depois dar nota de algumas questões que foram colocadas pela oposição. -----

-----Há oposição e há oposição. -----

-----Há oposição, como temos aqui no nosso Órgão, por parte da Vereadora do PSD, da Vereadora do PS, que é uma oposição construtiva, que é a oposição que participa nos dossiers, que valoriza e que transforma e há a oposição que não é construtiva, porque uma oposição que só participa na reunião do Executivo, para falar para a ata e quer dizer e eu obrigo-me também a



Câmara Municipal
de Oeiras

falar para a ata, porque tenho de falar para ata. -----

----- Uma Vereadora que fala sobre as condições meteorológicas que o País está a vivenciar, a Grande Lisboa, naturalmente o nosso Concelho, mas que não fala nisso com o Senhor Presidente, muito menos com a Vereadora da Proteção Civil, muito menos está no “briefing”, que aconteceu hoje às nove da manhã, em que falamos de todas as medidas preventivas e corretivas que estão estabelecidas e que estão a acontecer no nosso território, fala sobre a viagem que o nosso Vice-Presidente está a vivenciar e a trabalhar a bem daquilo que é a vivência e as relações institucionais com o nosso Município, fala sobre a Luselite sem saber o que é que é a Luselite, fala sobre o Bairro de Autoconstrução, Senhora Vereadora Carla Castelo, há trinta anos atrás, quem vivia no Bairro de Autoconstrução e no Casal das Chocas, há trinta anos atrás, tinha vergonha de dizer que vivia no Bairro de Autoconstrução e no Casal das Chocas. --- -----

----- Trinta anos decorridos, quem lá vive, consegue vender casas por mais de um milhão de euros. -- -----

----- Eu diria que é ridículo estar a falar de cedências de terrenos para a Câmara e zelar pelo cumprimento da Lei. -----

----- Zelar pelo cumprimento da Lei? -----

----- Zelar pelo cumprimento do Ordenamento do Território? -----

----- Zelar por aquilo que é a infraestrutura pública? -----

----- Zelar por aquilo que são os edifícios? -----

----- Estamos a falar de zonas que eram completamente descaracterizadas, que as pessoas não se conheciam no território e eu estou a dizer isto com legitimidade, porque eu sou munícipe de Oeiras há quarenta anos e estou a falar de vizinhos meus que comungavam a mesma escola que eu e que tinham vergonha de dizer que viviam no Casal das Chocas, diziam que viviam em Porto Salvo, mas não realidade viviam no Bairro de Autoconstrução, na Rua Arantes de Oliveira,

na Rua do Comércio. -----

-----Hoje em dia, é com gosto, com orgulho que se diz “Eu vivo no Casal das Chocas, olhe eu tenho a minha casa à venda por um milhão e meio de euros”. Na altura, não, vivia-se numa zona suburbana, com o esgoto a passar, a chegar à ribeira das Parreiras ou à ribeira da Lage. -----

-----Quando se fala na reabilitação dos fogos, Senhora Vereadora Carla Castelo, nós somos o exemplo, o Concelho exemplo naquilo que é a habitação pública, naquilo que é a construção, naquilo que é a reabilitação. Eu só tenho pena que a Senhora Vereadora Carla Castelo, para além de estar aqui nas reuniões, faça uso da sua categoria, da sua qualidade de Vereadora e vá ver, vá visitar os fogos que estão a ser alvo de reabilitação, em vez de falar sobre as condições acústicas e das condições térmicas dos fogos, vá ver os fogos que estão a ser reabilitados e veja e testemunhe aquilo que é o exemplo da reabilitação de habitação pública em Portugal. --- -----

-----Não é só o atual Governo, qualquer Governo que venha a Oeiras, percebe que Oeiras é a mostra para o País e é a razão pela qual, esta equipa, toda ela, continua a caminhar, porque é um caminho naturalmente de esforço, de dedicação, mas que sabemos que ao final do dia somos bem-sucedidos. -----

-----Senhora Vereadora Carla Castelo, as questões que coloca, eu diria que ao final de quatro anos e a partilhar consigo a vivência deste Órgão, a Senhora Vereadora não passa de uma estagiária, de uma estagiária com um desempenho deficitário e é importante ter condições e capacidade de avaliação crítica para se auto avaliar no seu desempenho, porque uma Vereadora que ao final de quatro anos, coloca estas questões, não partilhando essas mesmas questões com o Senhor Presidente, com os Senhores Vereadores, com a estrutura dirigente e não fazendo parte ativa daquilo que é a vivência, o nosso quotidiano de trabalho, eu não consigo olhar para si como, de facto, uma Vereadora, como oposição construtiva. Na realidade não passa, ao final de



Câmara Municipal
de Oeiras

quatro anos, mesmo de uma estagiária com um desempenho totalmente deficitário.”-----

15 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE:-----

----- O **Senhor Presidente** iniciou o seu período de informações, dando conta do seguinte:- -----

----- “Começo por uma notícia excelente, uma informação que corresponde a um aviso da Presidência do Conselho de Ministros, mais propriamente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, cujo sumário, trata da alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Oeiras. -----

----- Estava tão bem feita esta delimitação da Reserva Ecológica Nacional, aqui há uns anos, já imposta, naturalmente, a régua e a esquadro que não correspondia minimamente à realidade e, sobretudo, não correspondia às necessidades de proteção de determinados valores ambientais e, portanto, foi corrigida e foi publicada no Diário da República. -----

----- Passo a ler: “...No passado dia treze de março, foi publicado no Diário da República, segunda série, o Aviso número seis mil setecentos e setenta e nove, de dois mil e vinte e cinco, referente à Alteração da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Oeiras, aprovada pela CCDR-LVT.-----

----- Esta alteração incidiu apenas sobre a tipologia de escarpas e outras Áreas de Elevada Suscetibilidade Geológica e resultou de um pedido da CCDR-LVT, para que o procedimento de reavaliação desta tipologia, desenvolvido para a zona do Plano de Pormenor Norte de Caxias (já aprovado), fosse replicado para toda a área do concelho, reconhecendo que a metodologia aplicada à REN publicada em dois mil e dezasseis, extravasava as exigências definidas nas “Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais” sob as quais se regem estes procedimentos. ----

----- Na “Alteração da delimitação da REN” agora publicada, a tipologia de Escarpas e Outras Áreas de Elevada Suscetibilidade Geológica diminuiu em cerca de quarenta e nove por cento, face à publicada em dois mil e dezasseis.” -----

-----Estava mesmo bem feita, não estava? E depois ouvimos nós, gente a falar e a quer dar-nos lições quando os nossos técnicos defendem determinado tipo de posições, mas é assim...

-----“...o Município encontra-se já, a reavaliar a delimitação das restantes tipologias da REN, em resposta ao previsto no Decreto-Lei número cento e sessenta e seis, de dois mil e oito de vinte e dois de agosto, alterado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e quatro, de dois mil e dezanove de vinte e oito de agosto, que obriga à conformação da Delimitação da reserva Ecológica Nacional, com as mais recentes “Orientações Estratégicas Regionais e Locais” publicadas, prevendo-se que este procedimento se encontre concluído até ao final deste ano...”--

-----Portanto, como vêm, em Oeiras cumpre-se a lei, a Câmara cumpre sempre a lei.-----

-----Passando a outras informações, julgo que já fizeram chegar à Senhora Vereadora Independente Eleita na Extinta Coligação Evoluir Oeiras indicada pelo Bloco de Esquerda, o Relatório do Direito de Oposição.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou:-----

-----“Sim, já me foi entregue.”-----

-----O **Senhor Presidente** prosseguiu: -----

-----“No dia seis de março, participei na Universidade Nova SBE num painel de discussão sobre Imobiliário Três Ponto Zero - Inovação e Habitação, foi um painel muito interessante, desde logo pela plateia, estava muita gente.-----

-----No mesmo dia, às dezoito horas, assisti no Templo da Poesia ao lançamento do livro de José Manuel Pavão, com o título “Diversos e Dispersos”, fala de memórias de infância, de política, de parlamento, assembleias municipais, muitas questões relativas à saúde, não fora ele médico. ---- -----

-----No dia sete, pelas onze horas, estive presente na inauguração da Praça de Talaíde.----

-----Este é um bom exemplo de que a questão financeira não deixa de ser importante, porque estamos a falar em alguns milhões de euros se considerarmos as aquisições, o



Câmara Municipal
de Oeiras

realojamento das famílias, a intervenção urbana na praça e no jardim que faz a ligação ao jardim do Oeiras Parque, à urbanização que confina com o Taguspark.-----

----- É um dos bons exemplos que mostra o trabalho de bastidores de “backoffice” que é preciso fazer para que as coisas conheçam a luz do dia e ainda não parámos porque continuamos a negociar na tentativa da aquisição dos restantes edifícios que há no início daquela rua. -----

----- No dia onze, pelas nove horas, procedeu-se à abertura do “Oeiras Education Forum” dois mil e vinte e cinco, só tenho que felicitar por esta iniciativa, foi uma excelente organização, muito cuidada, uma exposição ótima, vale a pena pô-la a circular pelo Concelho, não sei se isso já está preparado, mas acho que vale a pena fazer circular essa exposição. -----

----- Conseguiu-se ali um conjunto de painéis muito diversificados que nos deram um panorama, sobretudo, o que deve de ser o futuro da educação e dos constrangimentos atuais, foi um bom exemplo para o País a realização deste Fórum. -----

----- Durante este dia, pelas treze horas, tive a oportunidade de ter um almoço com o Primeiro Ministro de São Tomé e Príncipe, no restaurante Panorâmico, no Taguspark, para discutir questões da cooperação entre Oeiras, o Príncipe e São Tomé, entre Portugal e São Tomé e Príncipe. -----

----- Estes almoços com Presidentes da República dos PALOP, Primeiros Ministros, etc., é vulgar aqui em Oeiras, assim como, as nossas visitas. -----

----- Os municípios hoje não são propriamente paróquias, a realidade global atinge e envolve a realidade dos municípios, das regiões, dos cidadãos e, por isso, é uma visão muito vesga quando se criticam visitas daqui e de além, seja à China, ao Brasil, Angola, Moçambique, Londres, Estados Unidos, Nova Iorque, Silicon Valley, Cambridge, Manchester, tudo isso faz parte daquilo que é hoje a visão ao nível do conhecimento, de integração de redes de cidades. ----

----- Oeiras hoje pertence a um conjunto de redes de cidades mundiais, onde bebemos aquilo que eles fazem e eles bebem aquilo que nós fazemos, a realidade hoje é assim, mas ainda

há quem tenha essa visão muito canhota, de considerar que são questões supérfluas, foi um prazer estar com o Senhor Primeiro Ministro de São Tomé e Príncipe. -----

-----Dia doze, pelas dez horas, estive numa reunião do Conselho Coordenador de Avaliação do SIADAP, que decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

-----Pelas treze horas, estive no Bairro dos Navegadores num almoço das “Marias e dos Maneis”, foi muito interessante, um foi neste bairro e o outro foi em Outurela. -----

-----No ano passado foram cerca de trinta pessoas passear a Cabo Verde pagos pela Câmara Municipal. -----

-----Foi uma oportunidade para as pessoas que nunca mais tinham ido a Cabo Verde e a Câmara Municipal proporcionou-lhes essa possibilidade, gastou cerca de quarenta ou cinquenta mil euros.-- -----

-----Que coisa supérflua! -----

-----Esse dinheiro podia ser aplicado na recuperação de um telhado qualquer ou de uma parede que tem umas fissuras e que tem infiltrações ou de um muro que caiu na Estação Agronómica Nacional e que ainda não foi reparado. -----

-----Mas, entretanto, caiu um muro na Estrada das Fontainhas que também está em obras e são setecentos mil euros e não foi pelo facto de se pagar esses cinquenta mil euros da viagem a Cabo Verde ou os vinte e cinco mil euros da viagem ao Brasil ou os quarenta mil euros da festa do Bairro do Alto da Montanha, que não se adjudicou de emergência por setecentos mil euros este muro que caiu na Estrada das Fontainhas, não estava previsto em orçamento, não estava previsto nas GOP, mas tivemos que encontrar os recursos necessários para fazer isso.-----

-----O almoço das “Marias e dos Maneis”, recomendo a toda a gente a comer o rabo de porco do Bairro dos Navegadores e da Outurela é espetacular, é muito crocante. -----

-----Vou fazer um vídeo! -----

-----Dia treze, pelas dez horas, realizou-se a inauguração do Alto da Montanha, quem é



Câmara Municipal
de Oeiras

que neste País não sentiria orgulho em participar num evento desta natureza. -----
----- São sessenta e quatro famílias, agora, de um extrato um bocadinho acima das famílias mais carenciadas, mais pobres, mas mesmo assim nota-se a diferença aquando da entrega das casas na atitude das pessoas. -----
----- São sessenta e quatro famílias que não são apenas sessenta e quatro famílias, são centenas de pessoas, muito filhos certamente, mas é também o que representa a expectativa para outras centenas de famílias.-----
----- Hoje, centenas de famílias têm os olhos postos na Câmara Municipal à espera de ver quando é que chega a sua vez, por vezes, as pessoas irritam-se, mas somos mesmo os melhores. -
----- Em Portugal não há nenhum Município que tenha a performance que Oeiras tem.-----
----- Em primeiro lugar, vamos ser o Município que tem mais construção de habitação pública, não há nenhum que consiga construir as casas que Oeiras já tem em construção, portanto, lá vai voar muitos euros a caminho de Bruxelas, mas o que está alocado a Oeiras esse não vai, vai cá ficar.-----
----- Somos o Município que mais inaugurações tem de todo o tipo de equipamentos, basta olhar, consultem o que se passa nos dezoito municípios da Área Metropolitana e nos dezasseis ou dezassete da Área Metropolitana do Porto e irão ver como ficam cheios de orgulho.
----- Já não falo na questão dos indicadores, porque ao nível dos indicadores continuamos a marcar uma posição extraordinária, em primeiro lugar, à frente de muitos indicadores, mesmo à frente de Lisboa, portanto, esta inauguração foi uma coisa fabulosa. -----
----- Não posso deixar de expressar aqui uma felicitação muito especial à Senhora Vereadora Carla Rocha, isto só se faz com grandes equipas e a Senhora Vereadora Joana Baptista falou muito bem na questão da importância da equipa, do trabalho do passado, do presente e do que se projeta para o futuro, mas aquela inauguração só graças a alguém com uma grande sensibilidade feminina é que foi possível. -----

-----Chegámos ao espaço da inauguração e o momento em que se inicia o canto daquelas janelas, um cantor, depois outro cantor, depois mais três, depois mais quatro, depois mais seis, enfim, vinte e quatro cantores, vi lágrimas nos olhos de muita gente, foi realmente uma cerimónia muito emotiva, estavam lá cerca de seiscentas pessoas, eu nunca vi tanta gente numa inauguração tão emocionada. -----

-----Foi uma grande festa, que maravilha de quarenta mil euros, eu pensei que tivesse sido muito mais, soube pelas redes sociais da oposição que aquela cerimónia tinha custado quarenta e quatro mil euros, ainda hoje não sei se custou ou não, nem estou para averiguar, felizmente que as coisas em Oeiras acontecem, porque é um grau de descentralização extraordinário e, portanto, os vereadores têm determinadas competências, os dirigentes também, fiquei surpreendido porque pensei que tínhamos gasto muito mais e, de facto, merecia.-----

-----Reparem, num investimento de doze ou catorze milhões de euros dedicar às famílias aquele momento que é determinante da sua vida, que vai ficar na memória para toda a vida, oferecer-lhes uma festa, porque festa não foi para nós, foi para aquelas famílias e elas ficaram encantadas e, portanto, haver quem diga que mal empregue o dinheiro, quarenta mil euros, vamos fazer essa festa em todas as inaugurações de habitação que vamos entregar. -----

-----Foi tão sensibilizador, tão bonito que eu espero que a Senhora Vereadora Carla Rocha dê asas à sua imaginação, porque é preciso sonhar, porque todas aquelas famílias não sonhavam que iriam ter uma casa e de repente despertaram e viram que, afinal, é possível.-----

-----Nas próximas inaugurações temos de ter qualquer coisa de especial que toque o coração das pessoas.-----

-----Não deixa de ser mesquinho, eu vi comentários acerca do custo desta inauguração tão miudinhos, pequeninos, o que é uma coisa lamentável e que denota a pouca consideração que têm pelas pessoas, a pouca sensibilidade, a ausência do coração, ausência do sonho, vivem na sua bolha e pensam que é tudo igual. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- É preciso sair da bolha, eu vi muitas pessoas com as lágrimas nos olhos naquela cerimónia, foi uma coisa extraordinária, a mim marcou-me e estou habituado a cerimónias desta natureza, mas esta marcou-me particularmente. -----

----- Nós temos mais seiscentas casas lindíssimas em construção, temos aí projetos muito bonitos e felizmente vão poder satisfazer muitas famílias, eventualmente como aquela senhora que esteve aqui, vive sozinha, não digo que tenha já resposta, mas é indiscutível que dentro da dimensão do investimento que estamos a ter situações como esta senhora vão com certeza ter resposta. -- -----

----- De maneira que, são momentos marcantes na nossa vida, mas muito particularmente na vida das pessoas, estas famílias que receberam estas casas nunca mais esquecerão na sua vida, assim como, os seus filhos. -----

----- No dia catorze, pelas onze horas, visitei a Academia de Música de Miraflores, a sua gerente encontrou-me na rua e disse-me para ir lá fazer uma visita, nunca tinha ouvido falar nesta academia, na verdade, fazem-se milagres, num espaço que não tem duzentos metros quadrados, em dez anos passaram por lá cerca de mil alunos, têm ensino de vários instrumentos, piano, guitarra, bateria, também têm canto, só não têm instrumentos de sopro. -----

----- Gostei muito de fazer aquela visita, é um bom exemplo, quando fazemos investimento público em diversas atividades sejam elas de que natureza for, designadamente culturais e, às vezes, é possível fazer milagres em pequenos espaços, mas faz sentido que a Câmara Municipal lhe dê algum apoio. -----

----- Pelas doze horas, do mesmo dia, visitei o Atelier da United to Remake, é uma empresa que funciona na Cruz Quebrada, na Calçada de Santa Catarina, irei pôr um vídeo hoje ou amanhã sobre essa questão, é uma espécie de embaixador de toda aquela gama de réplicas da selva africana, zebras, veados, elefantes rinocerontes, hipopótamos, animais africanos, mas além de serem embaixadores daquela instituição do Quénia, eles próprios reutilizam marcas de roupas

desde o “Leroy Merlin”, à Federação Portuguesa de Futebol, com bolas de ténis, a fatos de surf, fazem essa transformação, é um bom exemplo da importância da reutilização, da reciclagem e da sustentabilidade. -----

-----Pelas treze horas, estive num almoço com o Secretário de Estado da Administração Pública.-----

-----Dia quinze, pelas quinze horas e trinta minutos, assisti à cerimónia da vigésima sexta promoção gastronómica de Vinhais com o Presidente da Câmara Municipal de Vinhais, é um evento que tem vindo a aumentar gradualmente durante o ano. -----

-----Depois de ver a animação que tinham, já não me pareceu que o subsídio fosse tão significativo, porque pensei que só traziam os Caretos e também vieram os Pauliteiros de Miranda e os Gaiteiros, acho que se esforçaram.-----

-----É uma demonstração, não só do crescimento de determinados eventos e da sua continuidade, como realmente, a animação do mercado com atividades ainda muito pontuais, mas que podem trazer muita gente ao centro da Vila de Oeiras.-----

-----Pelas dezasseis horas, assisti ao lançamento do livro de poesia de Maria do Rosário Barbosa, na Livraria Verney.-----

-----No dia dezassete, pela nove horas, estive presente na Faculdade de Arquitetura numa conferência chamada Zona de Impacto, onde tive a oportunidade de participar com a Presidente da Câmara de Almada, doutora Inês de Medeiros e com o Vice-Presidente da Câmara de Cascais, num programa destinado à habitação, falou-se um pouco de tudo desde a lei dos solos às alterações dos terrenos rústicos para urbanos, a sua reconversão, mas também da qualidade dos materiais, da possibilidade de construção mais barata, da flexibilidade administrativa, de como reduzir os tempos de apreciação dos projetos, como vencer este emaranhado burocrático que conduza à construção de casas, tudo isso foi ali abordado. -----

-----No mesmo dia, pelas dezasseis horas e trinta minutos, no meu gabinete procedi à



Câmara Municipal
de Oeiras

entrega da chave de uma casa a uma arrendatária que ficou no Alto da Montanha.-----
----- Recebi-a com a Senhora Vereadora Carla Rocha e com o Senhor Vereador Nuno Neto, tivemos a oportunidade de ter uma conversa com ela, com o marido e com o irmão.-----
----- Foi uma conversa extraordinária que só se pode ter assim e não numa reunião pública, julgo que todos nós gostamos muito de ouvir a senhora, falou-nos da sua experiência de vida, é uma mulher jovem, com preocupações com a família, com os filhos, na verdade, foi um momento extraordinário e que, sobretudo, nos traduziu bem a importância da casa, porque ela vive numa casa de duas assoalhadas com sete pessoas e agora passou a ter a casa dela para ela, marido e dois filhos pequenos, portanto, não imaginam o que é o sonho realizado desta família.--
----- Ontem dia dezoito, pelas onze horas, estive presente na inauguração da Obramat, em Carnaxide, é um investimento de dezoito milhões de euros, é o terceiro grupo mais importante do mundo na área da construção civil, serão cento e cinquenta postos de trabalho, cerca de vinte e cinco a trinta por cento são residentes no Concelho de Oeiras, é mais uma empresa importante, é a primeira loja em Portugal, tencionam abrir uma outra em Vila Nova de Gaia, em Espanha têm trinta e oito, em Portugal esta é a primeira.” -----

16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

----- Reportando-se às questões suscitadas pelos Senhores Vereadores o **Senhor Presidente** disse o seguinte:-----

----- “Antes de terminar, Senhora Vereadora Carla Castelo, relativamente a algumas questões que colocou, eu não lhe vou responder a tudo, há coisas que os Serviços, naturalmente, fazem a ata e façam o favor de responder, mas há três ou quatro questões e, realmente, há pouco a Senhora Vereadora Joana Baptista caracterizava a Senhora Vereadora, mas, na realidade, às vezes sobre a capa da maior transparência esconde-se um princípio de desconfiança e é isso que, por vezes, nos incomoda a todos. É esse princípio de desconfiança constante.-----

----- Por exemplo, a viagem ao Brasil, antigamente era a viagem à China, agora é a

viagem ao Brasil. Fico sem saber o que é que a Senhora Vereadora quer. -----

-----Que não se façam as viagens? -----

-----Que não se viaje? -----

-----Todos os municípios com a dimensão de Oeiras fazem viagens, portanto, as viagens são fundamentais. Os elementos que pretenda ser-lhe-ão... -----

-----A viagem ainda não terminou, nem começou. Alias, vou-lhe dizer o seguinte, vê-se mesmo que a Senhora Vereadora vive numa bolha extraordinária, porque anda aqui há quatro anos e, de facto, ainda não aprendeu nada.-----

-----Por exemplo, não aprendeu sequer a observar o Presidente da Câmara. Ainda não aprendeu a conhecer-me.-----

-----Com os avisos catastróficos que aí vêm de trovoadas e de chuva, está a ver este Presidente da Câmara ir para o Brasil? -----

-----Não me conhece.-----

-----Acha que eu ia deixar a hipótese de ter uma catástrofe e ter a Senhora Vereadora em Algés a falar para as televisões e eu no Brasil a ver navios? -----

-----Não me conhece.-----

-----Acha que eu ia para o Brasil?-----

-----Eu quando marquei a viagem para o Brasil é porque estava sol. Agora, com esta chuva? -----

-----Eu era para ir hoje, depois desta reunião, à noite, mas acha que depois de me dizerem que entre as três da manhã de hoje e amanhã, eu vou chegar ao Brasil e dizem-me assim, cheias em Algés, transbordou a Ribeira e eu estou lá. -----

-----Senhora Vereadora, não me conhece, nem se esforça nada para me conhecer.-----

-----Anunciam que vai haver chuvas torrenciais, que vai ser maré-cheia e repare, ainda há dias fiz um vídeo a dizer "...aqui não há cheias, se não houver coincidência entre maré-cheia e a



Câmara Municipal
de Oeiras

chuva torrencial...”, porque eu estive a fazer as contas e, de facto, é de quinze em quinze anos que isto tem acontecido, mais ou menos. -----

----- Com certeza que em dois mil e vinte e dois fazia quinze anos, agora de dois mil e vinte e dois até lá vamos ver quando é que é outra vez. Em dois mil e vinte e dois tinham havido quinze anos antes. -----

----- O que é que acontece? -----

----- Dizem agora que entre as nove da noite de hoje e as seis da manhã, isto vai ser o fim do mundo e eu ia para o Brasil?-----

----- Isto é de rir Senhora Vereadora, porque na realidade não me conhece, porque se me conhecesse não falava tão cedo.-----

----- Gostam de falar.-----

----- Quanto ao problema da viagem ao Brasil. -----

----- Quando a viagem for feita, nessa altura é feito um relatório.-----

----- É uma coisa estranha. Nas redes sociais vem vinte e cinco mil, quinze mil euros. -----

----- Qual é o problema?-----

----- Acha que os cidadãos não compreendem que o Presidente da Câmara tem que viajar?-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** criticou: -----

----- “Em executiva...” -----

----- Prosseguiu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Ia em económica não? -----

----- Acha que o Presidente da Câmara numa viagem intercontinental... -----

----- Não faça essa cara.-----

----- Veja bem como eu assumo. Acha que eu, Presidente da Câmara, numa viagem intercontinental ia em económica? -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** comentou: -----

-----“É um cidadão igual...” -----

-----Continuou o **Senhor Presidente:** -----

-----“Não sou igual aos outros não. -----

-----Os cidadãos de Oeiras não querem que o Presidente da Câmara de Oeiras morra como uma dor de costas.-----

-----Mas o que é isto? -----

-----Tenha paciência. Os munícipes de Oeiras gostam muito mais de mim do que a Senhora Vereadora.-----

-----Os munícipes de Oeiras não querem que o Presidente da Câmara... -----

-----Reparem, eu fui há dias a Bruxelas e fui em económica, com certeza. Mas faço uma viagem daqui para o Brasil ou para a China em económica?-----

-----A Senhora Vereadora não está boa da cabeça. Mas acha que pelo facto de ser Presidente da Câmara vou no porão? -----

-----Vamos lá ver se nos entendemos. -----

-----Não faça essa cara. -----

-----O Presidente da Câmara viaja com dignidade e numa viagem intercontinental viaja em classe executiva. Mais frontalidade do que esta não há. -----

-----O Presidente da Câmara quando viaja numa viagem intercontinental, viaja em executiva. Aliás, quero-lhes dizer que é isso que a lei diz. -----

-----As viagens intercontinentais são em classe executiva, de tal forma que quem acompanha o Presidente da Câmara vai em classe executiva também. Os membros do Governo nas viagens no continente vão em económica e nas intercontinentais vão em executiva.-----

-----Portanto, Senhora Vereadora tenha paciência, mas a mim não me dá lições, nem me humilha, nem me amachuca. -----

-----Eu tenho respeito pelo Presidente da Câmara. Por acaso, sou o Presidente da Câmara,



Câmara Municipal
de Oeiras

mas eu tenho respeito por ele. -----
----- Portanto, viagem em classe executiva, claro que é em classe executivo e não é em primeira classe, porque é muito caro. -----
----- A primeira classe eu também reconheço e porque em executiva já dá para ir deitado.-
----- Na classe executiva... -----
----- Não sei se a Senhora Vereadora já viajou em executiva alguma vez, se calhar nunca viajou para estar a recomendar ao Presidente de Câmara para ir em económica, é porque económica é muito boa daqui para o Brasil. Deve-se chegar lá com umas costas ótimas. -----
----- Não sei se já viajou em Executiva, mas em executiva dá para não só reclinar a cadeira, mas para encostar para trás e, portanto, encostando para trás eu durmo perfeitamente. ----
----- Portanto, é o tal princípio da desconfiança. -----
----- Banda municipal. -----
----- Alguém aqui discutiu ou alguém aqui falou no dinheiro, vinte e cinco mil euros e foi a propósito que associou os vinte e cinco mil euros da banda municipal aos vinte e cinco mil euros de uma viagem ao Brasil. -----
----- Mas o que é que a Câmara tem a ver... -----
----- Alguém falou aqui nos euros para a banda municipal? -----
----- Por acaso a banda municipal até custa oitenta mil euros por ano, mas o que está em causa não é o dinheiro, o que está em causa não é o financiamento da banda. A Câmara financia a banda, tem-na financiado todos os anos e vai continuar a financiar. -----
----- O que está em causa é outra coisa. É como é que se gasta o dinheiro. -----
----- Nós não queremos uma banda para pagar a músicos de Alcochete, de Almada, da Marinha, da Força Aérea ou do Exército. Nós queremos uma banda que seja constituída por músicos formados na banda, na escola de música da banda, para filhos de funcionários, filhos de cidadãos aqui de Oeiras ou dos concelhos vizinhos, portanto, o que está em causa não tem nada a

ver com dinheiro. -----

-----Informação relativamente ao amianto na Luselite. A Senhora Vereadora já foi informada dezenas de vezes sobre essa matéria, mas os serviços com certeza que irão mandar outra informação, mas já foi informada várias vezes sobre essa situação. -----

-----Não querem informação. Isto faz-me lembrar uma recomendação que foi apresentada ontem na Assembleia para que a Câmara Municipal fechasse a Marginal não sei quantas vezes por mês, como se a Marginal fosse da Câmara. -----

-----Toda a gente sabe que a Marginal é das Infraestruturas de Portugal. A Câmara anda há anos a negociar com as Infraestruturas de Portugal e com o Governo das Infraestruturas, a possibilidade de a Marginal passar para a Câmara Municipal, para ser gerida pela Câmara e, nessa altura, decidiremos o que fazer melhor ali naquela coisa. Mas não, vejam bem, numa situação destas a Câmara Municipal que passe a utilizar a Marginal mais vezes por mês e por aí fora, pretendendo no fundo, dar orientações à Câmara Municipal sobre como é que a Câmara Municipal deve governar e gerir os equipamentos, mas nunca ganharam as eleições. -----

-----Por outro lado, até é má educação em relação às Infraestruturas de Portugal. A recomendação devia ser dirigida às Infraestruturas de Portugal e não à Câmara Municipal. -----

-----Mas já que querem que seja a Câmara Municipal, então deveria ser assim, recomenda-se à Câmara Municipal que numa ótica de bom senso e bom relacionamento com as Infraestruturas de Portugal sensibilize aquele organismo para se disponibilizar para mais aberturas, para um período de aberturas de mais duas ou três vezes por mês, aos domingos, etc., em articulação com aquelas duas instituições e por aí fora, mas não.-----

-----Isto acontece porquê? -----

-----Por razões políticas apenas. Estão-se marimbando na questão física, na questão da obesidade, porque quem quiser fazer exercício físico em Oeiras tem lá o Passeio Marítimo ao lado, onde andam milhares e milhares de pessoas, mas é este oportunismo... -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Estiveram ali duas horas a discutir aquilo, agora imaginem se estas reuniões de Câmara fossem transmitidas “online” também. -----

----- O Bairro da Autoconstrução. -----

----- Realmente, voltamos ao princípio da desconfiança. -----

----- Diz a Senhora Vereadora: “mas aquele terreno era da Misericórdia e depois da Misericórdia passou para a Câmara e da Câmara... -----

----- Mas como é que isto foi?” -----

----- Senhora Vereadora, não lhe vou contar a história de cinquenta anos, mas os serviços podem informá-la. -----

----- Eu, por acaso, conheço a história, aquele terreno realmente era da Misericórdia, a Câmara Municipal estava para fazer um parque de estacionamento por trás do quartel dos bombeiros de Oeiras que era da Misericórdia, portanto, fez a permuta para outro lado, mas, entretanto, não andou para a frente, embora a Câmara tenha ficado com o terreno por trás dos bombeiros de Paço de Arcos, acabou por fazer um outro acordo com a Misericórdia, no sentido de utilizar parte do terreno da Misericórdia para fazer uma residencial para a Câmara e uma residencial para a Misericórdia. -----

----- Mas este princípio de desconfiança leva a dizer: -----

----- “Mas o que é que se passou? -----

----- Porque é que foi assim ou foi assado?” -----

----- Os serviços não deixarão de a informar. -----

----- Quanto ao problema dos moradores, a mim não me chegou reclamação nenhuma, de maneira que eu responderei aos moradores, à Senhora Vereadora só lhe posso dizer que não houve nenhuma cedência dos moradores, até porque a Senhora Vereadora não tem a noção do que é o Bairro da Autoconstrução, porque uma coisa é o Bairro da Autoconstrução, que se designa de Bairro da Autoconstrução e as casas que foram construídas em regime de

autoconstrução.-----
-----Outra coisa, são as casas em regime de loteamento. -----
-----Se há um loteamento e é um loteamento que sede, não tem nada a ver com os moradores do Bairro da Autoconstrução, tem a ver com os moradores que têm casas construídas ao abrigo de um loteamento privado e que, por acaso, é no Bairro da Autoconstrução, portanto, não foram eles que cederam. -----
-----A verdade é esta, até agora à Câmara não chegou uma única reclamação. Quando chegar, eu terei todo o gosto em responder e esclarecer os moradores e, realmente, o que se vai lá fazer é habitação pública, dois equipamentos.-----
-----Uma parte é habitação pública, é residência tipo Madre Maria Clara, portanto, pública. ---- -----
-----Quanto ao campo de golfe.-----
-----O campo de golfe está a ser negociado, eles queriam fechar o campo de golfe, a Câmara Municipal opôs-se a esse encerramento e para isso suspendemos algumas licenças de construção naquela zona. O terreno fazia parte do “banco mau”, o “banco mau” estava no Luxemburgo e o tribunal Luxemburgo pedia dois milhões de euros pelo golfe, a Câmara Municipal ofereceu seiscentos mil euros, porque na realidade o golfe era uma condição “sine qua non” na altura do plano e, portanto, teria que ser construído pelo urbanizador e, por isso, foi construído e agora, naturalmente, ficando a parte da “carne do lombo” para o “banco bom”, que foi o que aconteceu e a parte das infraestruturas e do golfe no “banco mau”, como é que se vai suportar o funcionamento do golfe se não dá lucro. -----
-----A Câmara Municipal ao ter conhecimento disto tudo disponibilizou-se para comprar o golfe, mas para comprar o golfe pelo valor que efetivamente pode ter o terreno, não é propriamente o golfe, porque o golfe dá prejuízo. -----
-----Aquilo que posso dizer é que o tribunal do Luxemburgo já concordou com a proposta



Câmara Municipal
de Oeiras

da Câmara Municipal e ao que me dizem agora está no tribunal português. Vamos ver quando é que o tribunal português decide. É esta a situação.” -----

17 - DIREITO DE RESPOSTA - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO: -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou: -----

----- “Se puder usar da palavra.”-----

----- Questionando o **Senhor Presidente:** -----

----- “Sobre?”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** respondeu: -----

----- “Sobre a tentativa de insulto de que fui alvo.” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu:-----

----- “Senhora Vereadora depois do Presidente da Câmara ninguém usa da palavra, mas eu dou-lhe dois minutos apenas.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse: -----

----- “A questão é, realmente quanto à tentativa de insultos que a Senhora Vereadora Joana Baptista fez aqui, com a história da estagiária...”-----

----- Interrompendo o **Senhor Presidente:** -----

----- “Não houve insulto nenhum!” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** retorquiu: -----

----- “Não! Não é insulto nenhum com a história da estagiária. -----

----- Não me vou baixar a esse nível, estar a chamar estagiária a uma Vereadora, mas não é a Senhora Vereadora Joana Baptista do alto da sua arrogância que tem...” -----

----- Atalhando o **Senhor Presidente:**-----

----- “Quem é que está a insultar quem?” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** prosseguiu: -----

----- “...conhecimento, nem sequer competência para me avaliar e não tem qualquer

ascendente nem hierárquico, nem qualquer outro, sobre a minha pessoa, portanto, essa questão de me avaliar como estagiária, Senhora Vereadora, tenha paciência.” -----

18 - PROPOSTA Nº. 182/25 - UPAG - AJUSTE DIRETO PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, AO ABRIGO DO “ACORDO QUADRO PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS CNCM - AQ/44/2021” - DECISÃO DE CONTRATAR: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a adoção de um procedimento por ajuste direto para o fornecimento de combustíveis rodoviários, na modalidade de fornecimento contínuo, ao abrigo do “Acordo Quadro para o Fornecimento de Combustíveis Rodoviários CNCM - AQ/quarenta e quatro/dois mil e vinte e um”.-----

-----O preço base de três milhões quatrocentos e sessenta um mil setecentos e noventa e sete euros e sessenta e quatro cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----As peças do procedimento.-----

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

-----Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea b) e número dois, sexagésimo sétimo, número um, sexagésimo nono, número dois, ducentésimo quinquagésimo segundo, número um, alínea a) e ducentésimo quinquagésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Artigos quadragésimo quinto, quadragésimo sexto e quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis números quarenta e oito, de dois mil e seis, de vinte e nove de agosto, trinta e cinco, de dois mil e sete, de treze de agosto, três-B, de dois mil e dez, de vinte e oito de abril, sessenta e um, de dois mil e onze, de sete de dezembro, dois, de dois mil e doze, de seis de janeiro, vinte, de dois mil e quinze, de nove de março, quarenta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro, dois, de dois mil e vinte, de trinta e um de março, vinte e sete-A, de dois mil e vinte, de vinte e quatro de julho, doze, de dois mil e vinte e dois, de vinte e sete de junho e cinquenta e seis, de dois mil e vinte e três, de seis de outubro.-----

19 - PROPOSTA Nº. 253/25 - GAP - EXTINÇÃO DOS SIMAS E CRIAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE OEIRAS:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

----- “Nós estranhámos realmente esta intenção de tomar uma decisão destas de extinção dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, sem que tenha sido comunicado aos trabalhadores, nem feito qualquer discussão alargada sobre este tema, porque a população também tem direito a conhecer estas intenções e em participar num debate sobre elas.

----- Quanto aos trabalhadores, não foram ouvidos, não foram informados, não sabem qual vai ser a sua situação futura, há serviços e unidades orgânicas que partilham vários recursos entre os Municípios de Oeiras e da Amadora, nomeadamente, os recursos humanos, o património ativo, sabemos que existe uma grande preocupação entre os trabalhadores sobre a sua situação e vínculo laboral.-----

----- Só no final de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, numa apresentação de um sistema informático é que se soube, tendo sido a própria consultora que estava a fazer a apresentação a falar desta questão, apanhando de surpresa as pessoas que estavam.-----

----- Na realidade, para os munícipes é fundamental garantir que esta é uma decisão

ponderada, sujeita a uma avaliação de custo benefício e devidamente explicada. Não há na realidade nenhuma informação que nos permita dizer que será uma decisão vantajosa para a população e para o Concelho. -----

-----É preciso também perceber o resultado da discussão havida com a Câmara Municipal da Amadora que também desconhecemos ou se estamos a assistir a uma rutura unilateral, depois destes últimos anos bastante atribulados nos SIMAS e com as duvidosas prioridades da Câmara Municipal de Oeiras ou do Executivo, como a construção do Templo da Água, de vários milhões e que, felizmente, ficou em suspenso, dado que realmente existem bastantes prioridades para investimento em melhoria de condições de segurança, nomeadamente, na questão de segurança da ribeira de Algés e também da qualidade de serviço à população.”-----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** mencionou: -----

-----“Não sei se vamos ver a apresentação e no fim entregarei uma declaração de voto do Partido Socialista de Oeiras.” -----

-----O **Senhor Presidente** disse: -----

-----“Antes de fazer a apresentação uma nota geral.-----

-----Em primeiro lugar, é claro que tudo indica que esta separação da Amadora será uma decisão unilateral do Município de Oeiras. Tudo indica que assim será, mas esperemos que não seja, não é esse o nosso propósito. -----

-----Decisão unilateral foi aquela que a Amadora tomou em dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e dois, ao desencadear no âmbito das Águas de Portugal e da EPAL, a criação de uma empresa que envolvia a Amadora, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira, pretendendo a Amadora separar-se dos Serviços Intermunicipalizados de Oeiras e Amadora, portanto, quem deu o primeiro passo para essa separação foi exatamente a Amadora.-----

-----A Câmara Municipal de Oeiras, curiosamente, teve conhecimento, não através da Câmara Municipal da Amadora, mas através da administração da EPAL e da administração das



Câmara Municipal
de Oeiras

Águas de Portugal e do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública. Foi assim que a Câmara de Oeiras teve conhecimento. -----

----- Entretanto, em dois mil e vinte dois foi designada uma administração absolutamente inepta, que geriu durante dois anos os Serviços Intermunicipalizados, que como todos sabem o Presidente do Conselho de Administração recusou-se sempre a vir à Câmara Municipal, recusou-se sempre a ir à Assembleia Municipal, recusou sempre prestar contas ao acionista, neste caso, o acionista principal que é o Município de Oeiras e, portanto, é indiscutível que o Município de Oeiras, que há quarenta e seis anos gere conjuntamente os Serviços Municipalizados de Oeiras e da Amadora, apesar do ponto de vista financeiro Oeiras estar muito acima da Amadora. Ao longo destes anos, infraestruturou o Município da Amadora, o território da Amadora, estando hoje com cem por cento de atendimento na água, cem por cento de atendimento no esgoto, olhem para Sintra, para Loures ou para Vila Franca de Xira e vejam como é que estão. -----

----- Oeiras representa sessenta e um por cento do negócio, a Amadora representa trinta e nove por cento e o investimento nos últimos anos tem sido mais na Amadora do que em Oeiras. -

----- Basta de serem os cidadãos de Oeiras com os seus impostos a pagar a infraestruturização da Amadora. -----

----- O Município de Oeiras nunca mais pode suportar que seja a Amadora a administrar este território e esta instituição. Nunca mais a Amadora pode a administrar os Serviços Intermunicipalizados, porque fê-lo de uma forma tão desastrosa, que não é possível. -----

----- O Município de Oeiras tem sessenta e um por cento do capital, representa sessenta e um por cento do volume de negócios. É Oeiras que está a sustentar o investimento no Município da Amadora e o Município da Amadora e a Senhora Presidente da Câmara da Amadora, na altura a doutora Carla Tavares, foi alertada por mim, eu divulgarei na Assembleia Municipal, no momento próprio, a correspondência trocada e ela sempre desvalorizou os alertas que o Presidente da Câmara de Oeiras dava. -----

-----A Câmara Municipal de Oeiras, o Município de Oeiras não pode mais suportar financiar o Município da Amadora. -----

-----Este não é o momento dos trabalhadores serem ouvidos, este momento, é de uma decisão política e os trabalhadores serão naturalmente ouvidos, mas também quero dizer que a Câmara Municipal de Oeiras e o Município de Oeiras estão em condições de absorver todos os trabalhadores dos SIMAS que queiram ficar ligados ao Município. Nestes processos é natural que assim seja.-----

-----Dá-se a possibilidade aos trabalhadores de escolherem qual é o Município com quem querem trabalhar, Oeiras ou Amadora. Não há nenhum problema. -----

-----O que estamos a fazer aqui é novamente uma internalização do Serviço. Oeiras absorve as águas e os esgotos de Oeiras e a Amadora fará exatamente a mesma coisa, absorverá as águas e os esgotos da Amadora. -----

-----Eu compreendo que a Amadora não queira, porque o Governo do Partido Socialista caiu e quem estava a tratar disso era o Governo do Partido Socialista, que estava para fazer uma empresa para integrar a Amadora nessa coisa. O Governo caiu e com ele caiu esse projeto também, porque com este Governo do PSD só se fosse para privatizar, quanto mais agora estar a criar uma empresa.-----

-----Não estou a ver um Governo do PSD a publicizar. Mais facilmente privatizaria. -----

-----Como da nossa parte nós também não queremos privatizar internalizamos, agora durante quarenta e seis anos por razões de realmente bom convívio e de uma economia de escala até, o Município de Oeiras teve esta consideração, etc.. -----

-----A partir do momento em que a Amadora demonstrou não ter nenhuma consideração por nós e no momento em que se apanharam a mandar, no momento em que se ignora um administrador, um Presidente de um Conselho de Administração, quer dizer, não foi por acaso. --

-----Esse Presidente do Conselho de Administração foi nomeado em simultâneo com as



Câmara Municipal
de Oeiras

negociações com a EPAL e as Águas de Portugal para criar uma empresa que integrava os Serviços Municipalizados da Amadora, portanto, a questão que Oeiras tem que fazer, é a quem é que nós devemos beneficiar? -----

----- Os cidadãos de Oeiras ou os cidadãos da Amadora? -----

----- Faz algum sentido que depois de quarenta e seis anos a financiar a Amadora, vamos continuar a fazê-lo? -----

----- Mas qual é a nossa obrigação? -----

----- É defender os munícipes da Amadora ou defender os munícipes de Oeiras? -----

----- Então que se faça, alguma coisa há-de acontecer, não podemos é continuar a estar nós a financiar a Amadora e, então, os resultados dos SIMAS a manter-se uma situação que não fosse a da extinção, teria que ficar sessenta e um por cento do investimento em Oeiras e trinta e nove por cento na Amadora. -----

----- Mas isto a Amadora já não quer, porque como calculam, eu falei com a Presidente da Câmara anterior, falei com o atual Presidente e é obvio que eles não querem. Com certeza, eu também não queria, se estão a receber milhões de Oeiras para quê separar-se. -----

----- Claro que eles não querem, mas nós não estamos para os aturar mais, não estamos para isso, não podemos ter nós o capital, estarmos a financiar e a Amadora a mandar mal, porque toda a gente sabe que aqueles dois anos de administração da Amadora foram um desastre. Toda a gente sabe isso e, portanto, nós não podemos pactuar mais com esta situação. -----

----- Eu quero-vos dizer que só não falei publicamente por respeito com a Presidente da Câmara da Amadora, mas claro se for obrigado a divulgar as cartas que troquei com ela, já não falo nas reuniões que tivemos, não tenho dúvidas em o fazer. -----

----- Portanto, uma coisa é uma decisão política, depois da decisão política vamos à defesa dos interesses dos trabalhadores, mas perante a disponibilidade que o Município de Oeiras tem, obviamente, nem convém à Amadora que todos os trabalhadores queiram ficar em Oeiras,

porque reparem há especialidades várias, há funcionários que moram na Amadora, que quererão estar na Amadora e que são úteis à Amadora, naturalmente.-----

-----O problema aqui é apenas político. Tomada a decisão política da separação, a partir daí há que negociar e naturalmente que serão dadas todas as facilidades e as melhores condições aos trabalhadores dos dois municípios, não há aqui nenhum...-----

-----Até vai haver vantagem, porque algumas situações ao nível de chefia nunca chegariam a dirigente e, portanto, passará a haver um número maior de dirigentes num lado e no outro.-----

-----É esta a situação, a situação é política e económico-financeira, uma coisa era, dão-se todos tão bem, não há problema nenhum que até se podia ir mantendo a situação, mas não, chegámos a uma situação em que a Câmara Municipal da Amadora apanhou-se no comando e achou que podia fazer tudo e então designou um indivíduo incompetente, totalmente incompetente, eu não digo mais, enfim, para não ofender as pessoas, mas incompetente tenho que lhe chamar e mais, falou-se aqui em arrogância, arrogante, porque nunca foi à Assembleia Municipal.- -----

-----Ele achava que só tinha que prestar contas ao acionista da Amadora, ao acionista de Oeiras não tinha que prestar contas a ninguém e isto assim não pode ser, portanto, esta é a questão política, agora vamos à apresentação.” -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** fez uma apresentação em “PowerPoint” a qual ficou inserida no Salão Nobre Digital e disse o seguinte:-----

-----“Na realidade o Senhor Presidente Isaltino Morais já disse tudo de forma muito sumária, objetiva, pragmática, mas com total propriedade, porque na realidade, o Senhor Presidente Isaltino está há quarenta anos naquilo que é a liderança política dos Serviços Intermunicipalizados ou Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora. É importante dizer aquilo que há pouco falávamos, que as coisas só acontecem quando existe



Câmara Municipal
de Oeiras

vontade, decisão política, mas também estabilidade e na realidade o que temos assistido nos últimos anos e nos tempos mais recentes, é ausência de vontade e ausência de estabilidade e é razão pela qual esta proposta hoje vem a este Órgão Executivo.-----

----- Todos vós, de forma mais direta ou mais indireta, têm sabido não só pelo Senhor Presidente, mas também pela minha pessoa, aquilo que tem sido a vivência menos saudável nos Serviços Intermunicipalizados, nos últimos quatro anos e eu vou falar daquilo que tem sido a minha vivência.-----

----- Eu estou nos Serviços Intermunicipalizados desde janeiro de dois mil e vinte, como vogal e só em maio de dois mil e vinte e quatro, é que assumi a Presidência dos Serviços Intermunicipalizados, naturalmente, com o voto e a declaração de validação deste Órgão e, de facto, tem sido uma vivência periclitante. Não é possível concretizar quando existe vivências periclitantes, ou se avança ou se recua e é o que este regime de rotatividade de dois em dois anos, em quatro anos de mandato, permite. -----

----- O que é que é importante vos dizer, antes de passarmos àquilo que é a narrativa? -----

----- Vou falar de noventa e oito anos de história, eu estou lá há quatro, quase cinco, mas vou falar de noventa e oito anos de história. -----

----- Após sucessivas e incansáveis demandas promovidas pela Câmara Municipal de Oeiras, através do Senhor Presidente Isaltino Morais, constata-se que hoje, março de dois mil e vinte e cinco, a relação interinstitucional entre o Município de Oeiras e o Município da Amadora, no que respeita às prioridades políticas de gestão e de futuro, quanto aos SIMAS, estão completamente esgotadas. Há divergências insanáveis e não é o tempo que vai sanar estas divergências, não é possível, com aquilo que testemunhámos nos últimos anos, não só na minha na minha pessoa, na pessoa do Senhor Presidente, mas também dos dirigentes que aqui hoje estão presentes, da administradora doutora Catarina Dão, estão presentes alguns deles, não estão todos, mas todos eles viram aquilo que foi o abrandamento abrupto da estratégia, com reflexos

notórios naquilo que é a qualidade de vida no nosso território de Oeiras, ou seja, estamos a falar de uma casa onde há bem pouco tempo se aprovou um orçamento de setenta e cinco milhões de euros e até parece que é uma casa, que tem um orçamento generoso, onde é possível concretizar políticas públicas, mas só é possível concretizar políticas públicas, quando não há interrupção dessas mesmas políticas, porque caso contrário em maio de dois mil e vinte e seis, voltamos a ter o abrandamento abrupto destas políticas. -----

-----A designação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, sempre tiveram a sua sede em Oeiras e esta é a imagem que reflete, portanto, temos aqui uma concentração dos serviços técnicos, humanos e materiais, mas não obstante a sede ser em Oeiras, por via desta liderança, por via da liderança do Senhor Presidente Isaltino Morais, na realidade, há quarenta anos atrás, quando houve a separação administrativa de Oeiras e Amadora, o Senhor Presidente Isaltino, tinha como meros observadores, o Município da Amadora, mas possibilitou que esses observadores integrassem a Administração dos Serviços Municipalizados e na realidade, a partir de dois mil e treze, por uma questão de economia de escala, por uma questão de algum facilitismo, o que é certo é que a Amadora obteve uma paridade cinquenta-cinquenta, mas na realidade é uma paridade fictícia, porque efetivamente o que estamos a falar é de Oeiras que tem o dobro do território da Amadora, Oeiras tem o dobro das infraestruturas de água, Oeiras tem o dobro das infraestruturas de esgoto, portanto, não é possível haver esta paridade, como devem calcular, é uma paridade fictícia. Mas para facilitarmos aquilo que era uma boa e saudável relação institucional, permitiu-se os cinquenta-cinquenta, quando na realidade, o que sempre tivemos a falar, foi de sessenta e um por cento dos ativos, com trinta e nove por cento dos ativos do lado da Amadora, mas o que é certo, é que, se é de facto que houve um investimento do lado de Oeiras, houve um investimento muito significativo do lado da Amadora.-- -----

-----Tenho pena que os Senhores Vereadores, muitas vezes não façam questões mais



Câmara Municipal
de Oeiras

profundas, mais imersivas sobre as Grandes Opções do Plano, porque é possível perguntarem, mas chegamos aos dias de hoje, em que a Amadora tem metade do território de Oeiras, mas na realidade, tem o mesmo nível de remoção de fibrocimento que Oeiras tem.-----

----- Como é que é possível?-----

----- Temos vinte e cinco quilómetros para retirar de fibrocimento em Oeiras, vinte e cinco quilómetros para retirar no Município da Amadora, mas a Amadora tem metade da rede da infraestrutura de água, portanto, conseguem perceber o investimento que Oeiras fez nos últimos quarenta anos, de forma intensa e ininterrupta no Município da Amadora.-----

----- É com enorme surpresa que o Senhor Presidente Isaltino e eu própria, fomos através dos sindicatos, não foi um diálogo aberto, não foi um diálogo franco, não foi um diálogo frontal ou transparente, que a Amadora comunicou a Oeiras, que se pretendia separar há dois anos atrás e que fez as interações com as Águas de Portugal e a união que se pretendia com outros Municípios de Vila Franca, de Loures e Odivelas, portanto, é com surpresa, porque na realidade, tem evidentemente muitos mais ganhos com esta aliança, com este casamento com Oeiras, do que teria em tempo algum, com os outros Municípios.-----

----- Não é possível continuarmos neste impasse, onde temos constrangimentos burocráticos e conseguem perceber qualquer decisão que se tenha nos Serviços Intermunicipalizados, é fundamental a aprovação no Órgão Executivo de Oeiras, no Órgão Executivo da Amadora, no Órgão Deliberativo de Oeiras, no Órgão Deliberativo da Amadora, ou seja, qualquer decisão que se tenha naquela casa, porque não tem personalidade jurídica, tem autonomia administrativa-financeira, para que seja concretizada, para que seja materializada, é preciso esperar dois, três meses, para se lançar, para se adjudicar, para acontecer seja o que for, há uma enorme burocracia e há uns anos atrás, por decisão política, pretendeu-se criar uma empresa intermunicipal. Foram feitos estudos nesses sentidos e foi por via desses estudos, que foi refletido os ativos de Oeiras e Amadora, sessenta e um/trinta e nove. Não foi possível termos

sido bem-sucedidos, porque, naturalmente, a Amadora, com a realidade que foi conquistando ao longo do tempo, os cinquenta, não concordou com os trinta e nove por cento, mas o que é certo é que por via dos últimos três anos e da vivência que tivemos nos Serviços Intermunicipalizados e a ausência de diálogo, a ausência de concordância, a ausência de estratégia e por via do comportamento que foi absolutamente inaudito e que eu testemunhei, na própria pessoa, mas ultrapassa a minha pessoa, estamos a falar do Município de Oeiras, o principal acionista, que foi totalmente desconsiderado nos últimos três anos, por parte da Amadora...”-----

-----Atalhando o **Senhor Presidente:** -----

-----“Não queriam os cinquenta por cento da empresa Municipal, mas aceitavam ter quatro ou cinco por cento na tal empresa a constituir com os outros Municípios.”-----

-----Retomando a **Senhora Vereadora Joana Baptista:** -----

-----“Daí a surpresa, Senhor Presidente, como é que é possível não quererem os trinta e nove por cento daquilo que são os seus ativos e quererem...”-----

-----Volvendo o **Senhor Presidente:**-----

-----“No caso da empresa, foi-lhes proposto sessenta e nove por cento para o Município de Oeiras, trinta e um por cento para o Município da Amadora.-----

-----O que é que isto determinava?-----

-----Que a administração era presidida obviamente por Oeiras. O Presidente do Conselho de Administração seria sempre designado pelo principal acionista e Amadora não aceitou isso, mas curiosamente iria aceitar, porque se a empresa tivesse ido para a frente e se não tivesse havido a queda do Governo, teria ido para a frente, entre Amadora, Odivelas, Loures, Vila Franca de Xira e eventualmente mais algum, não ficaria com mais de cinco ou seis dessa empresa e mais, cinquenta e um por cento desse capital seria para o Estado, porque o problema também tem a ver com o estado em que se encontra Vila Franca de Xira, Loures e por aí fora. Obviamente que este era um propósito e não é alheio a essa questão, a natureza das políticas das diversas Câmaras



Câmara Municipal
de Oeiras

Municipais, eram todas Câmaras socialistas e compreende-se, o PSD se calhar faria a mesma coisa, mas há aqui uma questão política que não pode ser descurada, a ideia era criar um grupo em que o Estado entrava com cinquenta e um por cento do capital e tínhamos o Estado a financiar as infraestruturas desses Municípios, mas ao mesmo tempo, o Estado liderava porque tinha cinquenta e um por cento do capital e Amadora iria ficar com cinco ou seis por cento no máximo, não tinha mais do que disso. Tudo isto tem antecedentes e para a Senhora Vereadora Joana Baptista fazer a história disto tudo, de uma forma resumida, realmente não é fácil.” -----

----- Prosseguindo a **Senhora Vereadora Joana Baptista:** -----

----- “No início de dois mil e vinte e dois, estava Oeiras a assumir a presidência dos SIMAS, foi constituído um grupo de trabalho com os técnicos dos SIMAS para a criação da dita empresa intermunicipal. Esse estudo de viabilidade económico-financeira e de racionalidade económica, foi feito por uma determinada empresa, a BDO Portugal, mas esse mesmo estudo foi não só encomendado por Oeiras, mas foi antes encomendado pela Amadora. Ambos os estudos encomendados pelos dois Municípios chegam exatamente à mesma conclusão, a mesma percentagem de ativos do lado de Oeiras e do lado da Amadora, sessenta e um/trinta e nove, portanto, estamos completamente confortáveis com as conclusões extraídas por parte do estudo da BDO Portugal, porque existe o mesmo estudo contratado pelo Município da Amadora em que chega exatamente à mesma percentagem de ativos.-----

----- O modelo atual, os procedimentos relativos a decisões de investimento e contratação pública têm de ser aprovados em cada uma das Câmaras e Assembleias Municipais, o que provocam uma incapacidade de agilização de processos e rigidez, constrangimentos nos investimentos, evidencia as divergências em dossiers estratégicos, nomeadamente quanto aos investimentos, foi-vos dito nos últimos dois anos todos os investimentos que pararam, seja ao nível do dossier de remoção do fibrocimento das redes de água, da substituição dos contadores, da telemetria que não avançou rigorosamente nada nos últimos cinco anos, um projeto-piloto que

se iniciou em Cacilhas e que muito se fala hoje em dia em sustentabilidade e que mais não é esse projeto do que sustentabilidade, mas o que é certo, é que em cinco anos, um projeto-piloto não deixou de ser só um projeto piloto e só hoje em dia com a Presidência de Oeiras, é que esse procedimento vai avançar.-----

-----De maio de dois mil e vinte e dois a maio de dois mil e vinte e quatro, falamos de forma sumária sobre aquilo que foi a vivência desta última administração Presidida pela Amadora, em que de facto, foi notória a impreparação do Senhor Presidente do Conselho de Administração, aliás, não há nenhum dos Senhores Vereadores que o conheça, nem em reunião de Câmara, nem na Assembleia Municipal, porque não obstante as convocatórias insistentes, nunca aqui compareceu para dar qualquer tipo de esclarecimento, seja técnico, seja de natureza política, principalmente no que respeita a Oeiras, o seu principal acionista, a ausência de uma gestão de recursos humanos sentida pelos trabalhadores e dirigentes, perante a falta daquilo que é uma visão estratégica consistente e motivadora. -----

-----O Município da Amadora iniciou negociações com outras autarquias para o processo de integração no grupo AdP - Águas de Portugal, sem que, no entanto, tal intenção tivesse sido comunicada ao Município de Oeiras, soubemo-lo através do sindicato.-----

-----Os critérios utilizados tentaram ser a melhor estimativa para a aproximação real da imputação dos custos dos SIMAS a cada um dos Municípios na data da realização do estudo, em termos de desagregação de colaboradores entre Oeiras e Amadora, de previsão temos trezentos e oitenta e seis colaboradores, a mesma foi efetuada com base no número de contratos de cada Município, ou seja, cinquenta e um por cento de colaboradores, foram alocados a Oeiras. -----

-----É importante dizer, até para total esclarecimento, não há nenhum dirigente dos SIMAS, não há nenhum técnico superior, assistente técnico ou assistente operacional, que à data de hoje não saiba aquilo que é o ambiente, o clima e a decisão política do Município de Oeiras se querer separar do Município da Amadora e aquela que é a estratégia preconizada pelo Município



Câmara Municipal
de Oeiras

de Oeiras. E eu posso-vos dizer, de viva voz, que é com confiança e com estabilidade, que temos transmitido esta decisão aos trabalhadores, ou seja, vai efetivamente haver uma separação, mas em nenhum momento vai haver uma diminuição na qualidade de vivência laboral de nenhum dos nossos trezentos e oitenta e seis colaboradores e é importante termos essa vivência pacificada, para continuarmos a concretizar.-----

----- No que respeita ao tarifário, tem-vos sido comunicado em tudo aquilo que são as Grandes Opções do Plano, temos aumentado gradualmente o tarifário, sobre aquilo que é a sobreposição da taxa de inflação, o pagamento das entidades em alta, EPAL e as Águas do Tejo Atlântico, assim como os investimentos e aquilo que é o reflexo do aumento dos vencimentos dos nossos colaboradores e, portanto, o tarifário vai continuar paulatinamente a aumentar, mas por via tão só deste reflexo de inflação, pagamento das entidades em alta e investimento.-----

----- O resultado líquido em crescimento para os SIMAS, confirma a viabilidade do projeto quando criados os Serviços Municipalizados de Oeiras, a capacidade de investimento mantém-se para os próximos anos, ou seja, não há nenhum investimento que esteja calculado e previsto para os próximos anos, que possa abrandar com esta separação e assim resumindo, o projeto considera-se viável e rentável, é isso que diz o estudo da BDO, contratualizado pelo Município de Oeiras, mas também já era isso que dizia o estudo da American Appraisal - Consultores de Avaliação, contratualizado pelo Município da Amadora. -----

----- Do que estamos aqui a falar, é de facto, de uma decisão política que não pode abrandar, a bem daquilo que é a estratégia do Município de Oeiras para o seu próprio território e a bem daquilo que são a vivência e a qualidade das infraestruturas em Oeiras.” -----

----- **A Senhora Vereadora Susana Duarte** mencionou:-----

----- ““A futurologia é uma arte que só alguns dominam e eu não domino, objetivamente o que importa aqui, é perceber a eficácia deste modelo e quando eu tenho uma coisa boa não me desfaço dela, esta é que é a realidade.”-----

-----Estas foram as palavras do deputado do PSD Jorge Pracana em dezasseis de abril de dois mil e treze, eu hoje diria que nunca é fácil quando temos razão ou quando somos os únicos a ter razão.---

-----O PSD nessa data foi o único partido em Oeiras a votar contra a criação dos SIMAS de Oeiras e da Amadora, porque já em dois mil e treze compreendíamos o que agora em dois mil e vinte e cinco a maioria compreende, essencialmente por duas razões, gestão e racionalidade. ---

-----A primeira razão, são questões de gestão, já em dois mil e treze o PSD compreendia que ter duas câmaras municipais e duas assembleias como bem aqui disse a Senhora Vereadora Joana Baptista, com visões e estratégias diferentes a tentar gerir de uma forma comum estes serviços, levaria a curto médio prazo a problemas de gestão conforme indica o estudo técnico-financeiro elaborado pela BDO que passo a citar: “... No atual modelo de gestão, existem processos que têm de ser aprovados por ambos os municípios mesmo tratando-se de matérias respeitantes a apenas um dos municípios.-----

-----O atual modelo de gestão apresenta uma falta de orientação para a criação de processos ágeis e que potencializem a qualidade e o rigor dos serviços prestados, traduzindo-se numa desadequada racionalização dos recursos disponíveis, colocando em causa a economia, a eficiência e a eficácia da sua atividade gestonária...”-----

-----A segunda razão, as tais questões de racionalidade, já em dois mil e treze o PSD compreendia que o Concelho de Oeiras seria prejudicado naquela que seria a distribuição de lucros, uma vez que os serviços de Oeiras se mantivessem individualizados o seu custo/benefício, assim como, o serviço prestado, seria não apenas mais benéfico para o Município, mas também para os seus munícipes.-----

-----Eu iria mais longe, atrevendo-me até a dizer que quanto ao aumento de água que aprovámos recentemente poderia ter sido uma inevitabilidade se os serviços fossem apenas municipalizados, uma vez, conforme indica o estudo técnico-financeiro elaborado pela BDO que



Câmara Municipal
de Oeiras

passo a citar: "... Em dois mil e vinte e sete é expectável que o volume de negócios de Oeiras supere quarenta milhões de euros, atingindo então os quarenta e dois milhões de euros em dois mil e vinte e nove.-----

----- De acordo com as estimativas realizadas e, após a realização dos valores de investimentos previsto para o período dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e nove, que ascendem a trinta e dois milhões, existem disponibilidades médias anuais de três ponto nove milhões.--- -----

----- A existência destas disponibilidades significa que o Município de Oeiras tem condições para incrementar a nível de investimento, incrementar a nível de custos de manutenção, incrementar em outros custos, como sejam associados à integração e reorganização da estrutura de pessoal, caso seja necessário. -----

----- Conforme o referido e com todas estas questões aqui presentes, quer o estudo, quer a proposta de deliberação sempre foram uma evidência para o PSD de que este seria o seu desfecho a médio prazo.-----

----- Dando razão a todas as questões que levantámos aquando da criação dos SIMAS o PSD vem assim compreender mais do que nunca esta proposta, mas também queremos aqui dizer e porque mais uma vez falámos sobre isso, apesar do PSD ter dito o contrário aqui uma e outra vez, o PSD sempre defendeu em Oeiras uns Serviços de Água e Saneamento que se devem manter públicos e assim continuará a defender. -----

----- Apesar disso, importa dar garantias, obviamente, de estabilidade e de continuação de todos os postos de trabalho, assim como dos atuais funcionários dos SIMAS, mas que passam, apesar de não estar exposto aqui na proposta, mas também é a única solução admissível possível e foi nesta mesma reunião, já salientado pelo Senhor Presidente Isaltino Morais, que ficarão numa ou noutra estrutura, como assim quiserem. -----

----- Assim, como é óbvio, o PSD só pode votar favoravelmente."-----

-----O **Senhor Presidente** frisou: -----

-----“Há só uma questão que eu não percebo e que de vez em quando vem à baila, é quando falam em serviços públicos e de privatização. -----

-----Eu sempre fui contra a privatização, eu nunca defendi isso, eu sempre defendi a manutenção dos Serviços Municipalizados na esfera jurídica do Município, porque aquilo que funciona bem não se mexe.-----

-----Os Serviços Municipalizados são um bom exemplo de como pode haver boa gestão pública num equipamento desta natureza que, aliás, durante muitos anos até havia lucros significativos e lá iam sete milhões e meio para Amadora e sete milhões e meio para Oeiras, até os lucros eram repartidos em partes iguais. -----

-----Portanto, é óbvio, eu diria como o outro, não quero utilizar a expressão, então digo basta, neste momento, é um dos bons exemplos em que nós podemos ver quem é que cada um defende, se a ideologia que perfilhamos, se o partido a que estamos ligados ou se defendemos os interesses daqueles que nos elegeram. Aqui é que se vê.”-----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** frisou: -----

-----“Relativamente à proposta de extinção dos SIMAS e da criação de dois serviços autónomos para cada município, temos algumas dúvidas dos aspetos técnicos e financeiros, mas também dos impactos sociais e operacionais que esta operação poderá ter. -----

-----Entendemos que é fundamental que os dois municípios se sentem e cheguem a um acordo.-----

-----O Partido Socialista de Oeiras votará contra esta proposta que agora aqui vem e entregará uma declaração de voto com a posição oficial do partido sobre esta matéria.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** salientou:-----

-----“Eu só queria terminar dizendo o seguinte, ontem estive na Assembleia Geral das Águas do Tejo Atlântico e queria-vos dar conta daquilo que é o volume de negócio das Águas do



Câmara Municipal
de Oeiras

Tejo Atlântico, são noventa e oito milhões, portanto, estamos a falar de mais quase trinta milhões de euros do que os Serviços Intermunicipalizados, têm o mesmo nível de investimento, ou seja, com quase cem milhões de euros de volume de negócios as Águas do Tejo Atlântico faz exatamente por ano o mesmo volume de investimento que não chega aos dez milhões de euros do que os Serviços Intermunicipalizados. -----

----- Quero-vos dizer que, com esta estratégia do Município de Oeiras estamos no bom caminho daquilo que é a estratégia de qualificação do nosso território e das nossas infraestruturas. -----

----- Também vos quero dizer o seguinte, para que não haja qualquer dúvida quando se fala nas duvidosas prioridades da Câmara Municipal de Oeiras. -----

----- A Câmara Municipal de Oeiras da mesma forma como vai avançar desde já no próximo mês de abril com a reabilitação da conduta atual da ribeira de Algés estamos a falar de quase dois milhões de euros no imediato, com uma comparticipação de quinhentos mil euros da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, mas da mesma forma que não abdica em tempo algum, porque está previsto nas Grandes Opções do Plano, do Templo da Água. -----

----- Portanto, o Templo da Água nunca em tempo algum abrandou, continua na nossa visão, continua na estratégia dos Serviços Intermunicipalizados que passarão a serviços municipalizados, é a razão pela qual ainda este ano de dois mil e vinte e cinco vamos contratualizar o projeto de execução dos conteúdos para o Templo da Água. -----

----- Não há aqui nenhuma duvidosa prioridade dos Serviços, nós temos a nossa trajetória absolutamente estabilizada, da mesma forma como estamos a gastar hoje em dia onze milhões de euros na ribeira de Algés e na ribeira de Tercena, são oito milhões que vão avançar, desde já, também em abril na ribeira de Massamá/Tercena, uma obra adjudicada recentemente à Teixeira Duarte e que passou por este Órgão Executivo. -----

----- Também vamos avançar com a ribeira de Algés, uma obra também adjudicada à

empresa Plandese e que vai começar no mês de abril, também um estudo prévio do troço jusante do domínio de Lisboa e que vamos avançar desde já no mês de abril e que vai terminar no mês de setembro, portanto, estamos muito confiantes, muito estabilizados do trabalho, da nossa missão, dos nossos objetivos, não derivamos, mas é importante estabilidade e vontade política, é o pressuposto da criação dos Serviços Municipalizados.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e voto contra das Senhoras Vereadoras Ana Filipa Laborinho e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a extinção dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora. -----

-----A minuta do contrato interadministrativo de extinção dos SIMAS. -----

-----Internalizar os serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais através da sua municipalização. -----

-----O estudo relativamente aos aspetos económicos, técnicos e financeiros, necessário à criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras. -----

-----Dar conhecimento à Direção-Geral das Autarquias Locais, bem como ao Tribunal de Contas, Inspeção-Geral de Finanças e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. --

-----Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -

-----Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e quatro, de dois mil e nove, de vinte de agosto.

-----Decreto-Lei número trezentos e cinco, de dois mil e nove, de vinte e três de setembro. -- -----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Nós votamos contra, porque consideramos que esta é uma má decisão política



Câmara Municipal
de Oeiras

tomada segundo interesses que não são, quanto a nós, o interesse público e sem o cuidado de uma discussão, porque consideramos que deveria de ter sido prévia e alargada, envolvendo os trabalhadores e também a população do Concelho e feita também, como é evidente, com o município vizinho da Amadora. -----

----- Os SIMAS de Oeiras e Amadora são, como já aqui foi dito, um Serviço Intermunicipalizado criado em dois mil e treze que sucedeu aos SMAS de Oeiras e Amadora criados em reunião de Câmara em mil novecentos e vinte e sete.” -----

----- Interrompendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Não é verdade, em mil novecentos e vinte e sete foi criado os SMAS de Oeiras. -----

----- A Amadora foi mais tarde, já comigo enquanto Presidente de Câmara e que lhe foi acrescentado o nome de Amadora.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** prosseguiu: -----

----- “Muito bem, primeiro SMAS de Oeiras e depois, já com o Senhor Presidente, SMAS de Oeiras e Amadora.-----

----- Sobre as vantagens das estruturas intermunicipais, os serviços intermunicipais que envolvem a cooperação entre diferentes municípios, dois ou mais municípios para a prestação de serviços públicos oferecem diversas vantagens, nomeadamente vantagens de eficiência económica, a cooperação entre municípios pode reduzir custos operacionais, permitindo a realização de serviços em maior escala, evitando a duplicidade de esforços e recursos, também a melhoria da qualidade dos serviços, a união de recursos e conhecimentos entre os municípios pode resultar em serviços de melhor qualidade, uma vez que é possível partilhar boas práticas e experiências, também a resolução de problemas comuns, muitos problemas, até podemos falar do trânsito, enfim, mas também saneamento, segurança são intermunicipais por natureza e a colaboração permite uma abordagem integrada holística, coordenada para resolver esses desafios.

----- Inovação e conhecimento, a colaboração pode estimular a inovação já que diferentes

municípios podem partilhar também projetos, soluções criativas para problemas que são comuns.

-----Fortalecimento de redes e parcerias através da colaboração, os municípios também podem estabelecer redes que fortalecem a capacidade de resposta de cada um.-----

-----Sustentabilidade porque a gestão conjunta de recursos pode contribuir para soluções mais sustentáveis permitindo uma melhor preservação do ambiente e uma utilização mais racional dos recursos naturais, enfim, as vantagens são muitas. -----

-----Sobre a desagregação dos SIMAS de Oeiras e Amadora, a hipótese do Município de Oeiras vir a promover esta separação da estrutura dos SIMAS face à Amadora tornou-se um cenário que foi cada vez mais documentado desde que o Senhor Presidente da Câmara regressou em dois mil e vinte e um, mas, na realidade, não era ainda uma certeza e não tinha sido comunicado nem à população, tanta informação que se faz, nem aos trabalhadores.-----

-----Consideramos realmente que esta decisão é alheia até aos interesses da própria organização e aos interesses dos munícipes, porque a desagregação e a criação de um só serviço em Oeiras, contraria as tendências internacionais de promoção de estruturas intermunicipais como boa prática de gestão de pública.-----

-----Gera perdas em termos de economia de escala, designadamente perdas financeiras anuais acumuláveis, na medida em que irá desencadear maiores custos de exploração pelos serviços prestados, é o caso da multiplicação de estruturas, unidades orgânicas de apoio logística.

-----Destroi sinergias e capacidades internas, como é o caso do conhecimento, recursos materiais tornando a organização menos capacitada e menos resiliente. -----

-----Neste sentido, a separação dos Serviços Intermunicipalizados não apresenta, quanto a nós, qualquer vantagem funcional para os municípios ou para os munícipes, o que deixa legitimamente no ar perguntas a que não tivemos resposta. -----

-----Se não existe qualquer vantagem objetiva em termos financeiros, nem na prestação dos serviços, qual é o objetivo para a promoção de um processo de desagregação. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Ora, o Executivo, o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora já aqui trouxeram um dos principais motivos que é uma decisão política de controlo absoluto, autonomia e total liberdade para a prática dos atos de gestão que entenderem, deixando de haver uma gestão partilhada e escrutinada entre os dois municípios. -----

----- Também se coloca a questão, apesar do Senhor Presidente dizer que nem pensar em privatizações, ótimo, mas será que a prazo não será uma justificação para processos de concessão, enfim, segundo a perspetiva de que será melhor entregue a uma concessão, mesmo a privados.-- -----

----- Não sendo realmente possível perceber, para além desta questão do controlo político, das opções, nomeadamente do Templo da Água, não se nos vislumbra aceitável esta extinção dos SIMAS e a criação de um serviço só de Oeiras, mas a efetivar-se como tudo indica, porque a maioria tem democraticamente o direito de assim o decidir, ainda que com o nosso voto contra e o voto do Partido Socialista, efetivar esta extinção dos SIMAS, nós desde já, afirmamos que pugnaremos pelo interesse dos munícipes e dos trabalhadores e enquanto estivermos nos órgãos autárquicos não aprovaremos gastos supérfluos e não deixaremos de denunciar essa intenção, nomeadamente, com as tais obras despesistas do Templo da Água quando há investimentos prioritários a fazer na segurança das pessoas e no serviço público de água e saneamento.” -----

----- IV - O **Senhor Vereador Armando Soares** fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Isto é uma espécie de declaração de voto, a minha não a escrevi no “Chat GPT” vou proferi-la agora. -----

----- Dizer que votei a favor, porque todos os motivos que foram aqui explanados nesta reunião de Câmara e em várias, porque a anterior administração antes de tomarmos posse da presidência de Conselho de Administração dos SIMAS, nem sequer se dignava a apresentar orçamentos a tempo e horas.-----

----- Por todos os motivos expostos que ditam que o Município de Oeiras em montante de

investimento tem sessenta e um por cento e a Amadora tem trinta e nove por cento, não obstante, anos e anos que ditaram a partilha de dividendos em cinquenta por cento o que manifestamente é injusto para todos os munícipes de Oeiras que viram assim parte dos seus dividendos e parte dos seus impostos a serem distribuídos pelo município vizinho. -----

-----Votei a favor, porque sou Vereador do Município de Oeiras e não do Município da Amadora e aquilo que eu tenho que fazer é defender os interesses dos cidadãos que moram aqui.

-----Votei a favor também, porque estão acautelados os direitos de todos os trabalhadores e que foi aqui dito e, portanto, nenhum irá enfrentar nenhum processo de despedimento, podendo inclusivamente ficar naquilo que é a sua sede de funcionamento e, naquele que é o Município que sustentou ao longo de todos estes anos aquilo que é os SIMAS. -----

-----Votei ainda a favor também, realçando a postura altamente institucional e de estadista que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras teve, porque ainda que eu próprio também tenha curiosidade em saber que tipo de correspondência existiu trocada entre o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e o Presidente da Câmara Municipal da Amadora, registo que conseguimos chegar até ao final deste processo. -----

-----Analisando isto com uma postura séria, sem juízos de valor, sem estados de alma e sem sequer conhecermos essa correspondência que, certamente será ainda mais reveladora da decisão que aqui estamos a tomar, dizendo, por isso, que esta decisão se pecar por alguma coisa quanto muito seria por tardia, não pela força pela veracidade desta necessidade que é devolvermos ao Município de Oeiras aquilo que é dele por direito, defendendo os interesses sim dos cidadãos de Oeiras, deixando que os da Amadora sejam defendidos pelos vereadores que lá estão sentados.” -----

-----O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“A Senhora Vereadora Carla Castelo, no que diz respeito à teoria, à teorização da importância da intermunicipalização e isso vem nos livros, eu estou de acordo. Há vantagens na



Câmara Municipal
de Oeiras

intermunicipalização e empresarialização, mas a lei também diz em que circunstâncias é que isso se faz. -----

----- A Câmara Municipal de Oeiras tinha vinte e sete por cento da SANEST e tínhamos lucros, porque era Oeiras, Cascais, Sintra e Amadora numa pequena parte e tínhamos lucros porque a empresa era bem gerida e porque estamos a falar de quatro concelhos com densidade populacional significativa e, portanto, tínhamos a participação de mais de vinte por cento dos lucros que era o que correspondia aos nossos clientes. -----

----- Passámos para as Águas do Tejo Atlântico e aí já não temos vinte e sete por cento, temos três pontos quarenta e sete que é aquilo que nós representamos, portanto, nós não temos nenhum problema em estar ligados à Amadora, desde que cada um fique com o capital correspondente àquilo que é a sua importância. -----

----- Não podemos é continuar com os impostos e com o dinheiro dos cidadãos de Oeiras e aí é que se vê, quando dizem que não defendo o interesse público, eu pergunto quem é que aqui defende o interesse público. -----

----- É quem zela pelos dinheiros dos municípios de Oeiras ou é quem zela pelo dinheiro dos municípios da Amadora. Quem é eleito neste Concelho é eleito pelos cidadãos de Oeiras, não é pelos da Amadora. Portanto, se a Amadora quisesse relacionar-se e aproveitar as sinergias, tinha aceite, esta proposta vem aqui agora, justamente para dar o pontapé de saída desta situação, porque há mais de quatro anos que nós andamos a negociar com a Amadora, atenção, no sentido da criação de uma empresa e a empresa com capital social de cada município e com certeza aí estamos todos de acordo. A Câmara Municipal não é contra a Amadora, nós entendemos é que chega de sustentar a Amadora, é a nossa filha, digamos assim, nasceu aqui de Oeiras, mas já a dotámos de cem por cento de atendimento na água, cem por cento de atendimento no esgoto, coisa que nenhum município da Área Metropolitana de Lisboa tem para além de Oeiras.-----

----- Houve sempre um esforço no mínimo cinquenta por cento/cinquenta por cento,

começaram a surgir alguns problemas, porque a dada altura até estradas os serviços estavam a alcatroar. Veio aqui uma proposta de deliberação, se bem se lembram, com certeza, esteve parada não sei quanto tempo, porque a dada altura já não é o esgoto, já não é a água, também era fazer estradas, andamos a brincar! -----

-----Eu fico surpreendido com alguma argumentação a propósito do interesse público e nem uma vez se diz, mas então, nós fazermos uma sociedade com as Águas do Tejo Atlântico, ficamos com três por cento, fazemos uma com a Amadora e é cinquenta por cento/cinquenta por cento, não sei se estão a ver, quando somos muito diferentes e temos um peso financeiro completamente diferente. -----

-----Quem é que defende o interesse público?-----

-----Quem é que aqui nesta Câmara defende o interesse público?-----

-----Não estou a perceber! -----

-----Como é que se atrevem a falar em defesa do interesse público, dizendo que devemos manter tudo conforme está.-----

-----A Câmara Municipal, nós estamos disponíveis, podemos não internalizar os serviços se quiserem fazer uma empresa com sessenta e nove por cento/trinta e um por cento, nós estamos de acordo. Nós não podemos permitir que quem não tem capital, mande. -----

-----Problemas de investimentos, templo da água não tem nada a ver uma coisa com outra.-----

-----Privatizações! -----

-----Vejam bem por trás disto tudo pode estar a privatização! Mas qual privatização? -----

-----Se sempre assumimos e, no caso concreto quando houve uma onda de privatização que foi nos anos noventa, a Câmara de Oeiras, foi das primeiras, há declarações minhas, aliás, nenhum presidente da Câmara se atrevia a fazer declarações daquelas. Há declarações minhas, que estão publicadas nos jornais em que eu digo, em dada altura, se o Estado quer privatizar, o



Câmara Municipal
de Oeiras

Governo que pague quinhentos milhões de euros ao Município de Oeiras. Primeiro tem que nos esbulhar e tem de pagar quinhentos milhões de euros, está escrito, portanto, isso demonstrava bem, porque houve essa ideia. A ideia de empresarializar os Serviços Municipalizados em baixa e começar por vender a alta ou concessionar a alta e depois avançar para a baixa e houve alguns municípios que o fizeram, que concessionaram, como Mafra, Cascais e outros municípios. Oeiras nunca o fez. -----

----- Agora, quero vos dizer o seguinte. -----

----- É preciso lata, muita lata, para votar contra esta proposta e dizer que se está a defender o interesse público e que esta proposta não defende o interesse público.-----

----- Eu devo dizer, isto é de um atrevimento extraordinário porque ainda por cima, nem sequer dizem, se não são iguais, é justo que se faça uma repartição equitativa correspondente àquilo que é o peso de cada um. -----

----- Não! Oeiras que continue a sustentar a Amadora, a fazer o investimento na Amadora que tem feito até aqui. E ainda por cima, porque reparem, isto funcionou muito bem, enquanto a Amadora tinha observadores, depois administradores, mas sempre numa situação em que a Câmara Municipal tinha a presidência do Conselho de Administração. Eu próprio presidi ao Conselho de Administração muitas vezes. Realmente a partir da criação dos Serviços Intermunicipalizados a Amadora pôs-se numa posição de igualdade e não havia problema nenhum se houvesse alguma humildade. Quero vos dizer que o atual Presidente da Câmara me disse e não quero expor aqui todas as conversas que temos, mas a dada altura disse-me: “Presidente, comigo em Presidente da Câmara nunca mais vai acontecer uma situação como essa”. Ao que eu respondi: “Sim, mas depois vem outro e acontece o mesmo”. -----

----- Nós temos que criar institucionalmente as condições de segurança, estabilidade e de continuidade adequadas, portanto, este problema não é um capricho, o problema é que, na realidade, nós estamos a canalizar para Amadora cinco a dez milhões de euros por ano, pago

pelos cidadãos Oeiras.-----

-----Nós participamos numa sociedade que é o caso do Tejo Atlântico, que passamos dos vinte e tal por cento para os três por cento e agora entre Oeiras e Amadora é tudo igual. Algum dia Lisboa aceitaria partilhar com Oeiras cinquenta por cento/cinquenta por cento? -----

-----Do que estamos a tratar é disso, por isso, pergunto como é que há o atrevimento de falar em defesa do interesse público, defesa dos cidadãos e defesa dos trabalhadores.-----

-----Tenham paciência, toda a vida e sempre defendi os trabalhadores e muito menos com a com concessões privadas.-----

-----É claro que há vantagem objetiva em termos financeiros, isso é óbvio, pois se deixamos de sustentar outra boca e passamos a sustentar a nossa, com certeza, que há vantagem financeira clara, a Amadora não terá tanto, aliás, no meio disto tudo Oeiras é a única que tem vantagem porque deixa de pagar para a Amadora. A Amadora não vai querer, mas vai ter que avançar, Oeiras não vai tolerar esta situação. -----

-----A Senhora Vereadora da Coligação Evoluir Oeiras Indicada pelo Bloco de Esquerda não há maneira de aprender porque já devia de saber isso, nunca falta dinheiro para aquilo que é uma prioridade, são onze milhões para resolvermos um problema, cuja água, vem toda de Sintra, mas ali não temos outra hipótese, porque a água entra no Concelho e desagua no concelho ribeira de Barcarena. -----

-----O tão decantado Templo da Água, é o povo que o quer, mas também temos que ter a noção das prioridades.-----

-----Há uns anos, não sei se foi em dois mil e dezassete, uma das afirmações que eu fiz, foi dizer vamos fazer o SATUO primeiro do que o edifício dos Paços do Concelho, mas depois verificámos que o projeto para o SATUO ainda tinha que se fazer.-----

-----O edifício da Câmara estava muito avançado, não íamos estar parados, portanto, avançámos com o edifício da Câmara e depois avançou o SATUO.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O Templo da Água, houve aí um problema, qual foi? Precipitámo-nos, estávamos convencidos que estava tudo pronto, mas afinal faltava-nos o projeto dos conteúdos, havia um documento sobre os conteúdos muito interessante, que eu tinha lido, mas era preciso ter o projeto desses conteúdos, logo, não havia condições de avançar com o Templo da Água, mas o povo quer o Templo da Água, votou nele. -----

----- Há um grupo minoritário que não gosta de certas propostas, critica e diz que é despesismo, mas o povo quer, o povo é que votou e não escondemos que queríamos fazer o Templo da Água, aliás até foi apresentada uma espécie de imagem do Templo da Água, portanto, estou de acordo com a Senhora Vereadora Joana Baptista, não se fez, mas é para se fazer, mas não tem nada que ver com aquilo que estamos aqui a discutir.-----

----- O que estamos aqui a discutir é outra coisa, isto é, o Município de Oeiras tem determinadas condições, o Município da Amadora tem outras condições e nós temos que acertar isto, não podemos continuar numa situação de desigualdade em que a Câmara Municipal de Oeiras está a suportar custos que devem de ser suportados pelo Município da Amadora e ainda por cima sujeitos, naturalmente, a situações de designações de administradores, como aquele que aconteceu, em que por razões, não tenho dúvidas, de natureza política quiseram dar-lhe um prémio qualquer, era um “boy” e, por isso, eu compreendo a posição da Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, claro que o Partido Socialista na Amadora governa a Amadora, se fosse o PSD a governar a Amadora havia unanimidade ou então arranjava uma maneira que os presidentes se entendessem e então vamos lá fazer uma empresa, foi o que o Partido Socialista fez, este partido estava a trabalhar bem, temos que reconhecer isso.-----

----- Não quer dizer que estivesse a trabalhar bem para a Amadora, mas estava a trabalhar bem no esquema, juntamos uma empresa com a Amadora, Odivelas, Loures, Vila Franca de Xira, Alenquer, uns tantos municípios, de alguma forma, estava a racionalidade que a Senhora Vereadora Carla Castelo diz, juntavam-se vários municípios, mas atenção, na empresa cada um

iria ficar com o capital que lhe diz respeito, com o peso que tem.-----

-----Ora, Oeiras representa sessenta e nove por cento, a Amadora representa trinta e um, mas é cinquenta/cinquenta, não pode ser, portanto, defender os interesses e defender interesse público e o interesse dos cidadãos, neste caso, é dizer assim: internalizamos os Serviços Municipalizados, mas como temos a consciência da importância de alguma economia de escala que se possa fazer, aceitamos criar uma empresa em que cada município está representado com o capital que tem, estou aberto a isso, não tenho nenhum problema, estou completamente aberto, só que a Amadora não lhe interessa, por isso, não lhe interessando, como é que aqui se defende o interesse público, mantendo a ligação com a Amadora, é uma coisa estranha.-----

-----Por último, não posso deixar de dar aqui os parabéns a quem fez esta proposta e este estudo.-----

-----A todos os que estiveram envolvidos neste processo, à administração dos SIMAS e a todas as equipas que trabalharam para que esta proposta viesse a esta reunião de Câmara. Muitos parabéns.”-----

20 - PROPOSTA Nº. 259/25 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO AO ABRIGO DOS CRITÉRIOS MATERIAIS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL (AQUAMATRIX) - PD 69-SIMAS/2025:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação aprovada pelo Conselho de Administração na reunião realizada em dez de março, na qual autorizou a abertura de procedimento por ajuste direto ao abrigo de critérios materiais, à entidade “EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, Sociedade Anónima”, para a prestação de serviços do Sistema de Gestão Comercial (Aquamatrix), pelo preço base de cento e noventa e



Câmara Municipal
de Oeiras

quatro mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de doze meses, prevendo-se que a mesma inicie em maio de dois mil e vinte e cinco e com término em abril de dois mil e vinte e seis, devendo, face ao carácter plurianual, ser afeto para fins cabimentais, o valor de cento e vinte e nove mil setecentos e setenta e sete euros e setenta e oito cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e cinco e o valor de sessenta e quatro mil oitocentos e oitenta e oito euros e oitenta e nove cêntimos ao ano de dois mil e vinte e seis, ambos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- As peças concursais, compostas pelo convite e caderno de encargos. -----

----- A celebração de contrato escrito. -----

----- A designação da técnica superior, doutora Paula Dias, como gestora do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, em todos os seus aspetos e ainda delegar no mesmo a adoção de todas as medidas conducentes à boa execução do contrato, nomeadamente, as necessárias à correção de desvios, defeitos ou outras anomalias, detetadas na sua execução, tendo como substituto, nas suas faltas e impedimentos, a assistente técnica, Alexandra Serradas.-----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, número um, do artigo décimo oitavo, aplicável por via do disposto na alínea f), do número um, do artigo décimo quarto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

21 - PROPOSTA Nº. 260/25 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, COM CONSULTA A UMA ENTIDADE, EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS,

PARA A EMPREITADA DESTINADA À “REABILITAÇÃO DO ATUAL TROÇO CANALIZADO DA RIBEIRA DE ALGÉS - 1º. PROTOCOLO” - PD 73-SIMAS/2025: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação aprovada pelo Conselho de Administração na reunião realizada em dez de março, na qual autorizou a adjudicação da empreitada destinada à “reabilitação do atual troço canalizado da Ribeira de Algés - Primeiro Protocolo”, à referida empresa “Plandese, Sociedade Anónima”, pelo valor de um milhão seiscentos e trinta mil seiscentos e setenta e três euros e oitenta e seis cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, com um prazo de execução de duzentos e dez dias, prevendo-se que o mesmo ocorra entre o mês de abril e outubro de dois mil e vinte e cinco. -----

-----A nomeação do engenheiro Gonçalo Filipe Inácio Viana Machado, como Coordenador de Segurança em Fase de Obra e como Diretor de Fiscalização da mesma empreitada. -----

-----A celebração de contrato escrito.-----

-----A respetiva minuta.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

22 - PROPOSTA N.º. 261/25 - SIMAS - 4ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA DAS DESPESAS CORRENTE, CAPITAL, PPI E ANOS SEQUENTES - PD 75-SIMAS/2025: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação aprovada pelo Conselho de Administração na reunião realizada em dez de março, na qual deliberou aprovar a quarta alteração orçamental permutativa das despesas corrente e capital, PPI, anos seguintes, no valor de cento e trinta e cinco mil oitocentos e sessenta euros. -----

----- Nos termos da norma de contabilidade pública vinte e seis, do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas. -----

----- Ponto oito ponto três ponto um, não revogado, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. -----

23 - PROPOSTA N.º. 262/25 - GCAJ - DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO MOINHO DAS ANTAS, MODELO URBANO, MINUTA DO CONTRATO DE URBANIZAÇÃO E ABERTURA DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

----- “Este título não me parece ser o que a proposta é de facto, porque aparece como apreciação da recomendação do Senhor Provedor Adjunto. Aqui não se trata de apreciar, podemos apreciar a recomendação do Senhor Provedor Adjunto, mas, de acatar a recomendação da Provedoria sobre a proposta de deliberação quinhentos e setenta e três, de dois mil e vinte e quatro, que foi a delimitação da Unidade de Execução do Moinho das Antas.”-----

----- Intervindo o **Senho Presidente**: -----

----- “O Provedor de Justiça tem conhecimento de que tendo havido uma discussão pública em simultâneo para a regulação do Plano de Pormenor e daquilo que iria substituir o Plano de Pormenor da Unidade de Execução, essa discussão pública tida em simultâneo, vem dizer o Provedor de Justiça, no seu entendimento, que poderia ser primeiro aprovada, publicada a

revogação do Plano e só depois é que se iria iniciar a discussão da Unidade de Execução e falam e invocam até transparência. -----

-----A Câmara Municipal, por sua vez, invoca a máxima transparência nesta matéria, na medida em que revogando o Plano e ficando o Plano de Pormenor revogado, fica em vigor o Plano Diretor Municipal - PDM e ficando em vigor o Plano Diretor Municipal, o particular pode apresentar um projeto de loteamento e o projeto de loteamento não dá à Câmara Municipal a mesma margem que uma Unidade de Execução, porque através da negociação de uma Unidade de Execução, podem ser negociadas, impostas determinadas infraestruturas que no loteamento não seriam consideradas e que com a Unidade de Execução podem ser negociadas.-----

-----A Câmara Municipal tem os pareceres, vários pareceres jurídicos. A Professora Doutora Fernanda Paula Oliveira é muito clara dizendo que não há nada na Lei que determine a impossibilidade da discussão pública em simultâneo dos dois instrumentos e, portanto, discordando totalmente do parecer e da posição do Provedor de Justiça, a Câmara Municipal, embora não aceite a argumentação, dá andamento à suspensão da Unidade de Execução, aguardando depois a publicação do Plano de Pormenor e depois da publicação do Plano de Pormenor, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal decidirá se faz uma Unidade de Execução e se a põe em discussão pública ou se deixa ao particular, o promotor privado, a apresentação de um loteamento que corresponda àquilo que o Plano Diretor Municipal permite fazer. Claro que isto provoca atrasos no processo e se a Câmara Municipal entender fazer uma Unidade de Execução, mais atrasos vai provocar, mas provavelmente, é o que terá de acontecer, é fazer uma Unidade de Execução ou, digamos, fazer conformar o loteamento àquilo que são as prescrições da Unidade de Execução. Na realidade o que estamos aqui a fazer é declarar sem efeito a discussão pública da Unidade de Execução, dar andamento ao Plano de Pormenor, irá à Assembleia Municipal a revogação do Plano, será publicado em Diário da República e depois disso logo se vê o que é que se vai fazer.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse: -----

----- “É dito então que a Câmara não acata. Eu percebo que a Câmara não concorde com o parecer do Provedor Adjunto da Justiça, mas acaba por suspender, portanto, aquilo que vem aqui hoje é a suspensão e declarar sem efeito a discussão pública do Plano, é isso?” -----

----- Respondendo o **Senhor Presidente**:-----

----- “É isso!”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** aferiu: -----

----- “Da Unidade de Execução?”-----

----- Confirmando o **Senhor Presidente**: -----

----- “Da Unidade de Execução.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a continuidade ao procedimento de revogação do Plano de Pormenor do Moinho das Antas nos termos e pelos fundamentos enunciados na proposta de deliberação número quinhentos e setenta e dois, de dois mil e vinte e quatro, de três de julho. -----

----- Diferir para momento posterior à conclusão do procedimento, a avaliação do modelo de intervenção urbanística a desenvolver para aquele território - unidade de execução ou operação de loteamento - à luz do previsto no Plano Diretor Municipal e nas disposições legais em vigor. - -----

----- Revogar a deliberação titulada pela proposta número quinhentos e setenta e três, de dois mil e vinte e quatro, de três de julho, de dois mil e vinte e quatro, não aceitando, porém, os vícios que lhe são imputados pelo Senhor Provedor-Adjunto, nos termos melhor fundamentados no douto parecer da Professora Doutora Fernanda Paula Oliveira. -----

-----Nos termos do artigo centésimo sexagésimo quinto, número um, do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----Artigo centésimo quadragésimo sétimo e seguintes, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Votamos a favor, porque na realidade, ainda que a Câmara não acate esta recomendação, acaba por fazê-lo na prática, acaba por suspender os efeitos da Unidade de Execução. - -----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras leu a posição da Provedoria de Justiça e que culmina com a separação entre a revogação de um Plano de Pormenor e da nova Unidade de Execução para a mesma área. -----

-----Antes de mais, a tal situação foi referida no momento da votação, não estava cá eu, creio que estava o Senhor Vereador Duarte da Mata, obrigando o Grupo Político a distinguir o voto a favor da revogação do Plano de Pormenor, porque de facto, consideramos que era uma má solução para o Concelho, pela densidade exagerada e que na vigência deste mesmo Presidente da Câmara planeou para ali, mas como também referimos na altura, a única solução capaz de minimizar o excesso de construção no Moinho das Antas e no Espargal, seria tratar o tema numa única Unidade de Execução, porque minimizaria as cargas e seria possível fazê-lo desta forma mais global. -----

-----Quanto a nós é incompreensível que se tenham lançado duas Unidades de Execução quase em simultâneo, com pouco tempo de distância e também a menos de duzentos metros de distância uma da outra e como também referimos na altura, na nossa opinião, estas Unidades de Execução, violam o Plano Diretor Municipal, as regras urbanísticas aplicáveis na ausência do Plano de Pormenor nesta unidade operativa de planeamento e gestão, determinariam necessariamente a aplicação restritiva de regras de salvaguarda da integração visual e paisagística



Câmara Municipal
de Oeiras

e das condições de tráfego rodoviário, por remissão do artigo sexagésimo segundo do PDM, não sendo admissíveis propostas urbanísticas disruptivas por mera aplicação do instrumento de Unidade de Execução. Ora o que foi apresentado é uma proposta, numa Unidade de Execução altamente disruptiva do tecido urbano envolvente e, por tal, na nossa opinião, desconforme com o artigo sexagésimo segundo do PDM. -----

----- Talvez fizesse sentido pedir então um parecer jurídico à Professora Doutora Fernanda Paula Oliveira, a quem o Município de Oeiras recorre frequentemente, sobre as desconformidades desta Unidade de Execução à luz do tal artigo sexagésimo segundo e ver se o mesmo não prejudica as características da área envolvente como preconiza o artigo sexagésimo sexto do PDM. -----

----- De facto, o excesso de construção e a construção em altura aqui são o maior problema e isso na realidade o parecer da Provedoria não resolve. Os moradores do Moinho das Antas e do Espargal estão e são altamente prejudicados por estes empreendimentos que se erguerão em altura excessiva, no interesse dos promotores imobiliários que pensam unicamente na valorização do seu investimento que prevê construção para os segmentos altos e de luxo, fundos de investimento, especulação e nada preocupados com inserção urbana desta construção no contexto existente. -----

----- Daí considerarmos que estas Unidades de Execução que vêm sendo aprovadas com propostas urbanísticas, fortemente disruptivas, que constitui uma degradação da qualidade de vida das condições urbanas de Oeiras daquela zona em particular e do direito à cidade, a um ambiente e qualidade de vida dos Oeirenses. -----

----- Que os promotores, os fundos imobiliários e as empresas que vivem da construção, tentem maximizar o seu lucro, já sabemos, como autarcas, consideramos que é nossa obrigação defender as populações que ali tinham uma perspetiva de uma cidade, de uma vivência diferente.

----- Por isso, votamos a favor desta proposta que, no fundo, ainda que não acate

formalmente a recomendação da Provedoria de Justiça, acaba por suspender a Unidade de Execução e esperemos que o que venha subsequentemente seja uma melhor decisão, envolvendo os moradores daquela zona que penso eu que devem ser ouvidos e quanto mais participação e explicação do que é previsto, melhor.” -----

-----IV - O **Senhor Presidente** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Em primeiro lugar não há aqui planos do Isaltino. Os Planos de Pormenor do Espargal e do Moinho das Antas, foram debatidos pela sociedade, foram aprovados os termos legais conforme o Plano Diretor Municipal, obviamente que datados do seu tempo, com ocupação extensiva do terreno, quer o do Espargal, quer o do Moinho das Antas. -----

-----Sendo Planos de Pormenor distintos, naturalmente que deveriam ter Unidades de Execução distintas. A revogação desses Planos, substituídos por Unidades de Execução, obviamente que foram feitos justamente no sentido da defesa do interesse público, da defesa do Ordenamento do Território de Oeiras e da Defesa, naturalmente, da qualidade de vida dos cidadãos. -- -----

-----Obviamente que há perspetivas diferentes, dizem que a construção na altura era para ricos, mas os ricos também têm necessidade de ter casa e nós aqui temos de ter casas para todas as classes sociais, a inveja é uma coisa extraordinária, porque só por inveja é que se fazem determinado tipo de comentários. -----

-----À construção em altura chamam-lhe disruptivo, não sei porquê, Oeiras sempre teve a tradição da construção em altura e não é de agora, já antes do Vinte e Cinco de Abril. Olhem para Miraflores, por exemplo, certos apontamentos em Linda-a-Velha, mesmo aqui em Oeiras, a Quinta do Marquês, por exemplo, um pouco por todo o Concelho há áreas que são destinadas mais a moradias, há outras que têm uma habitação coletiva, como é o caso do Bairro Joaquim Matias, mais propriamente o chamado Bairro Jota Pimenta ou o Bairro do Moinho das Antas, o que já está feito ou a Figueirinha e, portanto, se há quem considere que isso é um exemplo de



Câmara Municipal
de Oeiras

qualidade urbana, não passam de mamarrachos a maior parte deles que ali estão, da pior construção que se fez em Oeiras em todos os tempos, esta é que é a realidade. -----

----- Não há excesso de construção, essa do excesso de construção é mais uma invenção de certos grupos políticos. Oeiras é o Município nos últimos cinquenta anos que menos construção tem tido na Área Metropolitana de Lisboa, é interessante, é o Município com menor número de licenças de construção nos últimos dez anos, a maior construção foi feita nos anos sessenta e nos anos setenta. -----

----- Eu tive a oportunidade de dizer na entrega do Alto da Montanha, que estamos a ordenar no presente aquilo que foi desordenado no passado e o que acontece é que não há excesso de construção no caso destas Unidades de Construção e destes Planos, na medida em que o que há é a mesma área de construção, distribuída de forma diferente, permitindo justamente a existência de mais espaços verdes, etc.. -----

----- Quando pergunto, quem é que tem a legitimidade para dizer que os moradores do Moinho das Antas, não querem construção em altura, não é verdade, os moradores do Moinho das Antas manifestam-se, aliás, manifestaram-se na discussão pública e não me parece que se tenham manifestado de outra forma, algum descontentamento e aquilo que verifico é que os partidos políticos, muitas vezes, atacam as pessoas, fazem uma certa campanha e depois são sempre os mesmos, que com frequência, até fazem intervenções absolutamente ofensivas do Presidente da Câmara e da Câmara Municipal, basta assistir algumas intervenções que foram feitas na Assembleia Municipal por dois ou três elementos da dita Associação de Moradores lá da zona, para se verificar como não há ali qualquer respeito pelas instituições. -----

----- Pelo contrário, a ideia que eu tenho, ao contrário da Senhora Vereadora Carla Castelo, é que a maior parte da população daquela zona, tem consciência que aquela urbanização tal qual está na Unidade de Execução, vai valorizar todo o património ali à volta, portanto, é um fator de valorização de toda aquela zona, aliás, é o que tem acontecido um pouco por todo o

Concelho, com as intervenções, até os bairros municipais. Recordo-me que no caso da Outurela, houve grandes protestos quando a Câmara começou a fazer habitação pública e depois porque diziam que ia desvalorizar as edificações, a verdade é que passado pouco tempo, já estavam a vender moradias a um milhão de euros lá na zona do Pimenta e Rendeiro.-----

-----Uma coisa é a opinião que cada um dá, a Senhora Vereadora e outros, têm o direito a expressar a sua opinião, naturalmente, é uma opinião, agora do ponto de vista do que é um bom ordenamento do território, do que é a valorização do património, do que é a libertação de mais espaço verde, o que é um sofisma e o que não é verdade é dizer que é um aumento da construção. A construção é rigorosamente a mesma, é a que está no Plano, só que em vez de ser uma ocupação extensiva do terreno, é concentrada em duas ou três torres.-----

-----Por outro lado e ao contrário daquilo que alguns dizem, o problema das torres não tem a ver com o facto de ter melhores vistas e depois a classe mais possidente possa comprar, o problema não é qualquer um poder construir. Enquanto que um prédio de três ou quatro pisos, qualquer “pato bravo” pode construir, um prédio com uma determinada altura, tem uma complexidade de construção, de engenharia, de arquitetura e do próprio processo de construção, que não é para qualquer um e é óbvio que os promotores, ao contrário do que a Senhora Vereadora Carla Castelo diz, os promotores imobiliários preferem fazer construção de seis ou sete pisos, do que acima dos quinze pisos, esta é a experiência que nós temos, edifícios acima dos quinze pisos, são muito poucos os promotores que se abalançam a isso, porque lhes dá muito mais problemas e não deixa de ser paradoxal, que por um lado, defendem a permeabilização do solo, mas depois querem é impermeabilizá-lo, quer dizer, duas torres é mau, mas meter dez prédios é bom, é uma coisa estranha.-----

-----Mas já não me admira nada, porque às vezes é um bocado chato ter razão antes do tempo, mas há pouco, no início desta reunião falava da questão da Lei dos Solos e da reconversão de terreno rústico em urbano.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Todos vocês vão ver, não quero vestir a camisola desta coisa, mas diria que nos últimos vinte anos, ninguém como eu, tem defendido a necessidade de reconversão de terrenos rústicos em urbano, mas qualquer dia já ninguém se vai lembrar que o Isaltino andou a defender isso. Não vai demorar muito tempo em que os governos se vão aperceber, que têm que fazer construção pública depressa e a preços acessíveis, mas é que eu não tenho dúvidas e nessa altura já não vão olhar se é terreno rústico ou reserva ecológica, vão mesmo ter que construir muito, porque o País está neste momento em pulverosa. Já se começam a ver alguns afloramentos, famílias que constroem barracas em qualquer lado, debaixo da ponte e as Câmaras vão perder legitimidade para demolir essas barracas e depois têm que arranjar casa para as famílias, mas não há casas para todos. -----

----- O País está a viver num barril de pólvora e depois, sem ordenamento, sem nada, vão ter que fazer à pressa casas baratas mas rápido e vai acontecer, não tenham dúvidas.-----

----- Se o próximo Governo, seja ele qual for, não tiver juízo, não olhar para o problema da habitação, porque reparem, até há pouco tempo, até há dois ou três anos, pensar em terrenos rústicos, só o peregrino do Isaltino, mas a partir de agora, garanto-vos, porque está já está a acontecer, em Almada, em Loures e por aí fora, as pessoas vão-se aperceber que na realidade é uma falácia grave dizer é que há casas desocupadas e que podem ser ocupadas ou dizer que se pode construir em edifícios degradados, reconvertendo-os, é que se esquecem de um pormenor, para tudo é preciso legislação e entramos numa fase a dada altura muito ideológica, reparem bem, para ocupar as casas desocupadas é necessária legislação adequada, sem isso não é possível, tem que haver entendimento dos partidos políticos para ocuparem essas casas ou intervir nos prédios degradados. -----

----- Tenho um estudo no meu gabinete, que tenciono publicar em breve, em que por exemplo, aqui em Oeiras, nos anos sessenta e setenta construiu-se mais do que nos cinquenta anos seguintes e isto aplica-se um pouco à Área Metropolitana de Lisboa toda e à Área

Metropolitana do Porto. Depois dizem, “mas há não sei quantas casas desocupadas”, por exemplo, em Oeiras há cerca de sete mil e tal, oito mil casas desocupadas, pois há. -----

-----Mas dessas desocupadas, sabem quantas é que estão a precisar de obras profundas?--

-----Quarenta por cento.-----

-----Mas sabem qual é a data de construção desses quarenta por cento? -----

-----Dos anos sessenta e dos anos setenta, precisamente as duas décadas em que se construiu mais do que nos cinquenta anos seguintes.-----

-----Que casas eram essas? -----

-----As construídas pelos “patos bravos”, precisamente na altura em que se iniciou a guerra colonial e em que o forte fluxo migratório, ainda de Portugal, do interior para o litoral e foi a partir daí também que começaram a nascer os bairros de barracas, porque o Estado não aguentou. -- -----

-----Sabem que nos anos sessenta/setenta ou nos anos quarenta/cinquenta, vigorava o Plano de Urbanização da Costa do Solo, o chamado PUCS, mas em sessenta/setenta deixou de existir, por milagre, porque o Estado não conseguiu controlar a situação. Foi nessa altura que surgiram as “Brandoas” e prédios de cinco e seis pisos clandestinos. -----

-----Curiosamente nos anos oitenta, por volta de mil novecentos e oitenta e oito/oitenta e nove, o Governo de então repôs em vigor o PUCS, vejam bem, que estava rebentado por todas as costuras e então na altura puseram o PUCS. A seguir em mil novecentos e noventa e três/noventa e quatro, a partir daí, surgiram os Planos Diretores Municipais e aqui também o Plano Diretor Municipal de mil novecentos e noventa e quatro, mas fomos assolados pelas barracas. -----

-----Muita gente pensa que as barracas de Oeiras vinham dos anos sessenta/setenta, não é verdade, muitas delas vinham dos anos sessenta/setenta, mas sabem quantas barracas foram construídas entre mil novecentos e oitenta e um e mil novecentos e oitenta e cinco, apenas nesses quatro anos? -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Quatro mil barracas, uma média de mil barracas por ano. -----

----- E sabem porquê? -----

----- Porque correspondeu aos anos de seca em Cabo Verde, em que houve um fluxo migratório extraordinário de Cabo Verde para Portugal e as autoridades na altura não tinham condições. Cascais tinha duzentos e quarenta bairros de construção ilegal, Loures mais de trezentos, Sintra incontáveis, a Amadora a mesma coisa e ainda hoje tem, basta olhar para a Cova da Moura, são cinco ou seis mil casas clandestinas que ali estão. -----

----- As coisas foram melhorando, mas agora estamos a viver uma nova fase e não temos ilusões, nos últimos vinte anos os Governos olharam para o lado. Em dois mil e seis, aí desse lado, estava a bancada do PSD, a doutora Teresa Azambujo, o doutor José Eduardo Costa e o doutor Rui Soeiro, tendo este último a habitação social e eu dizia, aqui, desta cadeira, “Meus Senhores, temos que retomar um plano de habitação muito forte, porque vamos ter problemas” e sabem o que é que dizia o Senhor Vereador Rui Soeiro que tinha tido a habitação no mandato anterior, iniciou comigo, curiosamente, comigo fazia falta habitação, bastou mudar o Presidente da Câmara, e ele mudou de opinião, ele e a Presidente da Câmara, Teresa Azambujo, então diziam “não, não vale a pena fazer mais habitação, porque o mercado vai responder a isso, o mercado é que tem de resolver o problema, não é a habitação pública”. Portanto, nos últimos vinte e cinco anos, os Governos meteram a cabeça na areia, como a avestruz. -----

----- No fundo houve dois “ventos” no mesmo sentido. A partir de dois mil e dois/dois mil e três/dois mil e cinco, os ventos neoliberais, começavam a soprar na Europa, sopraram aqui também e foi cimentando e culminou com aquela decisão do PSD, do Chega e da Iniciativa Liberal, mas, curiosamente esses ventos eram empurradinhos também pela extrema-esquerda em Portugal, pelos “Eco Talibãs”, pelos pseudo ambientalistas, pelos fundamentalistas do ambiente que achavam que não se deviam fazer mais casas, porque as casas vão destruir o ambiente, pois é, agora estão a destruir as famílias. -----

-----Isto é dramático e os próximos Governos vão ter que olhar, quer queiram, quer não, vão ter que olhar para a habitação a sério, mas depois temos um problema, não temos eletricitas, não temos carpinteiros, não temos pedreiros, porque toda essa gente de especialidade foi para o estrangeiro, temos que formar essa gente. Não vai ser fácil repor uma máquina, para construir casas mais baratas, porque é possível fazê-lo e disponibilizar terrenos suficientes para construir essas casas, mas vai ter que acontecer, não tenham dúvidas, porque caso contrário, vamos entrar num caos extraordinário.-----

-----Isto para dizer o quê? -----

-----Que fazem falta casas, para os pobres, fazem falta casas para a classe média, fazem falta casas mesmo para os ricos, porque na realidade, todos precisam de teto. Alguém dúvida, que quem não souber e visite o Alto da Montanha, por isso é que se pode fazer habitação mais barata, alguém pensa que é habitação pública?-----

-----Não me parece! -----

-----As pessoas que vão lá visitá-lo e que eu ouvi, ficaram todas encantadas e eu também fiquei, claro. -----

-----A regulação dos preços, a possibilidade dos preços poderem, não digo baixar, mas não subir, tem que haver terrenos disponíveis para que o Estado ou as Câmaras Municipais os ponham à disposição de promotores privados, com um preço fixo ao nível do terreno, com um preço médio determinado, considerado razoável por custo de construção e para ser vendido a um preço médio determinado. Temos vários exemplos, apartamentos de duas ou três assoalhadas, que são vendidas a seiscentos mil euros é possível vender a duzentos e trinta, duzentos e quarenta mil euros, é possível, nós fazermos, a Câmara está a fazer. Agora, não podemos avaliar o terreno acima dos cento e cinquenta euros o metro quadrado, para isso, temos que ir buscar ao solo rústico. Para fazer aqui o tal equilíbrio, não basta fazer habitação pública, a habitação pública vai responder aos carenciados, aos pobres e à tal classe média baixa, não vai responder à classe



Câmara Municipal
de Oeiras

média e média-alta. -----

----- Isto do Moinho das Antas ser para ricos, sim, mas qual é o problema que seja para ricos, também precisam de casa. -----

----- O que importa é esse modelo, essa disrupção, deixando de ocupar extensivamente o solo e ocupando apenas um terço, por exemplo, libertando outro espaço para espaços verde, para espaço de convívio, não estamos a valorizar todo o território?-----

----- Não estamos a valorizar todo o património circundante?-----

----- A verdade é que apesar de um protesto ou outro, porque é um protesto ou outro e às vezes quem protesta mais são os partidos políticos, neste caso concreto aqui em Oeiras é a Coligação Evoluir que faz realmente um barulho por todo o lado, não há um projeto urbanístico que eles não contestem. Ainda ontem na Assembleia Municipal se dizia “nós votamos setenta por cento da habitação pública”, mal seria votar contra uma reprogramação financeira, com certeza, não estará em causa, agora, votaram contra Tercena, votaram contra a Junça, votaram contra o Alto da Montanha...” -----

----- Interrompendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Senhor Presidente por favor, não diga coisas que são falsas...” -----

----- O **Senhor Presidente** chamou a atenção: -----

----- “Senhora Vereadora, não lhe dei a palavra!” -----

----- Voltando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “E que fica na ata...”-----

----- Iterando o **Senhor Presidente**: -----

----- “Não lhe dei a palavra!” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse: -----

----- “Não diga coisas falsas, nós não votámos contra a Junça.”-----

----- Prosseguindo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Não lhe dei a palavra! -----

-----Votaram contra a Junça...” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** frisou: -----

-----“Não votámos contra a Junça, veja no Salão Nobre Digital, se faz favor!” -----

-----Retomando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Votaram contra a Junça, por uma razão, porque fomentaram a providência cautelar que foi apresentada e foi defendida, os técnicos da Câmara, do Departamento de Habitação tiveram que vir aqui à reunião de Câmara, explicar à Senhora Vereadora, que o projeto não era ilegal, que respeitava, começou por votar inicialmente, mas depois rejeitou...” -----

-----Intervindo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

-----“Não rejeitámos nunca...” -----

-----Prosseguindo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Tiveram que vir aqui os funcionários da Câmara...” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu: -----

-----“Veja a ata, Senhor Presidente.” -----

-----Repostando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Tiveram que vir aqui os técnicos do Departamento de Habitação explicar à Senhora Vereadora que não era violado o Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU e por aí fora e depois o tribunal deu razão à Câmara. -----

-----Dizer que cada Senhor Vereador tem a sua opinião, agora não podem é dizer que o Plano de Pormenor é do Isaltino ou deste Presidente da Câmara. -----

-----Os Planos são aprovados pela Câmara e são aprovados pela Assembleia Municipal.--

-----A Senhora Vereadora tem uma grande dificuldade em aceitar as regras democráticas, mas tenha paciência, está num Órgão Democrático, tem que aceitar as regras democráticas. Manifesta a sua opinião, mas, por enquanto, não é o Presidente da Câmara que aprova os Planos



Câmara Municipal
de Oeiras

de Pormenor, os Planos de Pormenor são aprovados pela Câmara e pela Assembleia Municipal. -

----- Quanto à questão da proposta em concreto, a Câmara não concorda com o teor do Provedor de Justiça, mas acata, por uma razão muito simples, porque se trata de uma questão meramente formal, não tem nada a ver com o conteúdo, é apenas uma formalidade e sendo uma formalidade, nós vamos “albardar o burro à vontade do dono”, portanto, se o Provedor de Justiça, acha que não era o tempo para fazer a discussão pública da Unidade de Execução, muito bem, não fazemos, prorroga-se o Plano de Pormenor e depois a seguir faz-se a Unidade de Execução ou dá-se andamento a um projeto de loteamento, aquilo que o promotor entender.” -----

24 - PROPOSTA Nº. 263/25 - DPM - AQUISIÇÃO POR ABANDONO E PERDA DAS ESTRUTURAS PUBLICITÁRIAS REMOVIDAS, NO ÂMBITO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DA POLÍCIA MUNICIPAL: -----

----- **I - A Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu: -----

----- “Nós gostaríamos de perceber exatamente que estruturas publicitárias é que são estas, que mensagens é que continham, de ter acesso de registos fotográficos das mesmas e onde se encontravam, a localização exata, porque não há na documentação anexa à proposta nenhuma fotografia, não se explica que estruturas publicitárias é que são, nem que mensagem é que continham, nem quem eram os donos destas estruturas publicitárias, portanto, gostaríamos de perceber todas estas questões.” -----

----- **O Senhor Presidente** esclareceu: -----

----- “São “outdoors” clandestinos, instalados clandestinamente, de publicidade comercial que não estando autorizados pela Câmara Municipal têm que ser removidos.-----

----- Os serviços darão o resto da informação que a Senhora Vereadora solicitou.” -----

----- **II - A Câmara** deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora

Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, considerar as estruturas publicitárias constantes na lista junta ao processo, abandonadas e perdidas a favor do Município para que posteriormente de proceda ao correspondente reaproveitamento ou inutilização.

-----Nos termos do número dois, do artigo primeiro e número um, do artigo segundo, da Lei número noventa e sete, de oitenta e oito, de dezassete de agosto. -----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea dd), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigo tricentésimo quadragésimo terceiro, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“O Senhor Presidente diz que são publicidade comercial e só por isso é que não votamos contra, como é evidente, porque sem identificação clara e inequívoca das estruturas para sabermos a quem pertencem, que tipo de publicidade e se são realmente estruturas publicitárias, nós também não podemos votar a favor da remoção, porque na realidade, é importante perceber que não sejam estruturas de partidos políticos e vamos tomar como certo aquilo que o Senhor Presidente está a dizer que são estruturas ilegais publicitárias, mas nós já aqui vimos na reunião de Câmara uma proposta de deliberação e o Senhor Presidente deve lembrar-se, a número cinquenta e um, de dois mil e vinte e quatro, sobre a fixação de mensagens de propaganda política eleitoral no Concelho de Oeiras, que felizmente foi retirada, nunca mais veio a esta Câmara após contestação nossa.”-----

-----O **Senhor Presidente** comentou: -----

-----“Veja bem que poder vocês têm.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou:-----

-----“Posso continuar a falar?”-----

-----O **Senhor Presidente** disse: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Pode, pode, é só para aprender que não me deve interromper quando eu estou a falar.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** retomou a palavra:-----

----- “Não era clara a vontade deste Executivo cumprir a lei no que toca à liberdade de propaganda política e é claro que se forem estruturas de propaganda política, não podem ser retiradas a não ser que estivessem a violar o disposto na lei e antes de serem removidas o partido teria de ser informado.-----

----- Ora, porque a atividade de propaganda político-partidária tenha ou não cariz eleitoral seja qual for o meio utilizado é livre e pode ser desenvolvida fora ou dentro dos períodos de campanha com a ressalva das proibições e limitações expressas e previstas na lei.-----

----- Porque nós temos de nos lembrar que já houve a remoção ilegal de um cartaz de propaganda política da Iniciativa Liberal que nunca foi devolvido ao que sabemos, a retirada também à margem da lei de um cartaz do Partido Livre, que esse acabou por ser repostado, e a retirada autocrática de um cartaz de grandes dimensões, em Algés sobre os abusos sexuais na Igreja durante a vinda do Papa, que nunca foi devolvido aos legítimos proprietários, apesar dos sucessivos contactos feitos com a Câmara Municipal.” -----

----- O **Senhor Presidente** interrompeu:-----

----- “Não é verdade o que está a dizer, eu próprio recebi as pessoas e foi-lhes transmitido que podiam fazer o que quisessem, portanto, a Senhora Vereadora não está a dizer a verdade.” ---

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse: -----

----- “Nós temos os contactos feitos pelos proprietários dessa tela de grandes dimensões.”

----- O **Senhor Presidente** realçou:-----

----- “Então, mande-os falar comigo.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse: -----

----- “A resposta que eles tiveram é nenhuma, ou seja, nunca foi devolvida a tela aos

legítimos proprietários.” -----

-----O **Senhor Presidente** reiterou:-----

-----“Não é verdade.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** continuou:-----

-----“Enquanto o Executivo age desta forma arbitrária subtraindo do espaço público mensagens políticas que desagradam ao Senhor Presidente e ao Executivo, enche ao mesmo tempo rotundas de propaganda e campanhas de autopromoção a Oeiras Valley. -----

-----É curioso que queria apresentar uma proposta para proibir a propaganda política em rotundas e tenha várias rotundas, nomeadamente, a rotunda logo de entrada no Concelho, em Algés junto ao caminho de ferro cheia de cartazes de grandes dimensões com a propaganda a Oeiras Valley.” -----

-----O **Senhor Presidente** frisou:-----

-----“Como calcula, não é propaganda política, porque se fosse propaganda política não era preciso a Senhora Vereadora estar aqui a fazer de procuradora dos partidos políticos, porque já eles se tinham queixado. -----

-----Haverá algum partido político que se lhe fosse retirada uma estrutura que não se queixasse. - -----

-----Portanto, do que se trata aqui é de suportes de “outdoor” instalados por empresas para fazerem publicidade comercial, não requereram a respetiva autorização à Câmara e foram retiradas.--- -----

-----A Senhora Vereadora se quiser o acesso aos documentos os Serviços fazem chegar, mas se fosse publicidade partidária os partidos... -----

-----Portanto, são estruturas comerciais que estão instaladas todos os dias clandestinamente sem pedir autorização à Câmara. -----

-----Do que se trata, é de ferro abandonado que está a ocupar espaço e a Câmara



Câmara Municipal
de Oeiras

Municipal não o pode ter ali eternamente, neste caso, tem que se apropriar porque não o foram levantar, porque foram notificados para ir levantá-lo, se o forem levantar têm que pagar a licença por o terem instalado, esse é que é o problema. -----

----- Os serviços dar-lhe-ão conhecimento de qual era então a tal publicidade que estaria lá.”-----

25 - PROPOSTA Nº. 264/25 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 5ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, apostado na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e cinco/três mil oitocentos e oito, referente à quinta alteração orçamental permutativa de dois mil e vinte e cinco, no valor movimentado de três milhões seiscentos e quarenta e dois mil trezentos e vinte e quatro euros e sessenta e seis cêntimos, na despesa. -----

----- Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de mil novecentos e noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro. -----

----- Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro e artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

26 - PROPOSTA Nº. 265/25 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 6ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo,

mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de cinco de março de dois mil e vinte e cinco, aposto na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e cinco/quatro mil trezentos e vinte e cinco, referente à sexta alteração orçamental permutativa de dois mil e vinte e cinco, no valor movimentado de um milhão duzentos e setenta e dois mil cento e dez euros e oitenta e dois cêntimos, na despesa. -----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de mil novecentos e noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro. -----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro e artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

27 - PROPOSTA Nº. 266/25 - DP - ACORDO DE REVOGAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO - ARMAZÉM 32, NO ALTO DOS BARRONHOS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a revogação do contrato de comodato número duzentos e noventa e seis, de dois mil e onze, celebrado em dezoito de outubro de dois mil e onze, com a Freguesia de Carnaxide, relativo ao Armazém trinta e dois, no Alto dos Barronhos. -----

-----A minuta de celebração de acordo de revogação.-----

-----Nos termos das alíneas u) e ee), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Número um, do artigo ducentésimo e número dois, do artigo ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

28 - PROPOSTA Nº. 267/25 - DP - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA



Câmara Municipal
de Oeiras

**INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DE 2 PARCELAS DE TERRENOS SITAS EM
OEIRAS: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, a desafetação do domínio público municipal de duas parcelas de terreno, para sua integração no domínio privado municipal, melhor identificadas nas plantas de localização:-----

----- Parcela de terreno (Jardim Municipal de Oeiras) com a área de quarenta e nove mil seiscentos e vinte e cinco vírgula nove metros quadrados, a qual confronta a norte com Rua Desembargador Faria e Rua José Diogo da Silva, a sul com Rua Henrique de Paiva Couceiro e Largo Almirante Gago Coutinho, a nascente com Rua José Diogo da Silva e a poente com Largo Henrique de Paiva Couceiro, Rua Desembargador Faria e número sete a trinta e três, da Rua Desembargador Faria. -----

----- Parcela de terreno (Jardim Almirante Gago Coutinho), com a área de dezoito mil quinhentos e trinta e oito vírgula três metros quadrados, a qual confronta a norte com Rua Doutor José Joaquim de Almeida e número um a dezassete, da Rua Doutor José Joaquim de Almeida, a sul com Avenida Marginal, a nascente com Rua Doutor José Joaquim de Almeida e número um a dezassete, da Rua Doutor José Joaquim de Almeida e a poente com Rua José Diogo da Silva. ----

----- Nos termos dos artigos vigésimo quinto, número um, alínea q), trigésimo terceiro, número um, alínea ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.

----- Artigo décimo sétimo, do Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto.-----

29 - PROPOSTA N.º 268/25 - DP - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA

INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO SITAS EM LINDA-A-VELHA:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, a desafetação do domínio público municipal de duas parcelas de terreno para a sua integração no domínio privado municipal, a seguir identificadas: -----

-----Parcela de terreno designada por P um A, com a área de oitenta e oito vírgula noventa e quatro metros quadrados, a qual confronta a norte com domínio publico municipal, a sul com parcela P um B, a nascente com zona verde pública e a poente com fração G, do número dezasseis, da Rua Doutor Francisco Martins;-----

-----Parcela de terreno designada por P um B, com a área de oitenta e oito vírgula noventa e quatro metros quadrados, a qual confronta a norte com parcela P um A, a sul com domínio publico municipal, a nascente com zona verde pública e a poente com fração H, do número dezasseis, da Rua Doutor Francisco Martins.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo quinto, número um, alínea q), trigésimo terceiro, número um, alínea ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.

-----Artigos décimo sétimo, do Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

30 - PROPOSTA Nº. 269/25 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE TURISMO E GESTÃO DE EVENTOS: ----

-----I - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte:-----

-----“Recebemos uma nota recente, isto na sequência de várias queixas que foram



Câmara Municipal
de Oeiras

apresentadas, seja pelas comissões de trabalhadores, seja por sindicatos, eu julgo que é mais por sindicatos ou por partidos políticos, da questão dos concursos públicos para dirigentes. -----

----- Do Tribunal de Contas, recebemos há dias uma intimação para nós abriremos os concursos todos.-----

----- Abrimos, ficam desertos. Se os dirigentes da Câmara ganhassem o mesmo que os dirigentes do Tribunal de Contas não ficavam desertos, porque eles ganham bem.-----

----- Um diretor-geral do Tribunal de Contas ganha sete mil euros por mês.-----

----- Um diretor de departamento ganha cinco mil euros, lá no Tribunal de Contas.-----

----- Um assessor jurídico no Tribunal de Contas ganha quatro mil e quinhentos euros. ----

----- Portanto, eles pensam que o resto do pessoal ganha como eles, até porque eles têm autonomia financeira agora e quando não têm dinheiro é simples, vamos fazer uma auditoria ali ao Município de Oeiras e dá cá trinta ou quarenta mil euros pela auditoria, porque as auditorias são pagas.- -----

----- Os municípios são auditados e ainda por cima pagam, estão a ver o ridículo da situação. É este País assim.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a abertura do procedimento concursal, o conteúdo funcional e os requisitos de admissão, bem como os métodos de seleção, para o cargo de Chefe da Divisão de Turismo e Gestão de Eventos nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e cinco/três mil quatrocentos e doze. -----

----- Os membros do júri.-----

----- O perfil funcional.-----

-----Submeter à aprovação pela Assembleia Municipal a designação dos membros do júri.

-----Nos termos da Lei número dois, de dois mil e quatro, de quinze de janeiro. -----

-----Lei número quarenta e nove, de dois mil e doze, de vinte e nove de agosto. -----

-----Decreto-Lei número trezentos e cinco, de dois mil e nove, de vinte e três de outubro.

31 - PROPOSTA Nº. 270/25 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO NO CARGO DE CHEFE DA UNIDADE DE INOVAÇÃO E PROJETOS ESPECIAIS:-

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a abertura do procedimento concursal, o conteúdo funcional e os requisitos de admissão, bem como os métodos de seleção, para o cargo de Chefe da Unidade de Inovação e Projetos Especiais nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e cinco/mil duzentos e cinquenta e oito. -----

-----Os membros do júri.-----

-----O perfil funcional.-----

-----Submeter à aprovação pela Assembleia Municipal a designação dos membros do júri.

-----Nos termos da Lei número dois, de dois mil e quatro, de quinze de janeiro. -----

-----Lei número quarenta e nove, de dois mil e doze, de vinte e nove de agosto. -----

-----Decreto-Lei número trezentos e cinco, de dois mil e nove, de vinte e três de outubro.

32 - PROPOSTA Nº. 271/25 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CCD PARA EVENTO OEIRAS EQUESTRE:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno



Câmara Municipal
de Oeiras

Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a atribuição de subsídio ao Centro de Cultura e Desporto - Organização Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Oeiras e Serviços Municipalizados, para apoio ao evento Oeiras Equestre, no montante de trinta mil euros. -----

----- Nos termos da alínea p), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com Declarações de Retificação números cinquenta-A, de dois mil e treze, de onze de novembro e quarenta e seis-C, de dois mil e treze, de um de novembro, conjugada com os artigos quarto e quinto, do Decreto-Lei número treze, de dois mil e onze, de vinte e cinco de janeiro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

33 - PROPOSTA N.º 272/25 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DAS BANDAS FILARMÓNICAS DO CONCELHO DE OEIRAS NA ESCOLA DE MÚSICA NOSSA SENHORA DO CABO 2024/2025: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a continuidade da atribuição das dez bolsas de estudo aos alunos que se mantém matriculados e em condições de prosseguir os estudos no ano letivo dois mil e vinte e quatro/dois mil e vinte e cinco. -----

----- A atribuição de seis novas bolsas a atribuir aos alunos propostos, da Banda da Associação dos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora e da Sociedade de Instrução Musical

de Porto Salvo, no ano letivo dois mil e vinte e quatro/dois mil e vinte e cinco.-----

-----A despesa total no valor de trinta e seis mil e noventa e seis euros, a pagar ao Centro Cultural Paroquial de Nossa Senhora do Cabo, pela atribuição das referidas dezasseis bolsas de estudo, com o seguinte faseamento:-----

-----Em março de dois mil e vinte e cinco, o pagamento referente aos cinco primeiros meses do ano letivo dois mil e vinte e quatro/dois mil e vinte e cinco (setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro), no valor de dezoito mil e quarenta e oito euros; -----

-----Em maio de dois mil e vinte e cinco, o pagamento referente aos últimos cinco meses do ano letivo dois mil e vinte e quatro/dois mil e vinte e cinco (fevereiro, março, abril, maio e junho), no valor de dezoito mil e quarenta e oito euros; -----

-----Desenvolvimento de processo para devolução do valor de dois mil e dezoito euros, a efetuar ao Município por parte da Escola de Música Nossa Senhora do Cabo referente a cinco alunos que no ano dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro, apesar de beneficiarem da bolsa, não frequentaram as disciplinas de Formação Musical e Classe de Conjunto, dedicando-se exclusivamente à aprendizagem do instrumento. -----

-----Existindo a eventual necessidade de redução do cabimento, a Divisão de Cultura e Artes informará o Departamento de Finanças e Património / Divisão de Gestão Financeira do montante que deverá ser reduzido. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. -- -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro que remete para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

34 - PROPOSTA N.º. 273/25 - UDPH - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE VEÍCULOS MILITARES PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO “AUTO CLÁSSICO MILITAR OEIRAS 2025”: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de apoio financeiro no valor de vinte e cinco mil euros, à Associação Portuguesa de Veículos Militares para a realização do evento “Auto Clássico Militar Oeiras dois mil e vinte e cinco”. -----

----- A isenção no pagamento da taxa relativa à emissão de licença de ruído, no valor de setenta e um euros e noventa e um cêntimos. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário.- -----

-----Artigos trigésimo sétimo, número dois e trigésimo nono, número um, alínea a) e número três, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas. -----

35 - PROPOSTA Nº. 274/25 - DE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PAÇO DE ARCOS, PARA REALIZAÇÃO DE VIAGENS A NOVA IORQUE E A CABO VERDE, NO ÂMBITO DO PROJETO ESCOLA AZUL:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** frisou:-----

-----“Após solicitarmos o documento em que é pedido este apoio por parte de uma professora e foi o mesmo incluído no Salão Nobre Digital o documento da troca de emails com os serviços, nomeadamente também com o Senhor Vereador Pedro Patacho, continua sem estar explícito, nós não encontramos isso em lado nenhum, os objetivos pedagógicos destas viagens a Cabo Verde e a Nova Iorque, gostaríamos de saber qual o fundamento para cada uma das visitas e o programa das visitas, que é normal estar num pedido de apoio e depois na aprovação desse apoio. -----

-----Nós felicitamos que haja projetos, no âmbito do projeto da Escola Azul e iniciativas por parte dos docentes, mas é importante percebermos o trabalho que vai ser desenvolvido nestas viagens.” -- -----

-----O **Senhor Presidente** disse: -----

-----“Senhor Vereador Pedro Patacho providencie a chegada dessa informação.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares,



Câmara Municipal
de Oeiras

Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de apoio financeiro no montante total de catorze mil trezentos e vinte euros, ao Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos, no âmbito do projeto Escola Azul, sendo: -----

----- Oito mil seiscentos e oitenta e cinco euros, para apoiar a viagem a Nova Iorque, a realizar por vinte e cinco alunos, entre um e sete de março;-----

----- Cinco mil seiscentos e trinta e cinco euros, para apoiar a viagem a Cabo Verde, a realizar por quarenta e cinco alunos, entre cinco e nove de abril.-----

----- A minuta do termo de aceitação. -----

----- Na eventualidade de o apoio não ser executado na totalidade e havendo necessidade de redução do cabimento, o Serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. - -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.- -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Para nós é importante haver uma justificação quando há uma despesa, um pedido para um subsídio, deve de ter uma justificação, não é referir apenas, que se trata de viagens a Nova Iorque e a Cabo Verde associadas ao projeto Escola Azul. -----

-----O que justifica a viagem? Qual o plano de atividades que está associado, os objetivos, as metas? Tudo isso é omissa na proposta de deliberação e o pedido não está fundamentado sequer com o objetivo das viagens, porque ir a Cabo Verde ou ir a Nova Iorque, não é um objetivo por si só. -----

-----A proposta de deliberação até começa com a informação: “... A Câmara atribui a todos os anos letivos subsídio de apoio para o funcionamento de todos os agrupamentos de escola e escola não agrupada...” e também se é assim, porque é que não é efetuado um regulamento para a atribuição destes apoios que exijam as regras claras, no fundo, de explicitar o fundamento do pedido a explicar o que é que vai ser feito, acho que é muito simples e acho que todos tínhamos a ganhar com isso.”-----

-----O **Senhor Presidente** observou: -----

-----“Acho que está explicadíssimo, não precisa de mais explicação nenhuma, mas se não satisfizer faça um requerimento.-----

-----Vou continuar a ler o que diz a proposta:“...No seguimento do anteriormente referido e porque os alunos do Município de Oeiras, no âmbito dos projetos educativos dos agrupamentos escolares a que pertencem e das ações e atividades escolares que as integram, participam anualmente em projetos nacionais e internacionais, por vezes, que consubstanciam com a realização de visitas e viagens, designadamente, em universidades, fábricas, laboratórios, centros de investigação, surgiu um pedido de comparticipação financeira para a realização de duas viagens do Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos. Este pedido surge na sequência da participação deste Agrupamento de Escolas no Projeto Escola Azul, sendo dirigido ao



Câmara Municipal
de Oeiras

Departamento de Educação pela sua coordenadora com abaixo se explica.-----

----- Através de comunicação eletrónica, datada de catorze de novembro, de dois mil e vinte e quatro, vem o Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos na pessoa da professora Iva Silva (professora de Física e Química A e coordenadora do projeto Escola Azul), apresentar o pedido de apoio para pagamento das viagens a Nova Iorque, a realizar entre os dias um e sete de março, por vinte e cinco alunos; e a Cabo Verde, a realizar entre cinco e nove de abril, por quarenta e cinco alunos.-----

----- Com a comunicação da professora Iva Silva foram rececionados os orçamentos referentes a cada uma das viagens.-----

----- Estas iniciativas revestem-se de interesse pedagógico, sendo consideradas um complemento às atividades dos destinatários e, também, uma consolidação do trabalho desenvolvido na escola, no âmbito projeto internacional em que estes alunos estão integrados. ---

----- Neste sentido, considera-se relevante o apoio que o Município possa facultar na concretização destas visitas. Por outro lado, o apoio que a autarquia possa conceder permite proporcionar aos alunos com carências económicas e financeiras uma vivência única, que será partilhada com os restantes alunos das suas turmas, possibilitando alargar o seu leque de experiências e beneficiar das mesmas oportunidades de crescimento pessoal e intelectual...” -----

----- O que é que falta aqui? Vão visitar a rua onde está o menino de Nova Iorque, vão visitar em Cabo Verde as salinas, por exemplo, na Ilha do Sal. Em Nova Iorque vão visitar a Torre Trump, vão ao Central Parque, vão visitar o Museu Guggenheim, o Museu de Ciências Naturais. -- -----

----- O que é que fazem meninos das escolas na visita a Nova Iorque ou a outro lado qualquer, serão museus ou outras escolas, é isso que vão fazer com certeza.-----

----- Eu acho que a proposta está suficientemente fundamentada, houve uma professora que toma a iniciativa, dentro dos meninos que podem pagar e os que não podem pagar e a dois

extremos a Nova Iorque e a Cabo Verde. -----

-----Não sei se o Senhor Vereador quer dizer alguma coisa, mas para mim está tudo explicadinho nesta proposta.”-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** esclareceu: -----

-----“Só queria acrescentar que os agrupamentos de escolas têm os seus órgãos próprios de governo e de direção e essas atividades surgem como? -----

-----Surgem enquadradas num projeto curricular de uma turma que tem uma direção, que é diretora de turma, surgem enquadradas no plano anual de atividades da escola, surgem fundamentadas no projeto educativo da escola, são superiormente apresentadas as propostas ao Diretor de Agrupamento. -----

-----São auscultadas as famílias e obtida a sua autorização para a participação dos jovens numa determinada deslocação com um determinado programa, portanto, tudo isso obedece a um processo complexo de trabalho interno ao agrupamento de escolas e é nessa sequência que diversos professores, não apenas a professora Iva têm solicitado apoio ao Município para essas deslocações, no âmbito dos seus projetos educativos de agrupamento, no âmbito do plano anual de atividades, no âmbito dos projetos escolares em que estão envolvidos e, no âmbito do projeto curricular da turma.-----

-----Há vários anos que o Município de Oeiras mantém esse programa de apoio às viagens internacionais escolares que está disponível e acessível a todos os docentes e a todas as turmas com as mesmas regras de funcionamento, não me parece que seja necessário regulamentar coisa nenhuma, a Câmara Municipal não desconfia da idoneidade do trabalho dos diretores de agrupamento, do conselho de docentes da turma e da direção de turma, portanto, está tudo perfeitamente fundamentado.”-----

-----O **Senhor Presidente** acrescentou: -----

-----“Quando muito poderão apresentar um relatório quando regressarem.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O que é que a Senhora Vereadora pretendia mais?-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** proferiu:-----

----- “Na troca de emails há referência a um anexo em que se explica os objetivos, mas não está lá esse anexo.-----

----- Para nós é excelente a iniciativa de haver professores que fazem este tipo de viagens com os alunos, só consideramos que é importante haver um objetivo que não seja dizer só, que vão no âmbito de um projeto da Escola Azul, mas que não especifica exatamente qual, não sabemos qual é o programa nem nada disso.-----

----- Não é uma questão de desconfiar da idoneidade seja quem for, parece-nos normal que se coloque o programa, já que se vai apoiar e achamos bem que se apoie, mas que se saiba que, afinal, não foram só à Torre Trump, espero que não vão, que tenham proveito da viagem, não como mera viagem de lazer, que também terá essa componente como é evidente, eu também já fui estudante e também já fiz essas viagens, mas que tenha também uma componente pedagógica.”-----

36 - PROPOSTA Nº. 275/25 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO A 10 ASSOCIAÇÕES DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA E 2 AGRUPAMENTOS DE ESCOLA, PARA MANUTENÇÃO DE BICICLETAS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA “O CICLISMO VAI À ESCOLA” - ANO LETIVO 2024/2025: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de apoio financeiro no montante de seis mil e quinhentos euros, a dez Associações de Pais e Encarregados de Educação e dois Agrupamentos de Escola, para apoio financeiro com os encargos de reparação e manutenção de bicicletas do Programa “O Ciclismo vai à escola”-----

-----Escola - Transferência a ser realizada para / Valor: -----
-----Escola Básica de Porto Salvo - Associação de Pais e Encarregados de Educação da
Escola Básica Um / Jardim de Infância de Porto Salvo / quinhentos euros; -----
-----Escola Básica de António Rebelo de Andrade - Associação de Pais e Encarregados de
Educação da Escola Básica de Número Cinco de Oeiras / quinhentos euros; -----
-----Escola Básica de Sá de Miranda - Associação de Pais e Encarregados de Educação da
Escola Básica de Sá de Miranda / quinhentos euros; -----
-----Escola Básica de Cesário Verde - Associação de Pais e Encarregados de Educação da
Escola Básica Número Um de Linda-a-Pastora / quinhentos euros;-----
-----Escola Básica de Santo António de Tercena - Associação de Pais e Encarregados de
Educação da Escola Básica de Santo António de Tercena / quinhentos euros; -----
-----Escola Básica de Miraflores (Associação de Pais e Encarregados de Educação da
Escola - que opera na Escola Básica de Miraflores é a APEE da Escola Básica de Alto de Algés)
/ Escola Básica de Alto de Algés - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola
Básica de Alto de Algés / mil euros; -----
-----Escola Básica de Anselmo Oliveira - Associação de Pais e Encarregados de
Educação da Escola Básica de Anselmo Oliveira / quinhentos euros; -----
-----Escola Básica de São Bruno - Associação de Pais e Encarregados de Educação da
Escola Básica de São Bruno / quinhentos euros; -----
-----Escola Básica de Gomes Freire de Andrade - Associação de Pais e Encarregados de
Educação da Escola Básica de Gomes Freire de Andrade / quinhentos euros; -----
-----Escola Básica Armando Guerreiro - Associação de Pais e Encarregados da Escola
Primária Número Um Linda a Velha Educação / quinhentos euros; -----
-----Escola Básica Vieira da Silva - Agrupamento de Escolas de Carnaxide / quinhentos
euros; -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Escola Básica Maria Luciana Seruca - Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos /
quinhentos euros.-----

----- A designação de Liliana Almeida de Carvalho Cruz, técnica da Divisão de
Desenvolvimento da Política Educativa, como gestora deste contrato. -----

----- Na eventualidade de o apoio não ser executado na totalidade e havendo necessidade
de redução do cabimento, o serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o
montante a reduzir.-----

----- Nos termos das alíneas d) e f), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas
o) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e
treze, de doze de setembro. -----

----- Lei número cinco, de dois mil e sete, de dezasseis de janeiro, artigos quinto, número
dois, décimo quarto, quadragésimo sexto e quadragésimo sétimo. -----

----- Decreto-Lei número duzentos e setenta e três, de dois mil e nove, de um de outubro,
artigo segundo e alínea c), do número um, do artigo terceiro.-----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo
Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do
Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de
fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e
artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de
junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos.-----

**37 - PROPOSTA Nº. 276/25 - UIPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO, DA ESCOLA SECUNDÁRIA
LUÍS DE FREITAS BRANCO, PARA A REALIZAÇÃO DA “SEMANA PELA INCLUSÃO”:**-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho** aprovar a atribuição de um apoio financeiro, para o desenvolvimento das atividades previstas no evento “Semana pela Inclusão”, na Escola Secundária Luís de Freitas Branco, do Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos, no final do mês de março, no valor de três mil e nove euros e setenta e seis cêntimos. ----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----A designação de Mariana Bucu Santos, da Unidade de Inovação e Projetos Especiais como gestora do contrato. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e trigésimo terceiro, número um, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro; -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

38 - PROPOSTA N.º. 277/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO PEDRO DE BARCARENA, PARA APOIO NA



Câmara Municipal
de Oeiras

REALIZAÇÃO DA FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA:-----

----- I - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte:-----

----- “Ontem recebi o Padre Raimundo que me vinha falar das obras e falou-me nas festas. Eu não disse nada, mas fiquei a pensar nas festas porque não me lembro de ser atribuído qualquer subsídio e aqui está ele. -----

----- Vieram-me convidar, para a inauguração do Centro Social de Tercena para ver se eu concordava com duas datas para conciliar com o Senhor Patriarca e faz sentido porque o Senhor Patriarca tem uma agenda complicada também. Para junho ou princípio de julho, a inauguração da creche e infantário com uma missa campal, aquele espaço é muito bonito.-----

----- Espero que a Senhora Vereadora Carla Castelo vá aquela inauguração, nunca a vejo nas inaugurações, mas nem sabe o que perde.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da participação financeira, à Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Barcarena, no montante de dois mil e quinhentos euros, para apoio à realização da Festa em honra de Nossa Senhora de Fátima.-----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- O apoio logístico solicitado, no montante estimado de dois mil trezentos e cinquenta e cinco euros. -----

----- A isenção do pagamento de taxas relativas às licenças necessárias para a realização do evento, no montante global de novecentos e quarenta e oito euros e setenta cêntimos.-----

----- Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de

doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

39 - PROPOSTA Nº. 278/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOS NAVEGADORES, NO ÂMBITO DO PROJETO BAIRRO FELIZ SÉNIOR:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de um apoio financeiro, no montante de vinte mil novecentos e noventa e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos, à Associação de Moradores do Bairro dos Navegadores, para a manutenção do Projeto Bairro Feliz.-----

-----A minuta de contrato de comparticipação financeira.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A designação da técnica superior da Divisão de Coesão Social, Marlene Jordão, como gestora do contrato.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c) e artigo ducentésimo nonagésimo-A.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.------

40 - PROPOSTA Nº. 279/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO ATÍPICAS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO “BE KIND”:-----

----- I - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Vereadora Teresa Bacelar, alguém disse que elas andavam à procura de instalações”.-----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** disse:-----

----- “Sim, precisam.”-----

-----Atalhando o **Senhor Presidente** questionou: -----

-----“Mas que atividade é que elas têm com caráter de permanência, têm?” -----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** respondeu: -----

-----“Têm e têm todos os dias e o problema é a mobilidade porque têm crianças com mobilidade reduzida.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de participação financeira, no montante de oitocentos e cinquenta euros à Associação Atípicas para suporte às despesas com a organização do evento “Be Kind”, com o objetivo de reunir cerca de cento e cinquenta mães atípicas, com filhos com deficiência ou doença crónica, proporcionando um dia único de autocuidado, fortalecimento emocional e empoderamento. -----

-----Apoio logístico, cujo custo se estima em cento e vinte e três euros e noventa e três cêntimos, compreendido pela disponibilização de sistema de som e atribuição de técnico de som, isenção de taxas e emissão da licença de ruído e divulgação nas redes sociais do município. -----

-----A minuta do termo de aceitação. -----

-----Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos



Câmara Municipal
de Oeiras

Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

41 - PROPOSTA Nº. 280/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE KARATÉ DE OEIRAS, PARA A MANUTENÇÃO DAS SUAS ATIVIDADES - ÉPOCA 2024/2025:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Associação Núcleo de Karaté de Oeiras através da Divisão de Coesão Social, no valor total de vinte e dois mil e oitocentos euros para:-----

----- Apoio a aulas de karaté gratuitas para as quarenta crianças, duas vezes por semana, entre setembro de dois mil e vinte e quatro e julho de dois mil e vinte e cinco - catorze mil e oitocentos euros (mensalidade por criança no valor de trinta e três euros e sessenta e quatro cêntimos durante onze meses, valor que já inclui os custos associados ao seguro); -----

----- Participação gratuita de quarenta crianças no programa de verão, “Funtime”, para

frequência de um turno no período das férias de verão - oito mil euros (duzentos euros por criança pela frequência de um turno no período das férias de verão).-----

-----A minuta do contrato de participação financeira.-----

-----A designação da técnica superior, Sandra Coelho Rosa, da Divisão de Coesão Social, como gestora do contrato. -----

-----Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

42 - PROPOSTA N.º. 281/25 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À MINICOR CORAGEM - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA HERO - PROGRAMA DE REABILITAÇÃO CARDÍACA PEDIÁTRICA:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira, à Minicor Coragem - Associação de Solidariedade Social, no valor total de doze mil e oitocentos euros, para apoio ao Programa Hero, desagregado do seguinte modo: -----

----- No montante de quatro mil euros, para apoio à aquisição de equipamento para a monitorização dos utentes durante a realização do exercício e para realização de provas de esforço; -----

----- No montante de oito mil e oitocentos euros, para apoio à participação anual de vinte utentes carenciados.-----

----- A minuta de contrato. -----

----- A nomeação como gestora do contrato, a doutora Ana Neres. -----

----- Na eventualidade de o apoio não ser executado na totalidade e havendo necessidade de redução do cabimento, o Serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir.-----

----- Nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea g) e trigésimo terceiro, número um, alíneas u) e v). -----

----- Lei número cento e cinquenta e um, de dois mil e quinze, de onze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Código do Procedimento e de Processo Tributário, artigo centésimo septuagésimo sétimo-B. - -----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

43 - PROPOSTA Nº. 282/25 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO INSTITUTO SÃO JOÃO DE DEUS, NO ÂMBITO DO PROJETO HOME 360 +: -----

-----I - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte:-----

-----“A propósito, está resolvido o problema da hemodiálise?” -----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** disse: -----

-----“Em princípio sim, esperam começar a funcionar dia um de abril. Não é no Instituto São João de Deus é na Fundação Renal Portuguesa.” -----

-----Atalhando o **Senhor Presidente** disse:-----

-----“Sim, mas a propósito de um, lembrei-me do outro.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira ao Instituto São João de Deus, no valor global de trinta e oito mil duzentos e dez euros, no âmbito do projeto “Home Trezentos e Sessenta Mais”, conforme cronograma financeiro:-----

-----Dois mil e vinte e cinco - vinte mil duzentos e quarenta e seis euros e setenta cêntimos;-- -----

-----Dois mil e vinte e seis - dezassete mil novecentos e sessenta e três euros e trinta cêntimos. -- -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A minuta de contrato. -----

----- A nomeação como gestora do contrato, a doutora Vanessa Luz. -----

----- Na eventualidade de o apoio não ser executado na totalidade, e havendo necessidade de redução do cabimento, o Serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas g) e h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e, artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto. -----

----- Decreto-Lei número vinte e três, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----

44 - PROPOSTA Nº. 283/25 - UJ - PROJETO “DIVERTE-TE EM CARNAXIDE” - DEFINIÇÃO DE VALORES DE INSCRIÇÃO: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar o valor da inscrição para o projeto Diverte-te em Carnaxide, edição da Páscoa, Verão e Natal no valor de cinco euros, isento de IVA. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea f) e trigésimo terceiro, número um, alíneas e) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugados com o artigos décimo quarto, alínea f) e vigésimo primeiro, número um, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Artigo nono, número catorze, do Decreto-Lei número cento e dois, de dois mil e oito.

45 - PROPOSTA Nº. 284/25 - GEHM - ATRIBUIÇÃO DE 3 FOGOS SITOS NA RUA FRANCISCO NICHOLSON, BLOCO A, ANDAR 3, FRAÇÃO 1, BLOCO C, ANDAR 6, FRAÇÃO 3 E BLOCO B, ANDAR 1, FRAÇÃO 2, NO EMPREENDIMENTO ALTO DA MONTANHA, EM CARNAXIDE - RATIFICAÇÃO DO ATO DE ATRIBUIÇÃO: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

-----“Mais uma vez, nós votamos a favor da atribuição de casas de habitação pública, tendo votado a favor de todas as propostas de habitação pública de renda acessível do Alto da Montanha, apesar de termos votado contra várias propostas relacionadas com a construção deste empreendimento, pelas dúvidas que já aqui explicitámos várias vezes. -----

-----Na realidade não podemos deixar de fazer esta nota, porque é sistemática a desinformação espalhada quer pelo Senhor Presidente, quer pelo Senhor Vice-Presidente, quer ainda por perfis falsos de pessoas que covardemente se escondem atrás de perfis falsos e que



Câmara Municipal
de Oeiras

espalham desinformação nas redes sociais, com informação factualmente falsa, de que teríamos votado contra a maioria das propostas de habitação pública. -----

----- Nós, já aqui o disse várias vezes, somos a favor de habitação pública, consideramos que a habitação pública deveria ser até com uma percentagem muito maior face àquilo que existe, portanto, defendemos que haja habitação pública, não somos contra a construção de habitação pública, nunca o fomos, nem contra a atribuição de casas de rendas acessíveis e de rendas apoiadas e como realmente é importante desmistificar esta ideia, porque é sistemático querer dar a ideia de que votamos na maior parte das vezes contra a habitação pública e como já o demonstrámos, é falso e basta contar o número de fogos que nós aprovámos e o número de fogos que nós votámos contra, portanto, para se ser sério e não se estar sistematicamente a bater na mesma tecla.” -----

----- O **Senhor Presidente** mencionou: -----

----- “Por acaso a Senhora Vereadora bateu agora numa tecla interessante. Eu não estou preocupado com o vosso voto relativamente à entrega de fogos, eu estou preocupado é com o vosso voto na construção de edifícios, porque repare, só em propostas de habitação para o Alto da Montanha, só na entrega de fogos, são sessenta e quatro, são logo sessenta e quatro votos a favor. -----

----- O importante não é votar a favor dos fogos que estão construídos, importante é votar na construção de edifícios de habitação pública, isso é que é importante. Os fogos, Senhora Vereadora, estão construídos, mal seria se votassem contra a ocupação dos fogos construídos, são coisas distintas, convenhamos, fugiu-lhe a boca para a verdade.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar o ato por si praticado, para

atribuição de três habitações no Empreendimento Alto da Montanha, em Carnaxide, e respetiva celebração dos seguintes contratos de arrendamento, nos termos da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e cinco/quatro mil seiscientos e cinquenta e sete, com os seguintes novos arrendatários municipais: -----

-----Atribuição da habitação T Três, sita na Rua Francisco Nicholson, Bloco A, andar três, fração um, no Empreendimento Alto da Montanha, em Carnaxide, em regime de renda reduzida, fixando uma renda mensal no valor de setecentos e oitenta euros, calculada de acordo com a metodologia definida, com entrada em vigor do respetivo contrato de arrendamento no dia um de maio de dois mil e vinte e cinco; -----

-----A atribuição da habitação T Três, sita na Rua Francisco Nicholson, Bloco C, andar seis, fração três, no Empreendimento Alto da Montanha, em Carnaxide, em regime de renda reduzida, fixando uma renda mensal no valor de setecentos e oitenta euros, calculada de acordo com a metodologia definida, com entrada em vigor do respetivo contrato de arrendamento no dia um de maio de dois mil e vinte e cinco; -----

-----A atribuição da habitação T Três, sita na Rua Francisco Nicholson, Bloco B, andar um, fração dois, no Empreendimento Alto da Montanha, em Carnaxide, em regime de renda reduzida, fixando a renda mensal no valor de setecentos e oitenta euros, calculada de acordo com a metodologia definida, com entrada em vigor do respetivo contrato de arrendamento no dia um de maio de dois mil e vinte e cinco. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g) e artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro. - -----

-----Decreto-Lei número trinta e sete, de dois mil e dezoito, de quatro de junho.-----

-----Artigo centésimo sexagésimo quarto, do Código do Procedimento Administrativo.---



Câmara Municipal
de Oeiras

46 - PROPOSTA Nº. 285/25 - DPCH - Pº. 44/DCH/2024 - PROGRAMA HABITACIONAL SÉNIOR DE TALAÍDE - 30 FOGOS, PORTO SALVO - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO SR. PRESIDENTE:

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte:-----

----- “Também vamos votar a favor desta proposta de habitação sénior de Talaíde, trinta fogos.” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu:-----

----- “Muito bem, neste caso está correto, esta já é uma votação a sério, agora os fogos é outra coisa. -----

----- Mas isto é a prorrogação do prazo de apresentação da proposta, o importante é iniciá-la, mas aí presumo que tenha votado também, porque este é dos tais casos de requalificação de edifícios, portanto, esta proposta insere-se naquela. -----

----- Como vê, Senhora Vereadora, nós estamos a fazer casas na requalificação de edifícios e esta é a requalificação do edifício, portanto, sempre que há oportunidade de requalificar o edifício, nos requalificamos.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, ratificar o ato administrativo praticado pelo Senhor Presidente, na ata número dois, do júri, no dia dez de março de dois mil e vinte e cinco, de prorrogação do prazo de apresentação de propostas por mais quinze dias, até vinte e nove de março de dois mil e vinte e cinco. -----

----- Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -

----- Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de setembro. -----

----- Código do Procedimento Administrativo.-----

-----Código dos Contratos Públicos.-----

47 - PROPOSTA N.º. 286/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA DR. VÍTOR SÁ MACHADO, N.º. 7, R/C DTO., PÁTEO DOS CAVALEIROS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Três, sita na Rua Doutor Vítor Sá Machado, número sete, rés do chão direito, no Pátio dos Cavaleiros -----

-----A fixação da renda mensal no valor de dez euros e quarenta e cinco cêntimos, calculada de acordo com os rendimentos atualizados do agregado familiar.-----

-----A elaboração do contrato de arrendamento apoiado.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro.-----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

48 - PROPOSTA N.º. 287/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO DR. CARLOS FRANÇA, N.º. 7, PISO -2A, ALTO DOS BARRINHOS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da fração T Três, situada no Largo Doutor Carlos França, número sete, piso menos dois A, no Alto dos Barrinhos. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A renda mensal no valor de duzentos e oitenta e cinco euros e setenta e um cêntimos, de acordo com a situação económica do agregado familiar. -----

----- A elaboração de contrato administrativo de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

49 - PROPOSTA Nº. 288/25 - UPGO - Pº. 2024/61-DGEP - “REQUALIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA DO CAMPUS DO IST, NO TAGUSPARK - FASE 1” - RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E DO RESPETIVO PREÇO BASE:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a retificação das peças do procedimento relativo à Requalificação Paisagística do Campus do IST, no Taguspark - Fase um. -----

----- Nos termos da alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo centésimo sexagésimo quarto, número um, do Código do Procedimento Administrativo.-----

50 - PROPOSTA Nº. 289/25 - DGRU - PROTOCOLO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE OEIRAS, CASCAIS E MAFRA, SMAS DE SINTRA, A ELETRÃO E A TRATOLIXO, NO ÂMBITO DO ESTABELECIMENTO DE REDES DE TROCA, DE REPARAÇÃO E DE PREPARAÇÃO PARA REUTILIZAÇÃO:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor

Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar o protocolo a celebrar entre os Municípios de Oeiras, Cascais e Mafra, SMAS de Sintra, o Eletrão e a Tratolixo, no âmbito do estabelecimento de redes de troca, de reparação e de preparação para reutilização.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Alínea b), do número um, do artigo décimo segundo, do Decreto-Lei número cento e cinquenta e dois-D, de dois mil e dezassete, de onze de dezembro.-----

-----Decreto-Lei número cento e dois-D, de dois mil e vinte, de dez de dezembro.-----

51 - PROPOSTA Nº. 290/25 - UPAG - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS BANCAS Nº.S 35 E 36, DO MERCADO DE ALGÉS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Susana Duarte**, aprovar a atribuição das bancadas números trinta e cinco e trinta e seis, do Mercado de Algés, mediante transmissão do direito de ocupação, o pagamento de uma taxa mensal de oitenta euros e oito cêntimos, bem como o pagamento do montante de novecentos e sessenta euros e noventa e seis cêntimos, valor correspondente à base de licitação aplicável aos respetivos locais de venda no Mercado de Algés.

-----Nos termos dos artigos trigésimo nono, quadringentésimo nonagésimo nono, número um, quingentésimo segundo, número três, quingentésimo quinto, número dois, alínea a) e artigo quingentésimo sétimo, número três, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

52 - PROPOSTA Nº. 291/25 - DGA - PLANO DE APICULTURA URBANA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA PARA A BIODIVERSIDADE: -----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

53 - PROPOSTA Nº. 292/25 - DGA - PLANO DE AGRICULTURA URBANA PARA O MUNICÍPIO DE OEIRAS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE HORTAS URBANAS: -----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

54 - PROPOSTA Nº. 293/25 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO SOCIAL 2025, AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a atribuição de um subsídio ao Centro de Cultura e Desporto, no montante anual de dois mil e quarenta e nove euros e noventa e seis cêntimos. -----

----- Nos termos da alínea p), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com Declarações de Retificação números cinquenta-A, de dois mil e treze, de onze de novembro e quarenta e seis-C, de dois mil e treze, de um de novembro, conjugada com os artigos quarto e quinto, do Decreto-Lei número treze, de dois mil e onze, de vinte e cinco de janeiro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

55 - DECLARAÇÃO DE VOTO - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO: -----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** enviou por email, no final da discussão da ordem de trabalhos, a seguinte declaração de voto:-----

-----“**PD 253/2025 - Extinção dos SIMAS e criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras:** -----

-----A proposta de extinção dos SIMAS (Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora) e a criação de dois serviços autónomos para cada município é uma questão que merece uma análise cuidadosa, não apenas pelos aspetos técnicos e financeiros, mas também pelos impactos sociais e operacionais que pode ter. -----

-----Em primeiro lugar, é importante lembrar que a colaboração entre os municípios tem sido uma mais-valia importante. A gestão conjunta dos serviços de água e saneamento tem permitido otimizar recursos, partilhar custos e garantir um serviço mais robusto e eficiente para a população. Separar esses serviços pode, na prática, resultar numa gestão mais fragmentada, com a perda de economias de escala e de sinergias entre os municípios, o que, a médio e longo prazo, poderá levar a um aumento de custos e uma diminuição da qualidade do serviço. -----

-----Embora a proposta argumente que a separação dos SIMAS resolveria problemas de gestão, não estamos convencidos de que a criação de dois serviços autónomos seja uma solução eficaz. Aliás, ao longo destes anos, nunca nos apercebemos de grandes constrangimentos na gestão do SIMAS, pelo fato de terem de ser dois municípios a tomar decisões. -----

-----A proposta também não resolve uma questão essencial: o impacto nos recursos humanos. A mudança exigida pela extinção dos SIMAS e a reorganização dos serviços criam uma incerteza considerável para os trabalhadores. As equipas terão de se adaptar a novas estruturas e processos, o que pode gerar custos adicionais e afetar a motivação e o desempenho. Tudo isso acrescenta mais complexidade à transição. -----

-----Finalmente, a proposta de extinção dos SIMAS não parece ter uma visão clara sobre



Câmara Municipal
de Oeiras

os impactos a longo prazo. A separação pode resolver questões pontuais de gestão, mas não está claro como ela irá melhorar, de facto, a eficiência e a qualidade do serviço, especialmente para as populações da Amadora e de Oeiras.-----

----- A Câmara Municipal da Amadora tem reiterado a necessidade de estudos mais aprofundados antes de avançar com essa separação. Para que a mudança seja feita de forma justa, é essencial que se analisem, com detalhe, os direitos e deveres de cada município. A Amadora defende que, caso se avance com a separação, devem ser feitos estudos completos sobre o que cabe a cada um em termos de património, responsabilidades financeiras e obrigações contratuais. É fundamental que todo este processo seja bem planeado e transparente, para garantir que a divisão não prejudique os cidadãos.-----

----- Mais, sabendo nós que a CMA, não concorda com a forma como está a ser proposta por parte da CMO a separação, muito estranhámos que esta proposta continue na agenda, pois qualquer separação que venha a existir no futuro, terá de ter a concordância das duas câmaras. ---

----- Por todas estas razões, votamos contra a proposta de extinção dos SIMAS. Acreditamos que a decisão precisa de mais tempo e mais estudos, de forma que os impactos sejam devidamente avaliados e as soluções encontradas para o bem das populações dos dois municípios.”-----

56 - DECLARAÇÃO DE VOTO - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE:-----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** enviou por email, no final da discussão da ordem de trabalhos, a seguinte declaração de voto:-----

----- **“PD 253/2025 - Extinção dos SIMAS e criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras:-----**

----- “A futurologia é uma arte que só alguns dominam e eu não a domino e, objetivamente, o que importa aqui perceber é a eficácia deste modelo e eu quando tenho uma coisa boa não me desfaço dela. Esta é que é a realidade.” estas foram as palavras do Deputado do

PSD, Jorge Pracana, a dezasseis de abril de dois mil e treze. Hoje eu diria que nunca é fácil, quando se é o único a ter razão.-----

-----O PSD foi o único partido, em Oeiras, a votar contra a criação dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, porque já em dois mil e treze compreendíamos o que agora em dois mil e vinte e cinco a maioria compreende, mas essencialmente por duas razões, gestão e racionalidade. -----

-----A primeira razão, questões de gestão, já em dois mil e treze o PSD compreendia que ter duas Câmaras Municipais e duas Assembleias Municipais com visões e estratégias diferentes a tentar gerir de forma comum estes serviços, levantaria a curto-médio prazo problemas de gestão. Que conforme indica o Estudo técnico-financeiro elaborado pela BDO, que passo a citar “No atual, modelo de gestão existem processos que têm de ser aprovados por ambos os Municípios, mesmo tratando-se de matérias respeitantes apenas a um dos Municípios. O atual modelo de gestão apresenta uma falta de orientação para a criação de processos eficientes que potencializem a qualidade e rigor dos serviços prestados, traduzindo-se numa desadequada racionalização dos recursos disponíveis, colocando em causa a economia, eficiência e eficácia da sua atividade gestionária.”-----

-----A segunda razão, questões de racionalidade, já em dois mil e treze o PSD compreendia que o concelho de Oeiras seria prejudicado na distribuição de lucros, uma vez que se os serviços de Oeiras se mantivessem individualizados o custo benefício, assim como o serviço prestado seria também para os seus os munícipes. Eu iria mais longe a atrevendo-me a dizer, quanto aumento de água que aprovamos recentemente, poderia não ter sido uma inevitabilidade, se os serviços fossem apenas municipalizados. Uma vez que conforme indica o Estudo técnico-financeiro elaborado pela BDO, que passo a citar “[...]Em dois mil e vinte e sete, é espectável que o volume de negócios de Oeiras supere os quarenta milhões de euros, atingindo os quarenta e dois milhões em dois mil e vinte e nove. [...] De acordo com as estimativas



Câmara Municipal
de Oeiras

realizadas, e após a realização dos valores dos investimentos previstos para o período dois mil e vinte e cinco-dois mil e vinte e nove que ascendem a trinta e dois milhões de euros, existem disponibilidade médias anuais de três ponto nove milhões de euros. A existência destas disponibilidades significa que o Município de Oeiras tem condições para incrementar o nível de investimento, incrementar os custos de manutenção ou incrementar outros custos, como seja os associados à integração/reorganização de estrutura de pessoal (caso seja necessário).”-----

----- Conforme o referido, todas as questões presentes quer no estudo quer na proposta de deliberação, sempre foram uma evidência para o PSD de que este seria o desfecho, a curto-médio prazo, dando razão a todas as questões que levantamos aquando da criação do SIMAS. O PSD em Oeiras sempre defendeu que Serviços de Água e Saneamento devem manter-se públicos, e assim continuamos a defender.-----

----- Apesar disto, importa dar garantias de estabilidade e continuação dos postos de trabalho, aos atuais funcionários do SIMAS, que apesar de não estar expresso na proposta esta é a única solução admissível e foi nesta reunião salientada pelo Senhor Presidente, Isaltino Morais, nestes termos votaremos favoravelmente esta proposta de deliberação.”-----

57 - DECLARAÇÃO DE VOTO - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO:-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** enviou por email, no final da discussão da ordem de trabalhos, as seguintes declarações de voto: -----

----- **“PD 182/2025 - DMOGAH\DAQV\UPAG - Procedimento Consulta prévia para o fornecimento de combustíveis rodoviários aditivados, na modalidade de fornecimento contínuo, ao abrigo do “Acordo Quadro para o fornecimento de Combustíveis Rodoviários em Portugal Continental”, AQ-CR 2023 da ESPap - Lotes 1 e 2- Decisão de Contratar: -----**

----- **Contra - Não tem Ficha de Cabimento, nem comprovativo de adequada previsão de encargos para anos futuros nas GOP. -----**

----- O DAQV, ao contrário dos restantes serviços da CMO, insiste em instruir os

processos de abertura de procedimento e consequente autorização de despesa com as Requisições Internas, em substituição do único documento contabilístico onde é efetuado o registo do cabimento, a Ficha de Cabimento, que garante a reserva de dotação disponível para o processo de despesa que se pretende realizar. -----

-----Tratando-se de uma proposta que dá origem a encargos plurianuais, PD cento e oitenta e dois/dois mil e vinte e cinco deveria sujeitar à aprovação do Executivo o respetivo escalonamento financeiro plurianual.”-----

-----“**PD 259/2025 SIMAS - Procedimento por ajuste direto ao abrigo dos critérios materiais, para a prestação de serviços do Sistema de Gestão Comercial (Aquamatrix) - Abertura. Proposta de Deliberação n. 69/SIMAS/2025:** -----

-----Abstenção - Tendo dúvidas sobre a fundamentação legal para um ajuste direto ao abrigo dos critérios materiais, sendo a PD omissa quanto à aplicação do artigo vigésimo quarto, do CCP, e não havendo uma declaração expressa da Divisão de Contratação Pública a atestar o enquadramento legal deste processo, não podemos votar a favor.” -----

-----“**PD 271/2025 - DMAG\DGRH\DPS - Concessão de Subsídio de Apoio ao evento Oeiras Equestre.** -----

-----Contra - Não está detalhado no pedido de que forma será utilizado o valor pedido, que nos parece excessivo, de trinta mil euros.-----

-----Também não foi anexado o relatório do ano passado em que o requerente foi outro, mas o evento é o mesmo.”-----

-----“**PD 288/2025 - DMOGAH\DOM\UPGO - “Requalificação Paisagística do Campus do IST no Taguspark - Fase 1”, processo n. 2024/61 - DGEP: retificação das peças do procedimento e do respetivo preço base:** -----

-----Abstenção - Votámos a favor da abertura do procedimento, mas face às circunstâncias, a PD duzentos e oitenta e oito/dois mil e vinte e cinco deveria submeter à



Câmara Municipal
de Oeiras

aprovação do executivo um novo escalonamento financeiro plurianual do montante global dos encargos. aliás, só assim será possível também conferir o valor cabimentado, bem como a previsão de encargos para os anos futuros. acresce que, ao contrário do habitual, dos anexos não consta o documento comprovativo de adequada previsão no ppi dos encargos previstos para anos futuros, sendo que a ficha de pedidos de cabimentos para dois mil e vinte e cinco não supre esta falta.”-----

58 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

----- Às dezanove horas e quarenta e quatro minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Diretora de Departamento de Gestão Organizacional.-----

O Presidente,

(Isaltino Morais)

A Diretora de Departamento,

(Vera Carvalho)